

Rodrigo García Ferreira

**PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA:
ALTERNATIVA PARA AGRICULTORES FAMILIARES DA
REGIÃO METROPOLITANA?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre Profissional em Agroecossistemas. Orientador: Prof. Dr. Luiz Renato D'Agostini.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Rodrigo Garcia
PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA : ALTERNATIVA PARA
AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO METROPOLITANA? / Rodrigo
Garcia Ferreira ; orientador, Luiz Renato D'Agostini -
Florianópolis, SC, 2015.
221 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Agricultura familiar. 3. Formas
de resistência. 4. Manejo ecológico. 5. Produção ovina. I.
D'Agostini, Luiz Renato. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.
III. Título.

Rodrigo García Ferreira

**PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA:
ALTERNATIVA PARA AGRICULTORES FAMILIARES DA
REGIÃO METROPOLITANA?**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de junho de 2015.

Prof. Dr. Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Renato D’Agostini
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Patrícia Ana Bricarello
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Humberto Tommasino Ferraro
Universidad de la República Oriental del Uruguay

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e técnicos que brindaram o seu tempo e experiência para aportar neste trabalho.

Ao professor D'Agostini, principalmente por ajudar na tarefa de “juntar os grãos de milho”.

As companheiras e companheiros da CPP e do LECERA, pelo grande apoio e comprometimento.

Ao Daniel, pela importante tarefa de apoiar na tradução do texto. Ainda lhe devo umas Patrícias.

As companheiras e companheiros do Programa Integral Metropolitano e do Serviço Central de Extensão e Atividades no Meio da Universidad de la República, por seguir aportando ao pensamento crítico e a construção de uma Universidade Latinoamericana, voltada para o povo.

Ao MST e outros movimentos sociais da América Latina que continuam na luta pela emancipação humana e na construção de um mundo sem explorados nem exploradores.

A toda a Turma Egidio Brunetto, por compartilhar as suas experiências e fazer desta etapa um aprendizado total. Especialmente a galera da Dialética do Samba, outra das construções coletivas destes anos onde tanto compartilhamos. Para todas e todos eles só duas palavrinhas: para béns. Também ao Burro Branco e ao Gato Pernetá.

A Estafanía, minha companheira, por suportar as dificuldades comigo e pelo apoio em todo este tempo. Esta também foi uma importante etapa de construções para nós.

Trinunfo agrario

Éste es un triunfo, madre, pero sin triunfo,
nos duele hasta los huesos el latifundio.
Ésta es la tierra, padre, que vos pisabas,
todavía mi canto no la rescata.

Y cuándo será el día, pregunto cuándo
que por la tierra estéril vengan sembrando
todos los campesinos desalojados.

¡Hay que dar vuelta el tiempo como la taba,
el que no cambia todo, no cambia nada!

Éste es un triunfo, madre, del nuevo tiempo,
de estar bajo la tierra, rompió el silencio.
Éste es un triunfo, padre, de la alegría
de tu sueño en semillas sube la vida.

Sube la vida arriba, hasta la espiga,
que si la tierra es fértil, la tierra es mía,
adonde nace el alba, yo siembro el día.

¡Hay que dar vuelta el tiempo como la taba,
el que no cambia todo, no cambia nada!

(Armando Tejada Gómez - César Isella /
Mercedes Sosa / Alfredo Zitarrosa)

RESUMO

Nos últimos cinco anos a produção ovina deu sinais de crescer na Região Metropolitana (RM) uruguaia e aparecer como uma possibilidade para os agricultores familiares da região. O presente estudo analisa a situação da produção ovina na RM, buscando identificar e avaliar as alternativas para os agricultores familiares, no particular aquela baseada num manejo ecológico. Para isso tentamos compreender o papel que a produção ovina tem desempenhado nas mudanças da RM na última década e analisar as principais possibilidades e limitações para que o manejo ecológico de ovinos possa surgir como uma alternativa viável. Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica para analisar as transformações da realidade agrária do país e da região e seus efeitos na agricultura familiar, assim como a situação da produção ovina. Também se realizaram entrevistas junto a técnicos e produtores com especial vínculo e experiência no tema, assim como também se realizou um grupo de discussão para analisar a situação da produção ovina de base ecológica. Encontramos que nos últimos quinze anos a produção de carne ovina teve um importante crescimento, depois de uma forte queda da produção e exportação de lã. Na RM isso foi acompanhado com um importante crescimento da presença de ovinos, especialmente em pequenos estabelecimentos de agricultores familiares, mas ao mesmo tempo esses agricultores se encontram num intenso processo de diferenciação e desaparecimento. Entre os principais fatores que explicam o crescimento da ovinicultura na RM, além da conjuntura dos mercados internacionais favoráveis para a carne ovina e de dificuldades para a lã, aparecem outros problemas estruturais e vinculados às últimas transformações na realidade agrária da região, que levaram os agricultores familiares buscar nos ovinos uma alternativa produtiva para a sua sobrevivência. A existência de propostas tecnológicas e organizativas facilmente adaptáveis a esse tipo de agricultores facilitou condições para a incorporação dos ovinos em seus estabelecimentos, mas a difícil situação da horticultura foi dos maiores desencadenadores para a necessária busca de alternativas produtivas. Em relação à produção ovina de base ecológica, se bem existem algumas experiências incipientes e que geram interesse principalmente em consumidores e alguns produtores, ainda é quase nulo o

lugar que ocupa na pesquisa e nas políticas públicas, sendo então muito pouco o conhecimento acumulado no tema para a realidade da região. Avançar na pesquisa, na formação e principalmente no debate sobre a necessidade de mudanças nos modelos tecnológicos na interna das organizações de agricultores familiares, aparecem como movimentos necessários para fazer da produção ovina de base ecológica uma alternativa viável.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Formas de resistência. Manejo ecológico. Produção ovina.

ABSTRACT

In the last five years, sheep production has signaled growth in the Metropolitan Region (MR) of Uruguay and appears as a possibility for family farmers. This study analyzes the situation of sheep production in the MR, seeking to identify and evaluate alternatives for farmers, in particular those based on ecological management. For this we try to understand the role that sheep production has played in the changes of MR in the last decade and analyze the main possibilities and limitations for the ecological management of sheep that may arise as a viable alternative. It was conducted documentary research and literature to analyze the transformation of the agrarian reality of the country and the region and its effects on family farming, as well as the situation of sheep production. Also conducted interviews with technicians and producers with special bond and experience in the field, and also held a discussion group to analyze the situation of sheep production on an ecological basis. We found that in the last fifteen years the production of sheep meat had a significant growth after a sharp drop in production and export of wool. MR it was accompanied with a significant growth in the presence of sheep, especially in small establishments of family farmers, but at the same time these farmers are in an intense process of differentiation and disappearance. Among the main factors behind the growth of sheep on MR in addition to the situation of international markets favorable for sheep meat and difficulties for wool, appear other structural problems linked to recent changes in agrarian reality of the region, leading farmers to get in sheep a productive alternative for their survival. The existence of technological and organizational proposals easily adaptable to such farmers facilitated conditions for the incorporation of sheep in their establishments, but the plight of horticulture was the largest desecration for the necessary search of productive alternatives. With regard to sheep production on an ecological basis, although there are some incipient experiences and generate interest mainly among consumers and some producers, it is still almost nil its place in the research and public policy, and then very little accumulated knowledge on the subject in the reality of the region. Next in research, training and especially in the debate on the need for changes in technological models in the internal of family

farmers organizations, movements appear as necessary to make sheep production ecological basis a viable alternative.

Keywords: Family farms. Methods resistance. Ecological management. Sheep production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários de Uruguai nos últimos 100 anos, segundo o tamanho do estabelecimento	50
Figura 2 - Evolução do PIB e do PIB Agropecuário	55
Figura 3 - Evolução da superfície semeada para os principais cultivos agrícolas	57
Figura 4 - Evolução da superfície semeada com cultivos agrícolas totais, de verão e de inverno e mudanças na relação inverno/verão.....	58
Figura 5 - Evolução no rendimento produtivo dos principais cultivos agrícolas.....	59
Figura 6 - Evolução da superfície semeada de cultivos agrícolas, segundo o tamanho da chácara	60
Figura 7 - Evolução do IED anual total, no setor agropecuário e em terras	67
Figura 8 - Superfície semeada e importação de agrotóxicos	72
Figura 9 - Superfície semeada e importação de fertilizantes de síntese industrial	73
Figura 10 - Registro de produtores familiares no país e na região metropolitana.....	75
Figura 11 - Erosão antrópica em Uruguai	79
Figura 12 - Grau de erosão no Departamento de Canelones	80
Figura 13 – Evolução das regiões agropecuárias, segundo seus principais ramos de produção, para os anos 1990, 2000 e 2011.....	94
Figura 14 - Evolução da quantidade de ovinos desde 1981 (em milhares de cabeças).....	96
Figura 15 - Evolução da composição do rebanho nacional em porcentagem por categoria.....	100
Figura 16 - Evolução da produção de lã e da quantidade de ovinos no país.....	101
Figura 17 - Evolução das exportações de lã segundo o tipo de processamento (em toneladas).....	102
Figura 18 - Evolução das exportações de lã segundo o tipo de processamento (em milhares de dólares).	102
Figura 19 - Evolução do abate de ovinos segundo a categoria animal.....	104
Figura 20 - Evolução na composição do abate dos cordeiros e adultos, conforme o preço internacional	105
Figura 21 - Evolução estimada da porcentagem de carne ovina destinada à exportação com relação ao produto total do abate e produção de cada categoria dentro do abate total.....	106
Figura 22 - Evolução das exportações de carne ovina segundo o tipo de processamento (em toneladas)	107

Figura 23 - Evolução das exportações de carne ovina segundo o tipo de processamento (em milhares de dólares)	107
Figura 24 - Relação ente preço obtido por carne exportada e preço obtido pelos produtores.....	108
Figura 25 - Evolução do estoque ovino de Canelones em estabelecimentos menores de 50 ha	122
Figura 26 - Evolução do estoque ovino de Montevideo em estabelecimentos menores de 50 ha	123
Figura 27 - Uso do solo em estabelecimentos de Canelones com menos de 50 ha (sem pastagens naturais e restolhos)	124
Figura 28 - Uso do solo em estabelecimentos de Montevideo com menos de 50 ha (sem pastagens naturais e restolhos)	125
Figura 29 - Evolução do preço dos principais produtos hortícolas, em pesos constantes	128
Figura 30 - Evolução do preço em pé de distintas categorias de ovinos (em dólares correntes)	134
Figura 31 - Evolução do preço em pé de distintas categorias de ovinos (em pesos constantes de 2013).....	135
Figura 32 - Evolução das existências de bovinos conforme categoria em estabelecimentos menores a 50 ha no Departamento de Canelones	137
Figura 33 - Evolução das existências de bovinos conforme categoria em estabelecimentos menores a 50 ha no Departamento de Montevideo	137
Figura 34 - Ubicacão das SFR do Departamento de Canelones vinculadas ao FRBO	147
Figura 35 - Distribuição de estabelecimentos com Planos Ovinos na Região Metropolitana	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exportação de produtos de origem agropecuária nos anos 2004 e 2013.....	56
Quadro 2 - Quantidade de estabelecimentos rurais segundo seu estrato de superfície em 2000 e 2011	61
Quadro 3 - Superfície agropecuária segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos em 2000 e 2011.....	62
Quadro 4 - Quantidade de trabalhadores permanentes segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos, para os anos 2000 e 2011	63
Quadro 5 - Trabalhadores permanentes a cada mil hectares segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos, para os anos 2000 e 2011	64
Quadro 6 - Evolução da população total segundo área de residência nos últimos três recenseamentos.....	66
Quadro 7 - Superfície agropecuária segundo a nacionalidade do produtor, para 2000 e 2011	69
Quadro 8 - Quantidade de explorações e superfícies com horticultura, para Canelones, Montevideo e total do país. Comparação entre 2000 e 2011.....	76
Quadro 9 - Estabelecimento de Canelones segundo estrato de superfície.....	77
Quadro 10 - Estabelecimentos de Montevideo segundo estrato de superfície.....	78
Quadro 11 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existência de animais por categoria, anos 2000 e 2011.....	98
Quadro 12 - Principais características dos estabelecimentos que tinham ovinos em 2000 e 2011	110
Quadro 13 - Quantidade de estabelecimentos e superfície explorada segundo sua fonte principal de ingresso, para Canelones, Montevideo e total do país.....	114
Quadro 14 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existências por categorias para Canelones, anos 2000 e 2011.....	116
Quadro 15 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existências por categorias para Montevideo, anos 2000 e 2011.....	116
Quadro 16 - Quantidade de estabelecimentos de Canelones com ovinos, superfície produtiva e existências de ovinos, conforme tamanho do rebanho, anos 2000 e 2011.....	118
Quadro 17 - Estabelecimentos totais e com ovinos em Canelones no ano 2011, conforme estrato de tamanho.....	120

Quadro 18 - Estabelecimentos totais e com ovinos em Montevideo no ano 2011, conforme estrato de tamanho	121
Quadro 19 - Culturas hortícolas ao ar livre na Zona Sul	129
Quadro 20 - Culturas hortícolas protegidas na Zona Sul	129
Quadro 21 - Estabelecimentos que vendiam suínos e quantidade de animais, anos 2000 e 2011	131
Quadro 22 - SFR do Departamento de Canelones vinculadas ao Fundo Rotatório, quantidade de agricultores e ovelhas recebidas, até outubro de 2014	146
Quadro 23 - Estabelecimentos com cultivos agrícolas extensivos e superfície semeada, anos 2000 e 2011	152
Quadro 24 - Estabelecimentos com produção orgânica certificada e participação da produção ovina no total, no ano 2011 em Canelones, Montevideo e total do país	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG – Asociación de Consignatarios de Ganado
ARU – Asociación Rural del Uruguay
BCU – Banco Central del Uruguay
CAMM – Comisión Administradora del Mercado Modelo
CGA – Censo General Agropecuario
CNFR – Comisión Nacional de Fomento Rural
DGDR – Dirección General de Desarrollo Rural
DGSSA – Dirección General de Servicios Agrícolas
DGRNR – Dirección General de Recursos Naturales Renovables
DICOSE – División Contralor de Semovientes
DIEA – Oficina de Estadísticas Agropecuarias
DL – Dente de leite
FMI – Fondo Monetario Internacional
ha - Hectare
IED – Investimento Estrangeiro Direto
INAC – Instituto Nacional de Carnes
INC – Instituto Nacional de Colonización
INE – Instituto Nacional de Estadísticas
INIA – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria
kg – Quilogramas
MERCOSUL – Mercado Común do Sul
MGAP – Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca
ONG – Organização Não Governamental
OPYPA – Oficina de Programación y Política Agropecuaria
PIB – Produto Interno Bruto
PIM – Programa Integral Metropolitano
PUR – Programa Uruguay Rural
RM – Região Metropolitana
SCEAM – Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio
SUL – Secretariado Único de la Lana
Ton – Toneladas
TTSN – Tempo de Trabalho Socialmente Necessário
UdelaR – Universidad de la República

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1.	OBJETIVOS.....	27
1.1.1.	Objetivo Geral	27
1.1.2.	Objetivos específicos	27
1.2.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
1.2.1.	Delimitação do objeto de estudo	27
1.2.2.	O processo de pesquisa	28
1.2.2.1.	Pesquisa documental.....	28
1.2.2.2.	Pesquisa de campo	29
1.2.2.2.1.	<i>Entrevistas semi-estruturadas</i>	29
1.2.2.2.2.	<i>Grupo de Discussão</i>	30
1.2.2.3.	Pesquisa bibliográfica	30
2	CAPÍTULO I - TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA	
	AGRARIA URUGUAIA: SEU PROCESSO HISTÓRICO	33
2.1.	INTRODUÇÃO.....	33
2.2.	URUGUAI NAS DISTINTAS ETAPAS DO	
	CAPITALISMO.. ..	36
2.2.1.	Do início mercantilista (1790-1840) ao capitalismo de	
	livre concorrência (1840-1890)	37
2.2.2.	Monopolista e imperialista (1890-1945)	38
2.2.3.	Monopolista de Estado (1945-1970/80)	44
2.2.4.	Etapas neoliberal (1970/1980...)	47
2.3.	AS TRANSFORMAÇÕES DO AGRO URUGUAIO NOS	
	ÚLTIMOS QUINZE ANOS	54
2.3.1.	O Uruguai agrícola	54
2.3.2.	Protagonistas e excluídos destas mudanças	60
2.3.3.	As políticas públicas para a agricultura familiar	70
2.3.4.	Repercussões no ambiente e na saúde humana	71
2.4.	A SITUAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA	74

2.5.	RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROECOLOGIA	80
2.6.	SÍNTESE DO PRIMEIRO CAPÍTULO	84
3	CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO OVINA URUGUAIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	87
3.1.	INTRODUÇÃO	87
3.2.	AUGE E CRISE DO URUGUAI LANÍFERO	87
3.2.1.	Inicia a era lanífera	87
3.2.2.	Carne e lã rumo a Europa	89
3.2.3.	Fim do Uruguai de vacas e cordeiros gordos	91
3.2.4.	Indo por lã e voltando tosquiados	92
3.3.	A PRODUÇÃO OVINA URUGUAIA NOS ÚLTIMOS QUINZE ANOS.....	95
3.3.1.	Menos estabelecimentos, porém mais mães.....	96
3.3.2.	A lã cai	100
3.3.3.	A carne se eleva	102
3.3.4.	Quem produz com ovinos?	108
3.4.	SÍNTESE DO SEGUNDO CAPÍTULO.....	112
4	CAPÍTULO III - OS OVINOS NA REGIÃO METROPOLITANA	113
4.1.	INTRODUÇÃO	113
4.2.	CRESCIMENTO DOS ÚLTIMOS ANOS: CARACTERÍSTICAS GERAIS	113
4.3.	FATORES QUE INFLUENCIARAM A FAVOR DO CRESCIMENTO	125
4.3.1.	Fatores estruturais e suas transformações	126
4.3.1.1.	Tamanho dos estabelecimentos.....	126
4.3.1.2.	Estrutura familiar e idade dos produtores.....	126
4.3.1.3.	Alta presença de trabalho fora do estabelecimento	127
4.3.1.4.	Queda da horticultura e outras produções granjeiras ..	127

4.3.1.5.	Proximidade e facilidade de acesso a mercados para colocar os produtos	131
4.3.2.	Características próprias da produção ovina nas atuais condições.....	133
4.3.2.1.	A conjuntura do negócio ovino.....	133
4.3.2.2.	Vantagens perante o gado bovino	136
4.3.2.3.	Menor requisição de capital inicial	139
4.3.2.4.	Menos problemas sanitários iniciais para os ovinos na Região.....	140
4.3.3.	Proposta tecnológica e de manejo adaptada à essa realidade.....	140
4.3.3.1.	Intensificação da oferta forrageira	141
4.3.3.2.	A genética animal para a produção em pequena escala.....	142
4.3.4.	Aspectos institucionais: apoios e ferramentas associativas.....	143
4.3.4.1.	Ferramentas associativas de apoio à produção ovina..	143
4.3.4.2.	Políticas de apoio à produção ovina	149
4.4.	FATORES QUE DIFICULTARAM OU JOGARAM CONTRA.....	150
4.4.1.	Fatores estruturais da Região e seus agricultores familiares.....	151
4.4.1.1.	Dificuldades de acesso à terra, maquinaria e outros meios de produção.....	151
4.4.1.2.	Proximidade a centros urbanos	153
4.4.1.3.	Alternativas de comercialização	154
4.4.2.	Condições para a produção ovina na Região	155
4.4.2.1.	Pouca experiência e cultura no ramo	155
4.4.2.2.	Infra-estrutura e logística para a produção ovina na Região.....	155

4.4.3.	Disponibilidade de apoios e possibilidade de acesso aos mesmos para os agricultores familiares.....	156
4.5.	SÍNTESE DO TERCEIRO CAPÍTULO	156
5	CAPÍTULO IV - A PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA: POSSIBILIDADES E LIMITES.....	159
5.1.	INTRODUÇÃO	159
5.2.	O QUE ENTENDEMOS POR PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA?	159
5.2.1.	Elementos que a caracterizam.....	162
5.2.1.1.	Uma produção integrada ao agroecossistema	162
5.2.1.2.	Que não dependa de insumos externos.....	164
5.2.1.3.	Cuja alimentação tenha base forrageira.....	165
5.2.1.4.	Que não degrade os bens naturais	165
5.2.1.5.	Sem uso de agrotóxicos	166
5.2.1.6.	Onde a circulação dos produtos evite os canais monopolizado pelo capital.....	167
5.2.2.	Produção ecológica ou produção orgânica?	167
5.3.	SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA RM	168
5.4.	É POSSÍVEL A PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA RM?	171
5.4.1.	Principais fatores a favor e possibilidades para seu desenvolvimento	172
5.4.1.1.	Existência de agricultores com interesse no tema	172
5.4.1.2.	Potenciais mercados para esses produtos.....	172
5.4.1.3.	Experiências de produção hortícola de base ecológica	173
5.4.1.4.	Necessidade de alternativas para o controle parasitário.....	174
5.4.2.	Principais fatores contra e limitantes.....	175

5.4.2.1.	Quase inexistência de experiências deste manejo funcionando no país	176
5.4.2.2.	Não se visualiza ou não se entende necessário um manejo diferente.....	176
5.4.2.3.	Falta de informação e formação para agricultores e técnicos.....	179
5.4.2.4.	Falta de investigação rumo ao manejo de base ecológica.....	179
5.4.2.5.	Falta de apoio ou planos específicos a partir das políticas públicas.....	181
5.4.2.6.	A preocupação não tem força nas principais organizações da agricultura familiar	182
5.5.	SÍNTESE DO QUARTO CAPÍTULO.....	183
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS.....	191
	APÊNDICES.....	211

1 INTRODUÇÃO

Desde o ano 2011 estou trabalhando como docente dentro do Programa Integral Metropolitano (PIM) da Universidad de la República (UdelaR). Este é um Programa universitário que depende do Serviço Central de Extensão e Atividades no Meio (SCEAM) da UdelaR e que possui como principal área geográfica de trabalho a zona leste da Região Metropolitana (Departamentos¹ de Montevideo e Canelones). O objetivo central do PIM consiste em desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que, além de gerar processos de formação e geração de conhecimento com a participação de universitários (estudantes, docentes, egressos), possam acrescentar elementos relevantes para as organizações sociais populares da Região e demais com as quais trabalhamos.

A Região Metropolitana (RM) caracteriza-se pela sua grande heterogeneidade de territórios no que tange às condições sociais, habitacionais e de características da população, com grandes contrastes e níveis de fragmentação social. A transição entre o urbano e o rural gera uma forte necessidade de convivência de identidades rurais e operárias urbanas com dinâmicas de exclusão e pobreza, que se expressam, por sua vez, em diversidade de conflitos. A área rural apresenta um forte processo de metropolização, com expansão urbana residencial e industrial e de serviços. Junto a isso, nos últimos tempos a região sofreu o desaparecimento de agricultores e a perda de áreas do solo dedicado a atividade agropecuária, com situações de deterioração do solo e uma importante área atualmente improdutiva. Isto se traduz numa série de importantes conflitos sociais, políticos, econômicos e ambientais, colocando-se a convivência forçada entre situações de baixo nível de acesso ao trabalho e alta precariedade do mesmo, com o desenvolvimento de grandes enclaves tecnológicos e industriais (SCARLATO et al., 2001; UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, 2009; MENDY; GONZÁLES, 2011).

A partir do espaço e ambiente universitário estamos trabalhando há aproximadamente dois anos em conjunto com

¹ A organização política do Estado uruguaio faz que esteja subdividido em dezenove Departamentos. Por sua vez, cada Departamento é composto por vários municípios.

algumas organizações sociais populares do campo presentes na Região, especialmente com algumas organizações de agricultores familiares e algumas que nucleiam agricultores familiares referidos como agroecológicos. Já desse trabalho surgira uma série de possíveis linhas concretas de trabalho, baseadas nas realidades e problemáticas desses sujeitos sociais. Entre elas, um dos temas que aparece com força é o desenvolvimento de alternativas produtivas que contemplem a realidade da região e seus agricultores, em particular as que incorporem a produção animal. Há poucos anos muitos dos agricultores da região, vêm integrando a produção de ovinos em suas atividades produtivas, na maioria dos casos com pouca experiência prévia e geralmente sem ferramentas claras de como implementar sua integração com suas outras produções, principalmente com a horticultura. Em particular, alguns desses agricultores consideram a possibilidade de integrar a produção ovina no âmbito do manejo ecológico que vêm tentando realizar em suas áreas. Diante disso, surge como problema a pouca experiência que possuem os agricultores da região sobre a produção ecológica de ovinos, ao que se soma a pouca informação e pesquisa sobre o tema.

Perante essa demanda concreta surge uma série de perguntas:

- A produção ovina de base ecológica é viável nessa região?
- Quais as implicações desse tipo de produção?
- Quais são as principais limitantes ou as principais dificuldades que os agricultores enfrentam para desenvolvê-la?
- Essa proposta pode significar uma alternativa para os agricultores familiares da região metropolitana?

A partir dos elementos assinalados nos propomos aprofundar essa temática, procurando gerar contribuições para o trabalho com agricultores familiares da região e com suas respectivas organizações.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Identificar e avaliar alternativas que têm os agricultores familiares para a produção ovina na Região Metropolitana de Uruguai, especialmente aquela baseada no manejo ecológico.

1.1.2. Objetivos específicos

- Conhecer as principais mudanças pelas quais passaram os agricultores familiares da Região Metropolitana e as suas organizações na última década.
- Compreender o papel desempenhado pela produção ovina dentro dessas mudanças.
- Analisar as possibilidades que apresenta a produção ovina de base ecológica como alternativa para os agricultores familiares da Região.
- Analisar as principais limitantes e dificuldades para o desenvolvimento dessa proposta e as possíveis ações para viabilizá-la.

1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.2.1. Delimitação do objeto de estudo

Os largos limites da questão, próprios da natureza desta pesquisa, e aqueles de minhas capacidades para desenvolvê-la, levaram a uma necessária delimitação do objeto de estudo em vários aspectos.

A primeira delimitação foi geográfica. Existem diferentes propostas e perspectivas para definir a Região Metropolitana uruguiaia (CÁNEPA, 2011). No caso deste trabalho, compreenderei por região Metropolitana aquela que corresponde geograficamente aos Departamentos de Canelones e de Montevideo. Isto se fundamenta, por um lado, nas características da informação à qual tive acesso, em especial estatística e documental, que em sua imensa maioria está agrupada por Departamentos. Ao mesmo tempo, considerar outro tipo de divisão neste caso seria tão arbitrário quanto àquela adotada.

Mas, por outro lado, grande parte das organizações sociais e instituições com as quais temos trabalhado a partir do PIM levam adiante a maioria de seus vínculos e relações sociais, políticas e econômicas no marco destes Departamentos.

Outra delimitação foi temporal. Para analisar a situação atual da produção ovina e a agricultura familiar com uma perspectiva histórica procurei focar nos últimos quinze anos, dadas as importantes mudanças sociais e de modelos de desenvolvimento que ocorreram nesse período. Mas, se bem isto funcionou como um guia, a maioria da informação estatística e documental existente no momento de realizar esta pesquisa chegava até o ano 2013, pelo qual muitos dos dados apresentados e análises posteriores se focam no período de dez anos, entre 2003-2013.

Uma última delimitação diz respeito ao grupo social no qual se foca esta pesquisa. Os sujeitos sociais centrais nela são os agricultores familiares de Uruguai, em particular os que vivem e sobrevivem na Região Metropolitana. Isto se fundamenta nas definições política e acadêmicas sobre as quais se desenvolve nosso trabalho dentro da universidade.

1.2.2. O processo de pesquisa

Para responder aos objetivos e perguntas levantadas, o estudo levou adiante três processos de pesquisa: documental, de campo e bibliográfica.

1.2.2.1. Pesquisa documental

Realizei a busca e o processamento de informação a respeito da situação da agricultura familiar ovina no país e, em particular, nos Departamentos de Montevideo e Canelones. Para isso recorri a documentos elaborados por distintas direções e unidades do Ministério de Ganaderia, Agricultura y Pesca (MGAP), do Instituto Nacional de Estadísticas (INE), do Instituto Nacional de Carnes (INAC), pela Asociación de Consignatários de Ganado (ACG), pela Comisión Administradora del Mercado Modelo (CAMM), entre outros. Em especial, uma das fontes de informação básica para muitas das informações atuais foram os micro-dados do último Censo General Agropecuario (CGA) realizado no ano 2011, as quais estão disponíveis na página web

da Oficina de Estadísticas Agropecuarias (DIEA) do MGAP. Do seu processamento e análise surge muita da informação central para este trabalho. No Apêndice V encontra-se o listado de documentos e recursos aos quais tive acesso. Os documentos processados em sua grande maioria serviram de base para a elaboração de quadros e gráficos.

1.2.2.2. Pesquisa de campo

Realizei a pesquisa de campo a partir de duas ferramentas principais: entrevistas semi-estruturadas e grupo de discussão.

1.2.2.2.1. *Entrevistas semi-estruturadas*

Realizei um total de nove entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987) com agricultores (três) e técnicos (seis) vinculados à produção ovina na Região Metropolitana. As características dos entrevistados foram as seguintes:

- Um técnico da *Comisión Nacional de Fomento Rural* (CNFR) que se vincula à produção ovina na região.
- Dois técnicos do *Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria* (INIA) vinculados a pesquisas em ovinos no sul do país.
- Um técnico da *Dirección General de Desarrollo Rural* (DGDR) do MGAP que trabalha na região.
- Um técnico da *Unidad de Desarrollo Rural* do governo de Canelones.
- Um técnico da *Unidad de Montevideo Rural* do governo de Montevideo.
- Três agricultores familiares com produção ovina dentro da região metropolitana e com diferentes características: um fortemente vinculado ao Banco Ovino da CNFR; um fortemente vinculado ao trabalho de INIA; um sem vínculo forte com essas propostas mas vinculado com grupos de productores ovinos da Região.

Apliquei uma pauta de entrevistas em geral para todos os entrevistados e pautas particulares para os técnicos e para os agricultores (ver Apêndices I, II e III).

1.2.2.2.2. Grupo de Discussão

Para trabalhar especificamente a situação e perspectivas da produção ovina ecológica na região metropolitana foi implementado um Grupo de Discussão. Esta técnica permite gerar informações sobre o discurso social a respeito do tema que se coloca em discussão e instaura um espaço de “opinião grupal” a partir da “conversação” (CANALES; PEINADO, 1995). Permite assim a reconstrução do sentido social no marco de uma situação grupal discursiva. Este grupo não existe como tal nem antes nem depois da discussão, senão que se conforma no processo mesmo. E para que se gere esse processo de discussão é necessário assegurar um grau mínimo de homogeneidade que permita manter certa simetria de relação entre os integrantes do grupo e de heterogeneidade que assegurem a diferença necessária em todo processo de fala. Também é importante o tamanho do grupo, o suficientemente grande para que surjam distintos canais de comunicação e intercâmbio e o suficientemente pequeno para que ninguém fique excluído e nem se gerem diferentes subgrupos de menor tamanho.

Neste caso, o Grupo de Discussão esteve integrado por cinco agricultores familiares que vivem e trabalham na região metropolitana ou nas redondezas e que estão implementando ou procurando implementar em suas áreas um sistema de produção ovina de base ecológica ou agroecológica. Reunião foi realizada na sede do PIM, local proposto pelos produtores devido à facilidade de acesso para todos. A discussão foi gravada e o roteiro encontra-se no Apêndice IV.

A informação gerada foi processada por mim conforme os objetivos da investigação, ordenando a informação por eixos: características atuais e as que deveria cumprir a produção ovina ecológica; possibilidades para seu desenvolvimento; principais limitantes; atores envolvidos; ações a serem seguidas.

1.2.2.3. Pesquisa bibliográfica

Realizei pesquisa bibliográfica especialmente sobre o tema da produção ecológica de ovinos. Para isso recorri a algumas das principais bases de dados de publicações científicas disponíveis em internet, assim como às bases de trabalhos de

Conclusão de Curso, Teses e Dissertações de algumas das principais universidades do Sul de Brasil e Uruguai. Também pesquisei entre as principais publicações produzidas pelas instituições de investigação nacional vinculadas ao tema.

2 CAPÍTULO I - TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA URUGUAIA: SEU PROCESSO HISTÓRICO

Adiós, hermosa tierra del sol y de tormentas, de virtud y de crimen; ojalá que a tus invasores del futuro les vaya como a los del pasado, y te dejen al final librada a tus propias inclinaciones, ¡ojalá que los caballerescos instintos de Santa Coloma, la pasión de Dolores, la amorosa gentileza de Candelaria, sigan viviendo en tus hijos para iluminar sus vidas con romance y belleza; ojalá que el resplandor de nuestra civilización superior nunca caiga sobre tus flores silvestres ni caiga tampoco el yugo de nuestro progreso sobre tu pastor - descuidado, airoso, amante de la música como los pájaros- para hacerlo como el malhumorado y abyecto paisano del Viejo Mundo!

(William Henry Hudson,
1885, La Tierra Purpúrea)

2.1. INTRODUÇÃO

Uruguai possui 17,5 milhões de hectares de superfície terrestre, dos quais, no ano 2011 ao realizar-se o Censo Geral Agropecuário (CGA), mais de 93% destinam-se a produção agropecuária (URUGUAY, 2014a), porcentagem que se manteve em torno a 90% desde muito tempo, dado que desde os tempos da Banda Oriental o gado estendeu-se quase pela totalidade da superfície do país (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Também em 2011, dos cerca de 3,3 milhões de habitantes do país, 95% deles vivia em centros ou áreas urbanas e tão somente 5% em áreas rurais (URUGUAY, 2011).

Dos 16,4 milhões de hectares destinados a agropecuária, mais de 12,7 milhões de hectares (78%) tiveram como atividade principal a pecuária (incluída a produção leiteira), quase 1,4 milhões de hectares (8,3%) estiveram ocupados com cultivos agrícolas extensivos (excluindo o arroz) e em pouco mais de um milhão de hectares (6,5%) a principal produção foi o mono cultivo florestal. Se bem a maior proporção dedicada à produção de

gado é muito importante, se analisamos as últimas décadas perceberemos que ocorreram mudanças significativas. Se compararmos estes dados com aqueles do ano 2000 (também ano de CGA), naquele momento a criação de gado representava 85% da superfície dedicada à produção agropecuária, os cultivos agrícolas extensivos representavam 4%, mesma proporção que os monocultivos florestais. Retrocedendo-se ainda mais no tempo, no CGA de 1990 as porcentagens eram 88%, 4,4% e 1,2%, respectivamente (URUGUAY, 2014a). Essa enorme superfície destinada na atualidade à produção de cultivos agrícolas, que na safra 2012/2013 aproximou-se a 1,8 milhões de hectares, somente na safra de 2009/2010 conseguiu superar o recorde histórico de superfície destinada a cultivos agrícolas que havia chegado às 1,6 milhões de hectares no ano de 1957. Certamente que estes dois momentos históricos são muito diferentes no tocante as suas bases produtivas e econômicas, como veremos logo adiante neste mesmo capítulo. Mas, para se ter uma idéia inicial, estas diferenças já se expressam em quais são os cultivos predominantes. Em 1957 (como se repetiria nos 50 anos anteriores e posteriores a essa data) predominavam fortemente os cultivos de inverno, sendo o trigo o principal cultivo, com uma superfície semeada de aproximadamente 800 mil hectares (SAAVEDRA, 2011). No entanto, desde o começo dos anos 2000 e em particular na safra 2012/2013, os cultivos que predominam são os de verão, com total predominância da soja, a qual superou um milhão de hectares semeados nessa safra de 2013 (URUGUAY, 2014b). Isto não implica unicamente diferenças de produtos ou de manejo tecnológico, senão de modelo produtivo e econômico no qual se sustentam, com suas diferentes implicações sociais e ambientais que também iremos analisar neste capítulo.

No tocante aos resultados produtivos e econômicos, em 2013 a produção agropecuária representou aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (PIB) (BANCO CENTRAL DEL URUGUAY, 2014; URUGUAY, 2014b). Se analisamos esta produção agropecuária, 37% esteve explicado pelos cultivos agrícolas extensivos, 25% pela produção de gado de corte, 11% pela produção de leite e 5,3% pelo monocultivo florestal (URUGUAY, 2014b). Isto mostra a forte transformação que ocorreu nos últimos anos, sendo que desde 2010, por vez primeira o produto agrícola supera ao pecuário, que fora a

produção por excelência de Uruguai desde os inícios de sua história. Se bem que a tendência de crescimento do peso do produto agrícola com relação ao pecuário começou a partir de 1970 (PIÑEIRO; MORAES, 2008), foi nos últimos quinze anos que isto disparou. Enquanto a produção agropecuária em geral se multiplicou por quatro entre 2003 e 2013, a produção pecuária se multiplicou 2,5 e os cultivos agrícolas extensivos (excluindo o arroz) por doze (URUGUAY, 2005, 2014).

Todas essas transformações na ocupação das terras se evidenciam mais fortemente na distribuição das exportações, dentro das quais historicamente a agropecuária teve um lugar fundamental. Em 2014, as exportações de origem agropecuária representaram 75% do total. Esta relação se mantém muito similar nas últimas décadas, mas o mais significativo é ao analisar suas origens segundo a categoria de produção. Aproximadamente 44% destas exportações provieram de cultivos agrícolas extensivos, pouco menos de 20% foram de carne bovina, 13% de produtos lácteos e perto de 9% do monocultivo florestal (URUGUAY, 2014b). Esta situação na qual as exportações agrícolas superam às de carne bovina também é nova na história do país, começando no ano 2009, e mantendo-se até o presente. Para efeitos de comparação, em 2004 as exportações de carne bovina representaram algo mais de 31% dentro das de origem agropecuária, as provenientes de cultivos agrícolas extensivos 18%, as de produtos lácteos perto de 10% e as de monocultivos florestais 7% (URUGUAY, 2005). É evidente que no período analisado as exportações de produtos agrícolas tiveram um aumento muito acima do restante de produtos agropecuários. Enquanto as exportações agropecuárias acompanharam o aumento geral das exportações uruguaias que se triplicaram entre os anos 2003-2013 (em dólares correntes), as exportações de cultivos agrícolas extensivos multiplicaram oito vezes, acima do crescimento das exportações de produtos lácteos que igualmente aumentaram quase cinco vezes, das provenientes do monocultivo florestal que quadruplicou e o da carne bovina, que nesse período apenas duplicou (URUGUAY, 2006, 2014b).

Essas mudanças, que se observa ao fazer uma leitura inicial de alguns dos aspectos da realidade agropecuária uruguiaia, estão baseadas nas distintas transformações e processos que se desenvolveram no país, principalmente

vinculadas às características da sua inserção no capitalismo mundial e suas mudanças ao longo da história. Estas transformações, além de terem base em particularidades próprias da estrutura social e econômica uruguaia, estão fortemente condicionadas por sua situação de dependência em relação às grandes potências capitalistas e mais profundamente pelo rol que lhe é adjudicado como economia dependente nas diferentes etapas históricas da acumulação capitalista. No caso do setor agropecuário uruguaio isto terá fundamental importância, dado que as principais políticas que o afetaram e condicionaram estiveram muito ligadas ao tipo de inserção internacional adotado pelo país, em especial as políticas para o setor exportador, dado o peso que a produção agropecuária manteve nele (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

Por isso, na continuação procurarei apresentar brevemente e de maneira resumida as características principais da inserção da economia uruguaia nas diferentes etapas do capitalismo, as mudanças que implicaram a sua própria estrutura e os efeitos disso sobre a estrutura agrária, a produção agropecuária e os sujeitos que a conduzem. Em especial, por ser o grupo social de interesse central para este trabalho, colocarei o foco nos efeitos e transformações que afetaram a agricultura familiar. No capítulo seguinte, focarei, também de forma resumida, os distintos efeitos e mudanças que afetaram a produção ovina.

2.2. URUGUAI NAS DISTINTAS ETAPAS DO CAPITALISMO

Começando aqui por analisar as etapas e como se desenvolveu a economia uruguaia em cada momento, procuro aproximar-me e entender, tal como coloca Katz (2003), como se articulam os princípios que regem o capitalismo em cada momento histórico, analisando os acontecimentos conforme suas implicações nisso e não unicamente a sua temporalidade.

Para isso partirei da perspectiva que propõe Dabat (1993) de entender as etapas do capitalismo como aquelas formas históricas estruturais de desenvolvimento do capitalismo que geram modalidades específicas de acumulação, reprodução e contradição social, segundo a forma em que se estendem, se tornam complexos e articulam globalmente seus componentes básicos (forças produtivas, relações de produção, esferas diferenciadas da vida social e superestrutura institucional). Entre

cada etapa sucessiva encontra-se um momento de crise do padrão de acumulação que sentará as bases das reestruturações dessas condições de acumulação e a criação de novos mecanismos, diferente aos anteriores.

Porém, é muito difícil definir temporalmente os momentos de finalização de uma etapa e começo da seguinte. Ainda mais em nosso caso onde tenta servir com guia para a análise e não é parte de nosso objeto de estudo. Por isso as datas ou períodos temporais que utilizarei para identificar as etapas não procurarão mais do que ser um guia que nos sirva para situar melhor os processos que ali aconteceram, não sendo parte de um estrito processo de pesquisa. Tomei por base para isso os trabalhos de Dabat (1993), Katz (2003), Harvey (2007), Carcanholo (2011) e Bambirra (2013). O mesmo ocorre com os nomes designados a cada etapa.

2.2.1. Do início mercantilista (1790-1840) ao capitalismo de livre concorrência (1840-1890)

Com o advento da revolução industrial em seus começos o modo de produção capitalista esteve restringido praticamente à Inglaterra como centro das transformações industriais, ainda que França fora o centro das principais transformações políticas. Mas a partir da década de 1840 inicia o período no qual o mundo começa a tornar-se capitalista, com uma minoria de países centrais que passam a se converter em economias industriais (HOBSBAWM, 2012).

O esplendor econômico se baseou na expansão do mercado e do comércio internacional, tanto para obter matérias primas como para colocar seus produtos manufaturados, vínculo que desenvolveu fortemente Grã Bretanha acima de tudo com os países periféricos ainda em formação, o que a colocou durante toda esta etapa como principal potência mundial. Um fator central para isso foi a generalização do liberalismo econômico e com ele a disseminação das empresas privadas, sendo fundamental também para esta expansão a aparição do trem. Inicialmente as principais transformações da produção não ocorreram tanto do ponto de vista tecnológico senão no aumento de escala, ainda que no final do período cresceu o desenvolvimento da química e da eletricidade, começando a incorporar os conhecimentos que ganharão importância na

próxima etapa imperialista (HOBSBAWM, 2012). Começará a instalar-se a divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos se consolidarão em seu rol de agroexportadores (DABAT, 1993).

Uruguai, se bem durante todo o século XIX vive uma sucessão de guerras de independência e logo civis, consegue esse vínculo com as potências, inicialmente pela sua localização estratégica enquanto porto, fortalecendo-se como centro de trânsito comercial. Logo, desde o produtivo, através da indústria salgueira e a exportação de charque e couros, que se baseavam na exploração extensiva do gado bovino crioulo que ocupava a maioria do território uruguaio, sob condições de produção que quase não haviam mudado desde a introdução da espécie no século XVI. Esta situação se manteve até que na década de 1860 se dá um importante crescimento da produção ovina, fato que fora definido como a 'revolução lanífera', na qual a lã passa a ser um dos principais produtos exportáveis, algo que gerou um importante impulso da economia (BARRÁN, 2007; FINCH, 2005). O crescimento ovino gerou também uma primeira (ainda que incipiente) mudança na estrutura fundiária do país, permitindo o desenvolvimento mínimo de alguns minifúndios e de uma pequena burguesia rural, dado que a partir da produção ovina muitos produtores sem terra (principalmente migrantes), conseguiram níveis de acumulação suficiente para tornarem-se proprietários de terra. Igualmente as grandes fazendas seguiriam dominando a imensa maioria do território e concentrando a riqueza do país. Em 1860 também começaram a surgir os primeiros investimentos estrangeiros de capitais britânicos, em especial destinados a indústrias processadoras de carne e frigoríficos (BARRÁN, 2007). Até esse momento as políticas macroeconômicas do modelo agroexportador se baseavam na abertura comercial, com um sistema monetário fundado no padrão ouro e onde o Estado se limitava ao controle da segurança e da justiça, com muito pouca ingerência nas esferas produtiva e financeira (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

2.2.2. Monopolista e imperialista (1890-1945)

Com o fim da etapa anterior em torno à depressão que abrangeu, desde a década de 1870 até final do século, consolidou-se a divisão do mundo em países desenvolvidos e

países atrasados, centrais e periféricos (HOBSBAWM, 2012). A economia e o comércio internacional seguiam em crescimento assim como o investimento estrangeiro em América Latina, que teve um ápice na década de 1880. Mas a grande depressão deu passo à era do protecionismo à produção nacional dos distintos países industrializados. As empresas tenderam ao monopólio e ao oligopólio através de distintas formas de associação entre capitalistas, apostando na concentração econômica, no controle do mercado e na eliminação da concorrência mediante a aparição de grandes empresas e corporações. Produz-se assim a denominada *Segunda Revolução Industrial* ou *Revolução Tecnológica*, a partir da incorporação de tecnologias ao processo industrial (eletricidade, química, motor a combustão). Também se desenvolve a gestão científica fruto das investigações de Taylor, buscando a racionalização da produção e a gestão de empresas.

Segundo Lênin (2012), os cinco traços fundamentais desta etapa foram: 1) a concentração da produção e do capital que refletiu seu maior grau de desenvolvimento nos monopólios, com um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a partir disso a criação da oligarquia financeira; 3) a exportação de capital adquire fundamental importância em contraposição à exportação de mercadorias; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, os quais se repartem o mundo, e 5) finaliza o processo de repartição territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

A base geográfica do capitalismo expandiu-se, ampliando-se extraordinariamente o mercado mundial de matérias primas, integrando novas regiões do mundo. Fruto dessa ampliação da economia mundial Grã Bretanha perde seu peso hegemônico, crescendo em importância Estados Unidos, Alemanha e França. Com isso, as relações comerciais dos países periféricos já não terão um único centro de convergência como havia sido na etapa anterior, ainda que o Reino Unido continuasse como centro financeiro mundial. Passaram assim a especializar-se na produção e exportação de algumas matérias primas que serviam de base para alavancar o crescimento industrial dos países centrais (HOBSBAWM, 2012).

Estas transformações nos centros capitalistas mais desenvolvidos impulsionaram o avanço e consolidação das relações capitalistas de produção nos países periféricos de

América Latina, processo que começou no final da etapa anterior e que geraria a modernização dos sistemas produtivos dos países dependentes, respondendo às necessidades da expansão do capitalismo mundial. Com isso assegurava-se suficiente quantidade de matérias primas ao processo de industrialização crescente e permitia o crescimento dos mercados internos desses países dependentes, ampliando assim a possibilidade de colocação das manufaturas produzidas nos países centrais (BAMBIRRA, 2013). Esta modernização se manifestou tanto na organização social da produção, generalizando-se as relações capitalistas de produção em setores chaves da economia, como no âmbito das forças produtivas a partir de mudanças tecnológicas, introdução de novos instrumentos e sistemas de produção e transporte que aumentaram a capacidade dos setores exportadores. Com isto, contribuiu-se tanto ao crescimento do mercado interno, a partir dos setores assalariados dependentes dos setores exportadores, quanto à expansão dos setores complementares ao setor exportador (agrícolas, comércio, transportes, comunicação, serviços, etc.). Este dinamismo presente na economia dos países dependente foi gestando seus processos de industrialização, sempre de forma subordinada ao setor exportador, que seguiria sendo o setor econômico fundamental dada a função de produtores de matérias primas já atribuída a estes países no contexto mundial. Então, se geram nesta época algumas políticas econômicas protecionistas que procuram impulsionar a industrialização e a modernização, algo que foi possível também pelas condições próprias desse período no qual as potências centrais mantinham uma grande demanda de matérias primas, ao que se somam as condições geradas pelas guerras mundiais. Com isto os países dependentes se asseguravam a demanda dos principais produtos exportáveis, bem como as condições apropriadas para o desenvolvimento de uma indústria nacional. Mas muitas das principais contradições para o desenvolvimento da indústria nestes países não foram solucionadas, entre as quais aparece como fundamental a manutenção das antigas estruturas agrárias quase sem ser modificadas, fator que limitava o crescimento do mercado interno e portanto esse modelo industrializado. Para a maioria dos países latino-americanos, que assumiram esse modelo, o resultado de todo esse processo foi a monopolização, centralização e concentração industrial, principalmente sob o

controle de conglomerados multinacionais, com a conseqüente desnacionalização dos meios de produção. Enquanto isso, desde os estados se realizaram investimentos em infra-estrutura (energia, transporte, comunicação) favorecendo o impulso industrializador e desenvolvendo um modelo de capitalismo de Estado muito combinado com os capitais estrangeiros (BAMBIRRA, 2013).

Em Uruguai, já desde a década de 1870 se geraram as bases para que as relações capitalistas de produção se estendessem em todo o território, a partir do que se denominou como processo de modernização do país, que no âmbito rural inclui como ações fundamentais o cercamento dos campos como expressão física da propriedade da terra e onde se conseguiu a chegada do trem a todo o país. Isto se soma à consolidação da institucionalidade pública e privada como fora a implementação do Código Rural e a fundação da Asociación Rural del Uruguay (ARU, organização que até o presente congrega a burguesia pecuária) que serviram de impulso para a “modernização” no âmbito rural e para o desenvolvimento do setor exportador (FINCH, 2005). Aqui, o Estado jogou um papel central garantindo o direito privado da propriedade, passando os agentes privados a serem protagonistas principais de investimento no setor agropecuário (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Mas um dos principais impactos deste processo foi o deslocamento massivo da força de trabalho rural que já tinha lugar nos campos agora cercados. Em muitos casos ocorreu a expulsão de famílias que viviam e produziam em terras fiscais e sem titulação, as terras estas que foram anexadas às grandes fazendas vizinhas e seus antigos usuários deslocados aos principais centros urbanos ou aos chamados "rancheríos" e "pueblos de ratas", sendo este um dos principais momentos no qual se materializou o processo de acumulação originária no país (FINCH, 2005). É nessa época que Piñeiro (1985) identifica a origem do campesinato uruguaio, principalmente a partir daqueles povoadores expulsos das grandes fazendas, que foram encontrando em pequenas parcelas para arrendar ou comprar, principalmente nas proximidades dos principais centros povoados, em especial Montevideo. Ali puderam subsistir, mantendo pequenos rodeios de gado e em muitos casos trabalhando nas fazendas próximas.

No começo do século XX, com o início da época que logo seria conhecida como "batllista"², se realizaram importantes mudanças econômicas através da proteção à industrialização destinada ao mercado interno, com um forte crescimento de Montevideo e com isso dos setores e classes urbanas. A tudo isso se somou a importante chegada de imigrantes para integrar-se, em alguns casos, como operários às indústrias frigoríficas e, em outros casos, como pequenos capitalistas com importantes benefícios fiscais e proteções tarifárias. O crescimento urbano e a presença de novos imigrantes, com uma importante demanda de grãos para sua alimentação, estimularam o crescimento do setor agrícola, principalmente nas imediações de Montevideo, em especial no limítrofe Município de Canelones, sobre a base de pequenos produtores familiares e com uma produção centrada no trigo e no milho (FINCH, 2005). Nesta época, além de ser introduzida uma forte tradição intervencionista do Estado que tem seus correlatos até os dias atuais, desde o batllismo se questionou fortemente a estrutura agrária do país, em particular o papel do latifúndio e da produção pecuária (PIÑEIRO; MORAES, 2008). A partir dessas mudanças é onde se começa a identificar e estimular o papel desta agricultura familiar³ como produtora de alimentos baratos, destinados ao mercado interno, facilitando assim o desenvolvimento industrial, de serviços e os processos de urbanização (PIÑEIRO, 1991). Então, é aqui quando o crescimento agrícola, que começou nos arredores de Montevideo, foi expandindo-se, em parte, rumo ao oeste do país,

² Essa expressão faz referência a José Batlle y Ordóñez, quem fora Presidente de Uruguai em dois períodos entre 1903 e 1915, mantendo uma influência política e ideológica preponderante inclusive muito tempo depois de sua morte em 1929. Mas Finch (2005) entende o batllismo como um estilo ou ideologia nacional desenvolvimentista que assentou suas bases no final do século XIX, inclusive antes da primeira chegada de Batlle ao governo y que organizou a vida de Uruguai até a década de 1960. Suas características principais consistiram em colocar o Estado como elemento protetor do bem-estar social e instrumento de distribuição da riqueza através de pactos sociais.

³ No caso de Uruguai é mais comum se-referir aos agricultores familiares como produtores familiares. Embora isso possa gerar algumas diferenças respeito ao sujeito social que nos referimos, neste trabalho usarei a expressão agricultor familiar e agricultura familiar. Não é objeto de este estudio aprofundar nesse debate.

também sobre a base dos pequenos agricultores familiares. A pouca lucratividade da agricultura aos olhos dos terra-tenentes da época, em comparação com a produção de gado, fez que a mesma fosse levada adiante por pequenos agricultores familiares (PIÑEIRO, 1985). Produto disso é que, a partir dos começos do século XX, a agricultura familiar começa um crescimento sustentado muito ligado a esse impulso desenvolvimentista do Uruguai, e que se manterá durante cinqüenta anos como veremos ao analisar a próxima etapa. Assim também, veremos adiante, essa será a primeira e única etapa de esplendor deste grupo social, dado que a partir da década de 1960 começará um processo de diferenciação e desaparecimento que se mantém e aprofunda na atualidade.

Mas tudo isso não desembocou em grandes transformações da estrutura produtiva do país, dado que a política agropecuária não interferiu nos interesses dos terra-tenentes rurais nem na propriedade da terra, inclusive tampouco se tentou recuperar as terras fiscais roubadas no seu momento (FINCH, 2005). Os principais problemas do setor agropecuário (freio tecnológico, investimentos públicos insuficientes em estradas e infra-estrutura, péssimas condições de vida dos setores rurais mais pobres) não receberam políticas específicas duradouras e exitosas, dependendo então da conjuntura política de cada momento (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Buscaram-se mudanças graduais a partir de algumas medidas que tiveram pouco resultado em modificar a estrutura agrária e produtiva que se arrastava de épocas anteriores. Algumas destas medidas foram: aumentar os impostos à terra, à herança e ao abandono; implementar o salário mínimo rural; planos de colonização; créditos a pequenos produtores; ensino e pesquisa agrônômica (FINCH, 2005). Também nesta época funda-se, com o impulso do Estado, a Comissão Nacional de Fomento Rural (CNFR), organização de variada composição social que integrou à maioria dos agricultores familiares de Uruguai, fundamentalmente do sul e oeste do país (PIÑEIRO, 1985). No entanto, os setores terra-tenentes e dos fazendeiros pecuários mantiveram o mesmo poder que antes. Inclusive, com a chegada das guerras mundiais, a indústria frigorífica cresceu ao se favorecer com os altos preços internacionais, situação que fortaleceu ainda mais o lugar dos terra-tenentes e fazendeiros pecuários na economia nacional. Apresentaram-se, então, uma série de condições favoráveis,

ainda que temporárias, que permitiriam um novo momento de transformações na economia do país. Os altos preços dos produtos de exportação, a situação de relativa autonomia com relação aos países centrais, fruto das guerras, e a possibilidade de haver acumulado reservas nesses tempos permitiram em Uruguai, assim como em outros países de América Latina, a implementação de um processo de Industrialização Substitutiva de Importações (ISI) que iniciaria no período entre-guerras, mas que se desenvolverá fortemente a partir de 1945 (FINCH, 2005).

2.2.3. Monopolista de Estado (1945-1970/80)

Após a segunda Guerra Mundial, a integração monopolística mundial cumpre-se de forma plenamente definida e se torna dominante, expandindo-se como capitalismo monopolista de estado, consolidando-se a hegemonia dos Estados Unidos dentro do bloco capitalista (BAMBIRRA, 2013). A chamada Idade de ouro dos países capitalistas centrais sustentou sua explosão econômica em importantes transformações tecnológicas nos processos de produção, utilizando de forma intensiva o capital constante (matérias primas e meios de produção) e substituindo cada vez mais o capital variável (mão de obra). Sob a proposta keynesiana geraram-se economias mistas, onde os estados apoiaram, supervisionaram, direcionaram e até planejaram e gestionaram a industrialização da época. Somam-se a isto as políticas públicas de bem-estar e segurança social que asseguravam mercados internos com boa capacidade de consumo massivo dos novos produtos que a indústria propunha (HOBSBAWM, 2011). Também se configurou uma nova e mais complexa divisão internacional do trabalho, com uma nova expansão da industrialização, mas baseada nas velhas tecnologias e maquinarias que os países centrais já haviam superado e que exportavam buscando acelerar seu processo modernizador (BAMBIRRA, 2013). Mas a estratégia não se centrava mais em controlar as fontes de matérias primas ou novos mercados para colocar seus produtos, senão em exportar os próprios capitais, investindo nos setores manufatureiros dos países periféricos. Nessa nova fase dentro do processo de expansão monopolista, América Latina constitui a região do mundo que recebe os principais fluxos de capital para estes investimentos. As condições que favoreceram esse influxo de

capitais foram várias, entre as quais se encontravam: as próprias características do capitalismo como sistema essencialmente mundial, não sendo possível seu desenvolvimento unicamente na esfera nacional sem considerar as transformações (principalmente tecnológicas) em nível global; a dependência que apresentavam as indústrias dos países dependentes à importação de maquinaria e tecnologias dos países desenvolvidos; as políticas protecionistas à indústria nacional, se bem desestimulavam a venda de produtos manufaturados, estimulavam os investimentos estrangeiros nessas indústrias com tecnologias que asseguravam vantagens de competição; a dependência política, que somada a dependência econômica, permitira a implantação deste modelo (BAMBIRRA, 2013).

Para Uruguai, os altos preços internacionais de carnes e lã que se obtiveram no período de guerras mundiais implicaram ingressos monetários extraordinários, que permitiram seu avance industrializador, mediante a implantação do modelo ISI. Entre 1946 e 1956 houve uma forte intervenção estatal, com o fechamento da economia (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Aproveitando os ingressos gerados pelos altos preços da exportação, o Estado, através de medidas protecionistas e subsídios, assegurou por sua vez bons preços de compra para os produtos agrícolas provenientes da agricultura uruguaia, estimulando inclusive a produção de novos cultivos (girassol, arroz, amendoim, linho, algodão, cana de açúcar) (FINCH, 2005). Somou-se a isso o crescimento na demanda interna, produto do desenvolvimento industrial, com o conseqüente avance na urbanização e nos maiores salários da crescente classe trabalhadora, demandando não somente outra quantidade senão também outra qualidade de produtos, como hortaliças, frutas e lácteos (PIÑEIRO, 1985). Estes novos produtos competiam com os cultivos agrícolas para o uso do solo, mas, como vimos anteriormente, igualmente a área semeada para estes cultivos passou de um milhão de hectares em 1945, ao topo de 1,6 milhões no final dos anos 1950, o que levou a que nessa década por vez primeira se alcançassem saldos exportáveis de trigo. Este grande crescimento da agricultura não ocorreu em terras próximas a Região Metropolitana, as quais haviam sofrido um forte processo de degradação fruto de tantos anos de produção trigueira em pequenos estabelecimentos e além do mais passavam a ser utilizadas para a crescente produção de

hortaliças. O surgimento da mecanização fez que os cultivos agrícolas se estendessem rumo à região litoral oeste do país, onde se situavam os solos mais férteis do país, com boas vias de comunicação e existência de estabelecimentos maiores (NAHUM et al., 2007a), pelo qual esta expansão se fundou sobre o crescimento de uma agricultura capitalista. Perante isso, os pequenos agricultores não puderam competir com esses produtores maiores e capitalizados na produção de cereais, pelo qual nas proximidades de Montevideo passaram a se dedicar cada vez mais a produções que requeriam maior mão de obra, como a horticultura (PIÑEIRO, 1985).

O rápido crescimento industrial e seu dinamismo provocaram um crescimento nas relações de dependência com relação aos países centrais, especialmente pela maior exigência de combustíveis, matérias primas e capital constante (maquinarias), próprias deste crescimento, a maioria dos quais necessariamente deviam ser importados, consolidando então o processo de influxo de capitais, recentemente assinalado. Apesar disso, a industrialização uruguaia teve como particularidade o predomínio de capitais nacionais com forte participação do Estado na economia, algo próprio do batllismo, através da nacionalização de seus principais setores (energia elétrica, combustíveis, frigorífico nacional, pesca, transportes). Já no final da década de 1950, com a saída das condições de pós-guerra e a implementação das novas estratégias da etapa, Uruguai perdeu a situação de bonança na que se encontrava, sentando-se as bases para a crise de seu modelo ISI e posterior decadência econômica. Por um lado, deterioraram-se seriamente as exportações de produtos, principalmente pecuários, tanto pela queda de preços internacionais quanto pelo seu estancamento produtivo que já vinha ocorrendo há algum tempo; por outro lado, à dependência da indústria, anteriormente mencionada, fruto da necessária importação de meios de produção, somava-se a pouca capacidade de mudanças em uma indústria focada num mercado interno pequeno e quase sem possibilidade de crescimento (FINCH, 2005).

Esse estancamento econômico desencadeou uma série de processos sociais e econômicos, bem como de medidas políticas que assentaram as bases não somente da crise que derivou no golpe de estado cívico-militar de 1973, senão também num ajuste político e econômico de Uruguai que o preparou para

inserir-se de forma completa na próxima etapa, a do capitalismo neoliberal. Isto começaria a se consolidar tempo antes do golpe de Estado, já em 1959, com a concreção da Lei de Reforma Monetária e Cambial baseada nas diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) que meses antes havia enviado uma missão ao país. A reforma se inspirava no liberalismo econômico, privilegiando o livre mercado e a livre concorrência em contra do dirigismo e intervencionismo estatal. Para isso, se baseou, entre outras coisas, em: livre importação e eliminação do controle de exportações e importações; eliminação da maioria de subsídios, principalmente agrícolas; fixação de detração às exportações; novo regime cambial em função do livre jogo da oferta e da procura. Foi então que os mecanismos centrais desta etapa do capitalismo, com Estados Unidos como hegemonia principal e com o fluxo de capitais desde o centro às periferias, repercutiram fortemente no país. Mas essa chegada de capitais ocorreu principalmente através de organismos internacionais de crédito, expressando-se num forte crescimento da dívida externa. Também cresceu o investimento estrangeiro direto, principalmente no setor bancário e nos negócios imobiliários, sendo os frigoríficos as únicas indústrias com investimentos estrangeiros de peso (NAHUM et al., 2007b).

2.2.4. Etapa neoliberal (1970/1980...)

A partir dos anos setenta, a atividade econômica começou a dar-se cada vez mais de forma transnacional, deixando de ser os Estados a estrutura básica do capitalismo mundial, com o fortalecimento das companhias transnacionais, da nova divisão internacional do trabalho e das atividades 'extraterritoriais' (paraísos fiscais e outros enclaves do capital). Com isto, começa a se afiançar a integração dos países periféricos no processo de produção transnacional (HOBSEAWM, 2011).

Em começos dos anos 1970 começa a transitar-se a atual fase do capitalismo conhecida como Capitalismo neoliberal ou Neoliberalismo (HARVEY, 2007; KATZ, 2003). Surgiu como uma teoria de práticas político-econômicas que colocou uma nova forma de organização econômica, política e social do capitalismo procurando mudar seu padrão de acumulação em resposta à crise estrutural mundial dos anos 1970. Mas para isso se baseou numa série de reajustes entre os quais se destacam: a)

reestruturação produtiva que, entre outras coisas, procurou reduzir os tempos de rotação do capital e com isso aumentar a taxa anual de mais-valia e de lucro; b) reformas estruturais nos mercados de trabalho de países centrais e periféricos, procurando aumentar a taxa de mais-valia; c) aumento da quantidade de valor produzido nos países periféricos através do estímulo à inversão direta, para sua apropriação nos países centrais (CARCANHOLO, 2011; KATZ, 2003). Mas toda essa série de mudanças não obteve níveis sustentados de alto crescimento como havia ocorrido na saída de outras crises do capitalismo, pelo qual seu principal ganho não foi gerar mais riqueza e renda senão redistribuí-la de forma mais eficiente (KATZ, 2003; HARVEY, 2007). Para Carcanholo (2011) isto se evidenciou e aprofundou ainda mais na crise que se iniciou entre 2007-2008, na qual os capitais especulativos super-acumulados em alguns países centrais necessitavam, para não desvalorizar-se totalmente, o surgimento de uma base de nova massa de mais-valia gerada que lhes permitisse ter um respaldo material. Para isso se requeria um aumento da taxa de exploração do trabalho, para o qual as estratégias implementadas foram a perda salarial, perda de direitos laborais, prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Para isso, em muitos casos, os Estados incidiram diretamente na flexibilização da legislação trabalhista e nos cortes dos benefícios sociais, com situações contrastantes como, por um lado, a desproletarização do trabalho manual em alguns países centrais e, por outro lado, a precarização do trabalho sustentada sobre altos níveis de desemprego e exclusão (ANTUNES, 2000; CARCANHOLO, 2011; KATZ, 2003).

Outra das características desta etapa é o avanço em novas formas de acumulação que se centram em diferentes mecanismos de redistribuição da riqueza, a partir da extensão e aprofundamento das relações capitalistas a novas esferas da vida. A estes mecanismos Harvey (2004) denomina acumulação por despossessão, como nova versão das práticas de acumulação originária ou primitiva assinaladas por Marx. Dentro destes mecanismos, na atualidade, podemos encontrar: mercantilização e privatização da terra com expulsão forçosa de camponeses; conversão de diversas formas de propriedade (comunal, coletiva, estatal, etc.) em propriedade privada exclusiva; supressão de direitos sobre os bens comuns;

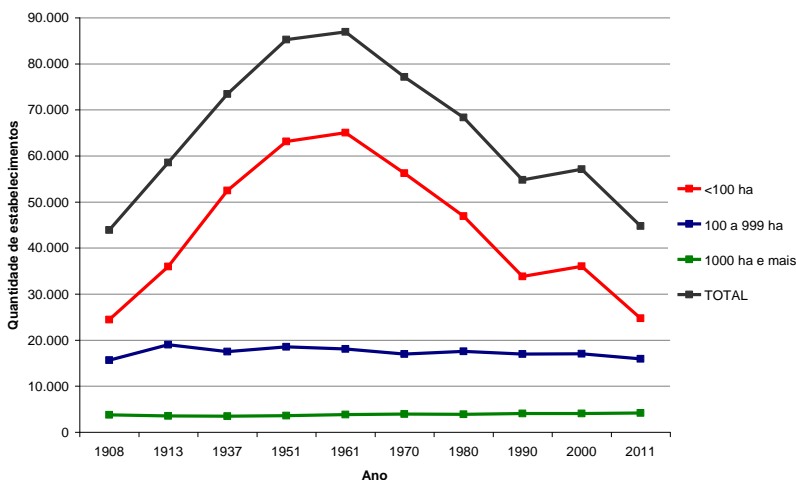
processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (recursos naturais, entre eles); usura e endividamento das nações (HARVEY, 2004).

Em Uruguai, a partir de 1974, o governo cívico-militar procurou consolidar este novo modelo econômico a partir da implementação do chamado Plano Nacional de Desenvolvimento que se baseava em quatro conceitos centrais: limitar a intervenção do Estado na economia, centrando-se num maior uso do mecanismo de preços; hierarquizar o papel do empresário privado como indispensável para a economia de mercado, considerando sua rentabilidade como ferramenta, pelo qual o Estado devia assegurar-lhe as melhores condições para a sua capitalização, sem obstaculizar nem interferir nisso; abrir a economia ao exterior para favorecer o livre funcionamento das forças do mercado, procurando com isso expandir e diversificar as exportações; estimular o ingresso de capitais estrangeiros, gerando um tratamento semelhante ao tratamento dados aos capitais nacionais, mas com uma atitude ativa que estimularia sua chegada (FINCH, 2005; NAHUM, 2011). Procurava retomar as condições de acumulação do capital dos anos interiores, a partir desses fortes reajustes nas condições internas da produção e de voltar a abrir as portas aos mercados internacionais.

Uma das principais medidas para restabelecer as condições de acumulação do capital foi o aumento da exploração da classe trabalhadora a partir da diminuição do salário real, procurando-se também uma estratégia para diminuir os custos de reprodução, especialmente dos produtos de consumo primário. Para isso, a política favoreceu a importação desses produtos que apresentavam menores preços no mercado internacional, provindos principalmente de países da região. Os agricultores familiares tiveram que competir com esses produtos em situação de desvantagem, o que impactou fortemente a esse grupo social, grande quantidade dos quais não puderam continuar com sua produção, convertendo-se necessariamente em trabalhadores assalariados (PIÑEIRO, 1985). A partir desse momento a agricultura familiar perde o seu papel central de produtora de alimentos e passa a cumprir um papel mais importante como fonte de mão de obra de reserva para o capital rural e urbano (ASTORI et al., 1982; PIÑEIRO, 1991). A Figura 1 mostra os resultados desta situação. Dos 40.000 novos

pequenos agricultores que se haviam consolidado desde o começo do século XX até 1961, desapareceram 18.000 nos 20 anos seguintes (1961-1980) e 22.000 mais nos 20 anos posteriores (1980-2011), para chegar ao ano 2011 com praticamente a mesma quantidade que em 1908 (pouco mais de 24.000). Durante todo esse período o grupo que sofreu grandes transformações foi aquele dos estabelecimentos menores a 100 hectares de superfície. Em 1961, estes estabelecimentos chegaram a ser 65.000 e a representar 75% do total de estabelecimentos do país. Após 50 anos, eles são pouco mais da metade desse total (55%), enquanto que a quantidade de estabelecimentos com mais de 100 hectares de superfície se manteve quase sem variações durante o século.

Figura 1 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários de Uruguai nos últimos 100 anos, segundo o tamanho do estabelecimento



Fonte: PIÑEIRO, 2012 e CGA 2011

O objetivo de retornar as condições de acumulação de capital, com o conseqüente crescimento do PIB e aumento dos investimentos estrangeiros foi obtido. Mas o preço disso foi triplicar a dívida externa e a depressão do mercado interno, fruto da queda do salário real e da elevação do desemprego a níveis altíssimos (PIÑEIRO, 1985). Apesar da retórica liberal, o controle de cambio, de preços e em particular do salário (com forte queda

do salário real que até o presente não se recuperou) haviam sido as principais ferramentas utilizadas na busca da estabilidade econômica (perante uma inflação que havia disparado nos anos anteriores) e da melhoria nas taxa de lucro dos capitalistas. Finalmente, um dos maiores beneficiados foi o setor financeiro, para o qual se dirigiram muitos dos capitais estrangeiros que chegaram ao país no final da década de 1970, a partir do chamado “Projeto Praça Financeira” que estimulou e favoreceu o ingresso deste tipo de capitais (NAHUM, 2011). Esta estratégia acabou de desmoronar-se no começo dos anos 1980, com uma crise econômica generalizada, fuga dos capitais financeiros especulativos e o conseqüente aumento da dívida externa pública a níveis extremos, situação que, entre outras coisas, desencadeou o desgaste definitivo da ditadura cívico-militar. Mas a implantação do modelo neoliberal foi exitosa, sendo que os governos seguintes, desde finais da década de 1980 até começo dos anos 2000 implementaram e aprofundaram essa doutrina, sob estrito controle dos credores internacionais da dívida (FINCH, 2005).

Durante a década de 1990 foi quando finalmente se implementa de forma generalizada o novo modelo econômico. As mudanças na estrutura econômica do país levaram a uma queda na participação do setor agropecuário dentro do PIB e ao crescimento do setor de serviços, espaço no qual se desenvolveu um dos mais fortes impulsos privatizadores e terceirizadores. Gerou-se também abertura ao intercâmbio comercial com os principais mercados da região (Argentina e Brasil), favorecendo-se assim não somente a exportação de serviços mas também as exportações desde indústrias que na região encontravam um tratamento especial (química, plásticos, automóveis) e também a agroindústria dentro das quais Uruguai apresentava condições naturais e políticas específicas que as beneficiavam (madeira, cevada e leite). Isto acabaria materializando-se nos acordos de livre comércio regional através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (FINCH, 2005). Mas o ingresso ao MERCOSUL gerou uma crise definitiva em alguns complexos agroindustriais que antes gozavam de proteção de taxas e agora se encontravam numa situação de abertura comercial. Some-se a isso que a adoção de uma política monetária de atraso cambial como forma de combater a inflação

trouxe fortes dificuldades ao setor agropecuário em geral durante toda a década de 1990 (PIÑEIRO; MORAES, 2008).

Toda essa situação desemboca em que, prévia crise financeira e bancária no país e na região, se desenvolva uma série de mudanças políticas impulsionadas pela mobilização social, após o qual a desgastada alternativa neoliberal daria passo à chegada do progressismo ao governo e com isso o modelo que vários autores denominam neodesenvolvimentismo (FÉLIZ, 2013; KATZ, 2014). Conforme esta posição, o modelo neodesenvolvimentista (ou novo desenvolvimentismo) mantém continuidade com o desenvolvimentismo da primeira metade do século XX (que se fundara no modelo ISI), consolidando-se como uma nova proposta de desenvolvimento para os capitalismo periféricos da América Latina. Uma das principais características que compartilha com aquele velho desenvolvimentismo é a de retomar o papel do Estado como fundamental para o desenvolvimento, mas desta vez exercendo esse papel principalmente através do fomento aos investimentos privados e da geração de condições favoráveis para o mesmo, tanto nos marcos legais e regulatórios, quanto desde a gestão financeira e administrativa eficiente e sólida. A proposta é que a gestão pública deve aproximar-se à suposta eficiência do gerenciamento privado. Para isso, a política econômica aparece como instrumento central para esse desenvolvimento, principalmente o uso de ferramentas monetárias, fiscais e cambiais, focando nos indicadores macroeconômicos. Outra característica compartilhada pelas propostas neodesenvolvimentistas, que em parte se diferencia do velho desenvolvimentismo, é o vínculo estreito com os setores agrários, em particular com o agronegócio, que aparece como um dos setores centrais para impulsionar o crescimento econômico e assim é estimulado e impulsionado. Tal como assinalam Santos et al. (2013), na proposta neodesenvolvimentista a estratégia de crescimento destes países, portanto, de sua acumulação capitalista, está baseada na renda dos bens comuns (terra, hidrocarbonetos e minerais) articulando o processo de reprodução ampliada com o de acumulação por despossessão já mencionado, assegurando-se assim de uma renda extraordinária (FÉLIZ, 2013). Tudo isto com um rol ativo do Estado, não somente para assegurar as situações favoráveis para o capital transnacional, senão também lhes exigindo o cumprimento de algumas condições e procurando

algum nível de redistribuição social do capital gerado, através de melhorias no acesso a direitos e a políticas sociais compensatórias para a população.

Foi nessas circunstâncias que o fenômeno do agronegócio obteve seus principais impulsos e crescimento, ainda que já desde os anos 1990 vem sendo gerado o conjunto de ferramentas jurídicas para favorecê-lo, bem com aos investimentos estrangeiros em geral, algo que foi peça fundamental em seu crescimento e desenvolvimento (SANTOS et al., 2013). No Uruguai, o modelo do agronegócio começou ser implantado no início da década de 1990 com o monocultivo florestal, produto de seu estímulo a partir da legislação que promoveu seu desenvolvimento, principalmente pelo mecanismo das isenções tributárias. O agronegócio florestal teve então uma forte expansão nos últimos vinte anos, onde a superfície dedicada ao monocultivo florestal passou de pouco mais de 70.000 hectares no ano 1990 a quase 660 mil no ano 2000 e a aproximadamente 1.250.000 hectares em 2011 (URUGUAY, 2014a), ao que se soma a instalação em 2007 de uma planta produtora de pasta de celulose para sua exportação. Esta expansão foi somando a outros itens do setor agroindustrial (arroz, cerveja, leite e carne), onde o caso de maior destaque ocorreu com os cultivos agrícolas (OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2013).

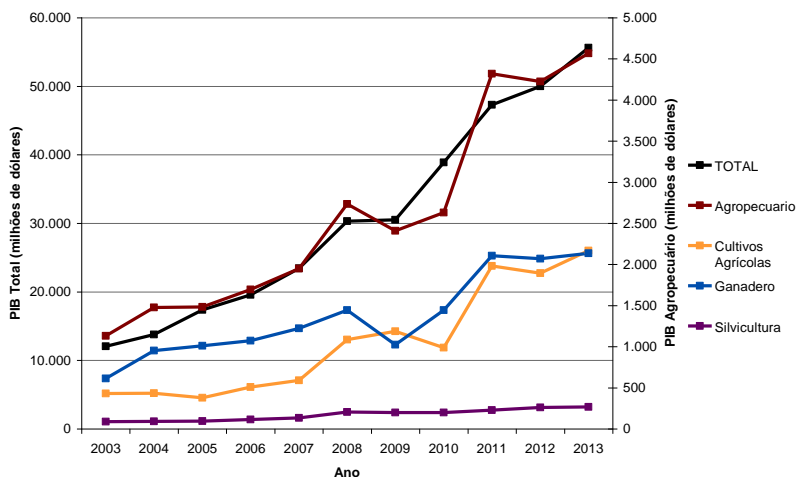
Devido a que este último período abrange os últimos quinze anos é ele que terá maior influência sobre a análise do presente trabalho. A continuação apresentarei algumas das principais transformações que ocorreram no agro uruguaio durante esta época.

2.3. AS TRANSFORMAÇÕES DO AGRO URUGUAIO NOS ÚLTIMOS QUINZE ANOS

2.3.1. O Uruguai agrícola

Desde 2003, após a saída da crise financeira e bancária que havia gerado uma forte desaceleração na economia, começou um período de franco crescimento da mesma, que continuaria logo após a implementação das políticas neodesenvolvimentistas desde 2005. Entre os anos 2003 e 2013 o PIB multiplicou-se quatro vezes, passando de 12.000 milhões de dólares a superar os 55.000 milhões de dólares. Como observamos no início deste capítulo, nesses dez anos o Produto Agropecuário também se quadruplicou, passando de 2.300 milhões de dólares a 8.100 milhões de dólares (BANCO CENTRAL DEL URUGUAY, 2015; URUGUAY, 2005, 2007, 2014b). Este crescimento baseou-se fundamentalmente na produção de cultivos agrícolas, a qual se multiplicou seis vezes em nível global durante esse período (Figura 2). Mas como também observamos no início do capítulo, se considerarmos unicamente os principais cultivos agrícolas extensivos (excluindo o arroz) sua produção multiplicou-se 12 vezes, passando de 260 milhões de dólares em 2003 a 3.000 milhões de dólares em 2013. Dentro destes cultivos, a produção de soja destaca-se amplamente, que de 6% do total da produção agropecuária em 2003 passou a representar mais do 20% em 2013, com quase 1.800 milhões de dólares produzidos (URUGUAY, 2005, 2014b).

Figura 2 - Evolução do PIB e do PIB Agropecuário



Fonte: BCU, 2014

Esse destaque da soja se expressa ainda de forma mais forte nas exportações. Como observamos, este crescimento na produção veio de mãos dadas com o crescimento das exportações agropecuárias, principalmente dos cultivos agrícolas onde a soja se destacou ainda mais. Enquanto que em 2004 com pouco mais de 82 milhões de dólares as exportações de soja representavam 23% do total dos cultivos agrícolas, em 2013 se haviam multiplicado 23 vezes, chegando a superar os 1.800 milhões de dólares, representando assim mais de 60% das exportações de cultivos agrícolas, mais da quarta parte das exportações de origem agropecuária e a quinta parte do total de exportações do país. Mais ainda, por si só, a soja superou amplamente as exportações de todos os produtos originados na pecuária bovina (carnes, couros e gado em pé) (Quadro 1).

Quadro 1 - Exportação de produtos de origem agropecuária nos anos 2004 e 2013

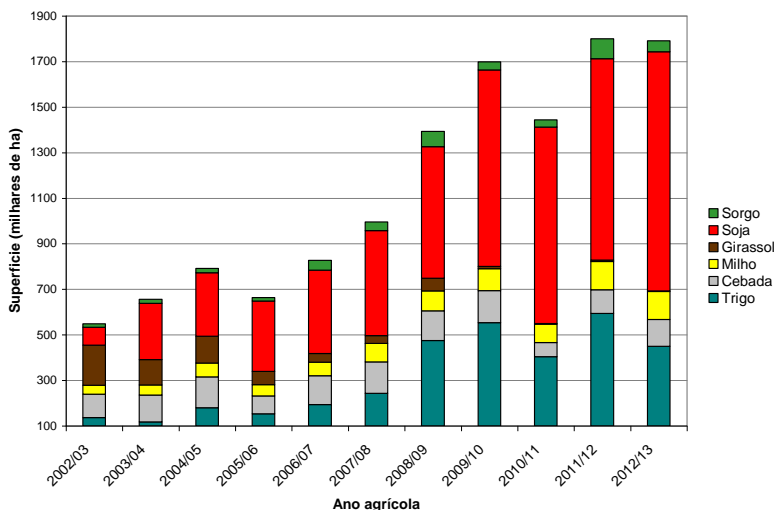
Produto	2004			2013		
	Milhões de dólares	% dentro de exportações agropecuárias	% dentro do total de exportações	Milhões de dólares	% dentro de exportações agropecuárias	% dentro do total de exportações
Produtos agrícolas	360	17,5	13,6	2.960	43,7	32,7
Soja	83	4,0	3,1	1.868	27,5	20,6
Carne bovina	625	30,3	23,5	1.338	19,7	14,8
Produtos lácteos	189	9,1	7,1	900	13,3	9,9
Produtos florestais	140	6,8	5,3	596	8,8	6,6
Couros	270	13,1	10,2	303	4,5	3,3
Lã	118	5,7	4,4	248	3,7	2,7
Produtos pesqueiros	140	6,8	5,3	145	2,1	1,6
Carne ovina	30	1,5	1,1	92	1,4	1,0
Frutas e derivados cítricos	50	2,4	1,9	88	1,3	1,0
Mel	27	1,3	1,0	40	0,6	0,4
Bovinos em pé	8,4	0,4	0,3	30	0,4	0,3
Vinho	3,0	0,1	0,1	13	0,2	0,1
Ovinos em pé	16	0,8	0,6	3,5	0,1	0,0
Frutas não cítricas	5,1	0,2	0,2	1,2	0,0	0,0
Subtotal Agropecuários	2.064		77,7	6.781		74,9
Outros não agropecuários	593		22,3	2.276		25,1
TOTAL EXPORTAÇÕES	2.656		100,0	9.057		100,0

Fonte: DIEA, 2004, 2014

Já havíamos observado que este grande crescimento da agricultura, em particular da soja, ocorreu a partir de uma forte

incorporação de terras à produção de cultivos agrícolas. A superfície cultivada com soja passou de 29.000 hectares no ano agrícola 2002/2003 a 1.050.000 hectares dez anos depois (Figura 3).

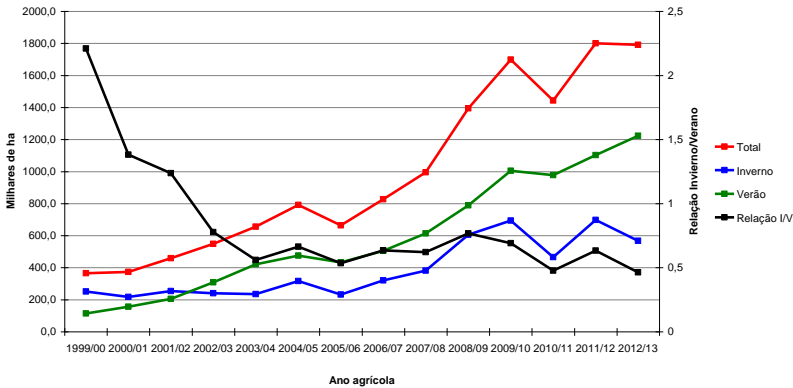
Figura 3 - Evolução da superfície semeada para os principais cultivos agrícolas



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Embora associado ao grande aumento desse cultivo de verão também aumentou a superfície de cultivos de inverno que entram em sua rotação agrícola (em particular o trigo, que passou de 137.000 hectares semeadas a 450.000 hectares nos anos mencionados), a relação entre a superfície semeada de cultivos de inverno e cultivos de verão caiu fortemente nos primeiros anos da década de 2000 e se manteve em torno de 0,5 durante todos estes anos (Figura 4.).

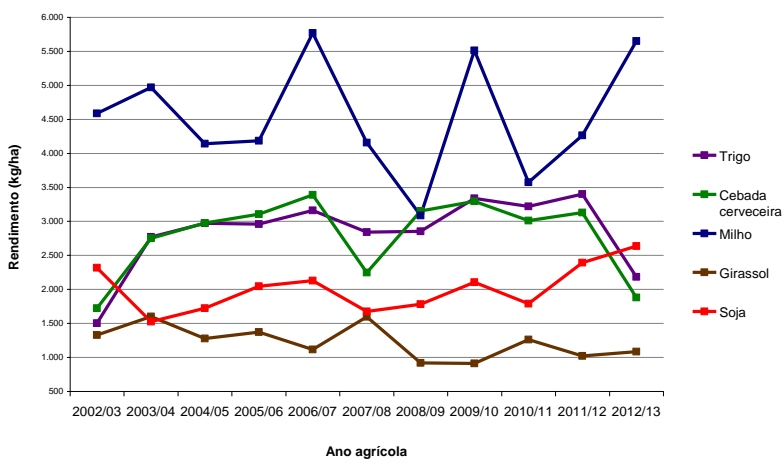
Figura 4 - Evolução da superfície semeada com cultivos agrícolas totais, de verão e de inverno e mudanças na relação inverno/verão



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Mas, assim como se deu um grande crescimento na superfície priorizada para a produção de cultivos agrícolas, isto não esteve acompanhado de aumentos na sua produtividade. Os rendimentos produtivos do cultivo de soja se mantiveram entre os 1.500 e 2.500 kg/ha durante os dez anos analisados, sem mostrar uma tendência de aumento (Figura 5).

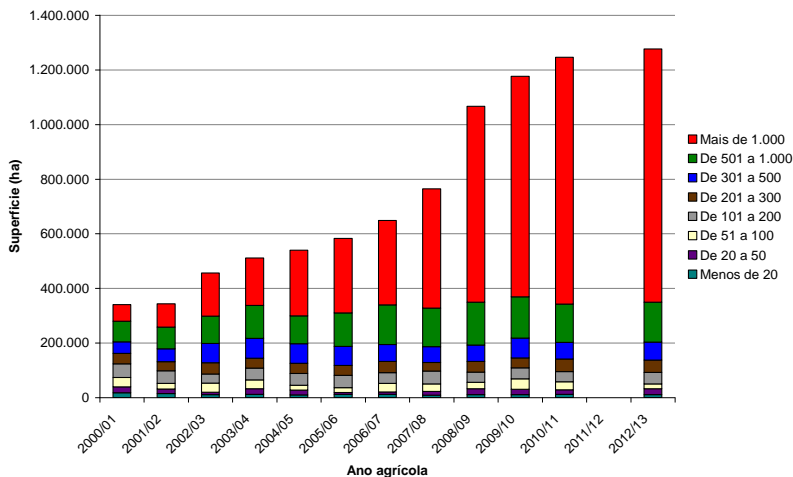
Figura 5 - Evolução no rendimento produtivo dos principais cultivos agrícolas



Fonte: DIEA, 2005, 2007, 2010, 2014

Outra das características deste crescimento é que se desenvolve com altos níveis de concentração da produção, da terra e dos meios de produção, portanto, também da riqueza gerada. Tal como se observa na Figura 6, o crescimento dos cultivos agrícolas se gerou a partir dos grandes produtores, com superfícies de chácaras (parcelas ou estabelecimentos) destinadas a estes cultivos superiores aos 1.000 hectares em mãos de um mesmo produtor. Estes grandes cultivos passaram de 61.000 hectares semeadas no ano agrícola 2002/2003 (18% da superfície total semeada) a 904.000 no ano agrícola 2012/2013 (73% da superfície total).

Figura 6 - Evolução da superfície semeada de cultivos agrícolas, segundo o tamanho da chácara



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014 (os dados do exercício 2011/2012 não estão disponíveis)

2.3.2. Protagonistas e excluídos destas mudanças

A concentração, sobre a qual vimos fazendo referência, reflete-se na estrutura agrária do país, que aprofundou o processo de expulsão de pequenos agricultores que, como fora observado, se desenvolve desde o começo da segunda metade do século XX. Nos últimos anos essa tendência não foi revertida ou modificada, senão o contrário. Observávamos que os estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares de superfície foram os mais fortemente atingidos, sendo que dos mais de 12.000 produtores que desapareceram entre 2000 e 2011, 11.300 (mais de 90%) correspondem a esse estrato (Quadro 2). Esses estabelecimentos pequenos, em sua grande maioria em mãos de agricultores familiares, reduziram-se não somente em termos numéricos, mas também em proporção com relação ao total de estabelecimentos, passando de 63% a 55% nesses 11 anos. Com isso, a histórica concentração de terras em Uruguai aprofundou-se. Enquanto que no ano 2000 estes agricultores que eram mais da metade do total ocupavam tão somente 6% da superfície total, em 2011 passaram a ocupar

apenas 4,5% da superfície (Quadro 3). Em contraste com isso, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares de superfície foram os únicos que aumentaram em quantidade nesses 11 anos, passando a ser 9% do total e a ocupar 66% da superfície agropecuária do país em 2011.

Quadro 2 - Quantidade de estabelecimentos rurais segundo seu estrato de superfície em 2000 e 2011

Tamanho do estabelecimento (ha)	Quantidade de estabelecimentos					
	2000		2011		Diferencia 2011 - 2000	
	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	%
Total	57.131	100,0	44.781	100,0	-12.350	-21,6
1 a 4	6.260	11,0	3.020	6,7	-3.240	-51,8
5 a 9	7.086	12,4	4.225	9,4	-2.861	-40,4
10 a 19	7.118	12,5	4.844	10,8	-2.274	-31,9
20 a 49	8.934	15,6	6.893	15,4	-2.041	-22,8
50 a 99	6.647	11,6	5.720	12,8	-927	-13,9
100 a 199	6.382	11,2	5.569	12,4	-813	-12,7
200 a 499	6.783	11,9	6.496	14,5	-287	-4,2
500 a 999	3.887	6,8	3.847	8,6	-40	-1,0
1.000 a 2.499	2.912	5,1	2.976	6,6	64	2,2
2.500 a 4.999	838	1,5	851	1,9	13	1,6
5.000 a 9.999	228	0,4	284	0,6	56	24,6
10.000 e mais	56	0,1	56	0,1	0	0,0

Fonte: DIEA - CGA 2000 y 2011

Quadro 3 - Superfície agropecuária segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos em 2000 e 2011

Tamanho do estabelecimento (ha)	Superfície com produção agropecuária (ha)					
	2000		2011		Diferença 2011 - 2000	
	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	%
Total	16.419.683	100,0	16.357.298	100,0	-62.385	-0,4
1 a 4	16.516	0,1	8.516	0,1	-8.000	-48,4
5 a 9	47.611	0,3	28.517	0,2	-19.094	-40,1
10 a 19	97.841	0,6	66.802	0,4	-31.039	-31,7
20 a 49	285.254	1,7	222.177	1,4	-63.077	-22,1
50 a 99	472.928	2,9	407.886	2,5	-65.042	-13,8
100 a 199	910.286	5,5	796.030	4,9	-114.256	-12,6
200 a 499	2.162.836	13,2	2.089.581	12,8	-73.255	-3,4
500 a 999	2.725.637	16,6	2.705.399	16,5	-20.238	-0,7
1.000 a 2.499	4.441.627	27,1	4.506.958	27,6	65.331	1,5
2.500 a 4.999	2.837.134	17,3	2.888.389	17,7	51.255	1,8
5.000 a 9.999	1.504.482	9,2	1.897.028	11,6	392.546	26,1
10.000 e mais	917.531	5,6	740.015	4,5	-177.516	-19,3

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

O processo de concentração e expulsão se expressa também no tipo e quantidade de força de trabalho requerida para este novo modelo produtivo baseado no agronegócio. A quantidade de trabalhadores que se demandam e portanto sobre os que se distribuirá a riqueza gerada são cada vez menos. Entre 2000 e 2011 a quantidade de trabalhadores no agro uruguaio diminuiu numa quarta parte (Quadro 4). Mas, se vem isto é algo generalizado em todos os estratos de produtores, a perda de postos de trabalho também se concentrou nos estabelecimentos menores (com menos de 100 hectares), que acumularam 70% dessa perda. Enquanto em 2000 estes estabelecimentos davam lugar à metade dos trabalhadores agropecuários permanentes, onze anos depois o fazem com 42%. E, se bem os estabelecimentos maiores a 1.000 hectares aumentaram em três pontos percentuais, passando a conter 22% dos trabalhadores

em 2011, a perda segue sendo importante se consideramos a capacidade dos estabelecimentos em gerar fontes de trabalho com relação à quantidade de superfície que ocupam. Enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares sustentavam 3 trabalhadores a cada mil hectares no ano 2000 e não chegavam a essa quantidade em 2011, os estabelecimentos com menos de 100 hectares ainda nesse ano sustentava 66 trabalhadores a cada mil hectares, sendo que esse valor chegava a 88 trabalhadores no ano 2000 (Quadro 5).

Quadro 4 - Quantidade de trabalhadores permanentes segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos, para os anos 2000 e 2011

Tamanho do estabelecimento (ha)	Número de trabalhadores permanentes					
	2000		2011		Diferença 2011 - 2000	
	Quantidade	% do total	Quantidade	% do total	Quantidade	%
Total	157.009	100,0	115.371	100,0	-41.638	-26,5
1 a 4	11.537	7,3	5.325	4,6	-6.212	-53,8
5 a 9	14.410	9,2	8.053	7,0	-6.357	-44,1
10 a 19	15.771	10,0	9.887	8,6	-5.884	-37,3
20 a 49	20.666	13,2	13.699	11,9	-6.967	-33,7
50 a 99	15.584	9,9	11.701	10,1	-3.883	-24,9
100 a 199	15.606	9,9	12.153	10,5	-3.453	-22,1
200 a 499	19.348	12,3	16.089	13,9	-3.259	-16,8
500 a 999	14.109	9,0	12.405	10,8	-1.704	-12,1
1.000 a 2.499	15.823	10,1	14.053	12,2	-1.770	-11,2
2.500 a 4.999	7.713	4,9	6.531	5,7	-1.182	-15,3
5.000 a 9.999	4.002	2,5	3.774	3,3	-228	-5,7
10.000 e mais	2.440	1,6	1.701	1,5	-739	-30,3

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Quadro 5 - Trabalhadores permanentes a cada mil hectares segundo o estrato de superfície dos estabelecimentos, para os anos 2000 e 2011

Tamanho do estabelecimento (ha)	Trabalhadores permanentes cada 1000 hectares	
	2011	2000
Total	7,05	9,56
1 a 4	625,29	698,53
5 a 9	282,39	302,66
10 a 19	148,00	161,19
20 a 49	61,66	72,45
50 a 99	28,69	32,95
100 a 199	15,27	17,14
200 a 499	7,70	8,95
500 a 999	4,59	5,18
1.000 a 2.499	3,12	3,56
2.500 a 4.999	2,26	2,72
5.000 a 9.999	1,99	2,66
10.000 e mais	2,30	2,66

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Mas se no lugar do estrato de superfície ou da quantidade de trabalhadores classificamos os estabelecimentos agropecuários segundo o grupo social ao que pertencem quem os leva adiante, são os agricultores familiares os que sofrem maior diminuição. Em 2011, 63% dos estabelecimentos agropecuários correspondia a agricultores familiares e ocupavam 15% da superfície total (TOMMASINO et al., 2014). Mas, se bem isto representou quase as mesmas proporções que no ano 2000, nesses onze anos desapareceram 22% dos agricultores familiares, passando de 32.700 a 25.600. Esta perda concentrou-se naqueles produtores que tinham por atividades principais a hortifruticultura (39% a menos entre um recenseamento e outro), a leiteira (32% a menos) e a pecuária (14% a menos), justamente as três atividades que somadas em 2011 representavam 84% dos agricultores familiares.

Tudo isso terá, além do mais, vínculos muito fortes com as perspectivas de desenvolvimento dos distintos territórios do país

e com isso nos movimentos populacionais. Já vimos no início do capítulo a baixa proporção da população do país que vive em áreas rurais. E se bem este processo é tendencial e comum a todos os países no estágio do capitalismo em que Uruguai se encontra, a intensidade do processo nos últimos anos é muito ilustrativa. Enquanto nos oito anos que vão de 1996 a 2004 a população rural uruguaia diminuiu aproximadamente 9%, nos sete anos seguintes aqueles que viviam em áreas rurais diminuíram num terço, passando a ser 8% em 2004 e tão somente 5% em 2011 (Quadro 6). Este processo de migração que vem ocorrendo desde meados do século XX encontra neste último período sua maior intensidade.

Quadro 6 - Evolução da população total segundo área de residência nos últimos três recenseamentos

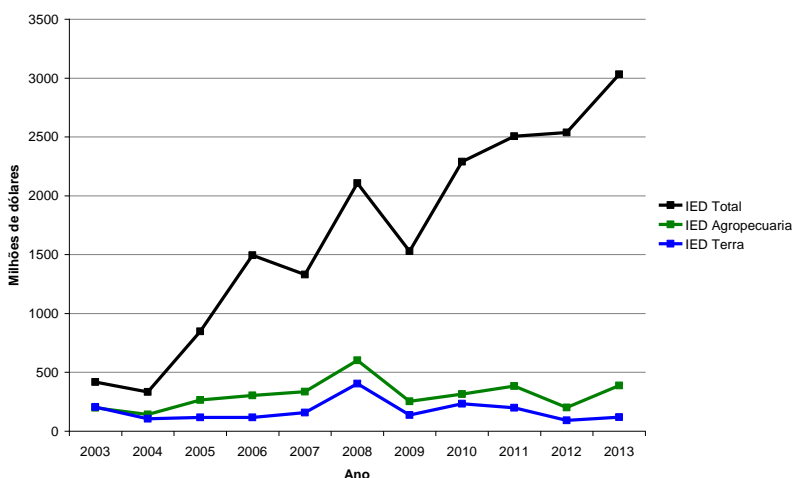
Ano	População Total		População em área urbana		População em área rural	
	Quant.	%	Quant.	%	Quantidade de	%
1963	2.596.000	100,0	2.097.000	80,8	498.000	19,2
1975	2.788.000	100,0	2.314.000	83,0	474.000	17,0
Diferença (1975 - 1963)	192.000	7,4%	217.000	10,3%	-24.000	-4,8%
1985	2.940.000	100,0	2.535.000	86,2	405.000	13,8
Diferença (1985 - 1975)	152.000	5,5%	221.000	9,6%	-69.000	-14,6%
1996	3.163.763	100,0	2.872.077	90,8	291.686	9,2
Diferença (1996 - 1985)	223.763	7,6%	337.077	13,3%	-113.314	-28,0%
2004	3.241.003	100,0	2.974.714	91,8	266.289	8,2
Diferença (2004 - 1996)	77.240	2,4%	102.637	3,6%	-25.397	-8,7%
2011	3.286.314	100,0	3.110.701	94,7	175.613	5,3
Diferença (2011 - 2004)	45.311	1,4%	135.987	4,6%	-90.676	-34,1%

Fonte: INE Censos 1996, 2004, 2011; Piñeiro e Moraes, 2008

Por outro lado, no tocante às diretrizes da política econômica e sua influência nas transformações destes anos, uma das bases para conseguir incrementar o regime de acumulação e crescimento econômico centrou-se no estímulo ao Investimento Estrangeiro Direto (IED). Para isso, as principais ferramentas e esforços da política econômica estiveram focadas em manter um bom clima de investimentos para os capitais transnacionais (SANTOS et al., 2013). Neste período a IED acompanhou o crescimento do PIB, atingindo a média em valores representativos de 5% do mesmo (BANCO CENTRAL DEL URUGUAY, 2015a). Durante esse tempo o IED no setor agropecuário atingiu a média de 18% do total de investimentos estrangeiros, alcançando inclusive proporções muito altas nos primeiros anos desse período, sendo que superou os 40% da

IED total nos anos 2003-2004 (Figura. 7). Neste particular, o IED em terra teve um peso muito importante nesses primeiros anos, sendo que compreendia a compra de campos e os custos associados ao começo de sua produção, alcançando a metade do IED que ingressou no ano 2003 (BANCO CENTRAL DEL URUGUAY, 2015b). A partir do montante de IED em terras entre 2003-2012, a média de preços de compra-venda e quantidade de compra-venda total de terras nesse período, Oyhançabal, Narbondo e Areosa (2014) estimam que pelo menos 22,7% da terra comprada e vendida no mercado durante esses anos foi parar nas mãos de estrangeiros (1,47 milhões de hectares de um total de 6,47 milhões).

Figura 7 - Evolução do IED anual total, no setor agropecuário e em terras



Fonte: BCU, 2015a, 2015b

Esse fato levou a agudizar o processo de concentração e estrangeirização da terra. Enquanto no ano 2000, 90% da superfície agropecuária do país encontrava-se em mãos de uruguaios, em 2011 esta proporção caiu para 50% (Quadro 7). Ao contrário disso, a terra em mãos de pessoas jurídicas, principalmente de sociedades anônimas, passou de 1% a 47%. Mais de sete milhões de hectares, quase a metade da superfície

produtiva do país, passou a mãos de empresas, em grande medida estrangeiras.

Justamente no período entre 2000-2013 se comercializaram 7,5 milhões de hectares em todo o país e se colocaram em arrendamento 10 milhões de hectares, o que veio ligado ao grande aumento do preço da terra, que nesse período se multiplicou oito vezes e também o valor dos arrendamentos, que se multiplicou seis vezes (OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2014). As orientações políticas levadas adiante, somadas aos preços internacionais dos produtos e as condições favoráveis para que capitais internacionais estivessem predispostos a investir em terras uruguaias permitiram a transferência de grande parte do lucro gerado no setor agropecuário aos donos das terras, favorecendo o significativo aumento de seu preço (PIÑEIRO, 2012). Este fenômeno de açambarcar terras não tem precedentes em Uruguai e para Piñeiro (2012) poderiam encontrar-se semelhanças unicamente com a transformação modernizadora do campo uruaio no final do século XIX, que chegou com o cercamento e a consolidação do vínculo com os mercados internacionais (basicamente o Império Britânico) aos que se dirigia a produção de gado no país.

Podemos ver também como este processo de concentração, cada vez maior, se expressa na distribuição da riqueza produzida. Oyhantçabal e Narbondo (2014) calcularam que apesar do importante crescimento econômico que viveu o setor agropecuário nestes anos, o mesmo favorece cada vez em menor proporção aos trabalhadores, sendo que a massa salarial que representava 23,5% do Produto Agropecuário em 1999 caiu para 15,2% em 2006. Nesse mesmo período o excedente apropriado pelo capital aumentou 70%. Isto é mais intenso ainda dentro do complexo da soja, para o qual os mesmos autores também calcularam um descenso na apropriação da riqueza gerada por parte dos trabalhadores, que passou de 8% na safra 2005/2006 a 4,1% na safra 2009/2010.

Quadro 7 - Superfície agropecuária segundo a nacionalidade do produtor, para 2000 e 2011

Ano	Total	Superfície agropecuária (ha)						Sem informação (1) Superfície %			
		Nacionalidade do produtor									
		Uruguiaio		Argentino		Brasileiro			Outras		
	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%	Superfície	%			
2000	16.419.683	14.849.930	90,4	225.327	1,4	705.974	4,3	481.186	2,9	157.266	1,0
2011	16.357.298	8.120.270	49,6	91.677	0,6	265.365	1,6	158.598	1,0	7.721.388	47,2
ferença	-62.385	-6.729.660		-133.650		-440.609		-322.588		7.564.122	
2011 - 2000	%	-0,4%	-45,3%	-59,3%		-62,4%		-67,0%		4809,8%	

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

(1) Refere-se principalmente à pessoas jurídicas

2.3.3. As políticas públicas para a agricultura familiar

Conforme observamos, a proposta neodesenvolvimentista procurou gerar uma série de orientações e medidas que tentaram paliar alguns dos efeitos mais visíveis do modelo neoliberal, em especial no tocante ao nível de degradação social. Isto no caso de Uruguai e, em particular, no âmbito rural se expressou na implementação de políticas que procuraram melhorar as condições dos assalariados rurais e dos agricultores familiares. Certamente que estas políticas se desenvolveram paralelamente àquelas que estimularam e fortaleceram o desenvolvimento capitalista no campo, tal como vimos até o presente. No caso dos assalariados rurais, essas políticas passaram principalmente pela fixação de salários mínimos muito acima de períodos anteriores e pela participação dos trabalhadores no âmbito tripartites de negociação (estado, trabalhadores e empresários) para a fixação das pautas salariais de cada setor. Para o caso dos agricultores familiares, a conformação da Direção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR) dentro do MGAP (espaço que tentou coordenar os distintos programas existentes e por criar para o desenvolvimento da agricultura familiar), somaram-se uma série de ações que buscavam dissimular algumas das condições que vinham gerando seu desaparecimento. Estas se centraram principalmente na política de terras para a agricultura familiar, no apoio produtivo a partir da assistência técnica, planos de negócios e integração a cadeias produtivas (ROSSI, 2010; URUGUAY, 2011).

No tocante à política de terras, o principal e quase único instrumento utilizado foi o Instituto Nacional de Colonização (INC), responsável em Uruguai da gestão da terra com base na sua função social, principalmente através de sua compra ou aquisição e posterior outorga a pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais. O fortalecimento desta ferramenta levou a que entre 2005 e 2013 o INC incorporasse a seu sistema mais de 90.000 hectares, chegando assim a envolver umas 500.000 hectares total sob sua influência (BENITEZ, 2014). Apesar disso, estas cifras não apenas não alcançam os valores de incorporação de terras em épocas anteriores (como as décadas de 1950 e 1970), senão que não chega a representar nem 2% anual do total de compras e vendas no mercado de terras durante o período 2005-2009. Como já vimos, para além do seu

esforço, o INC não teve grande incidência contra a tendência a concentração da terra em mãos do capital.

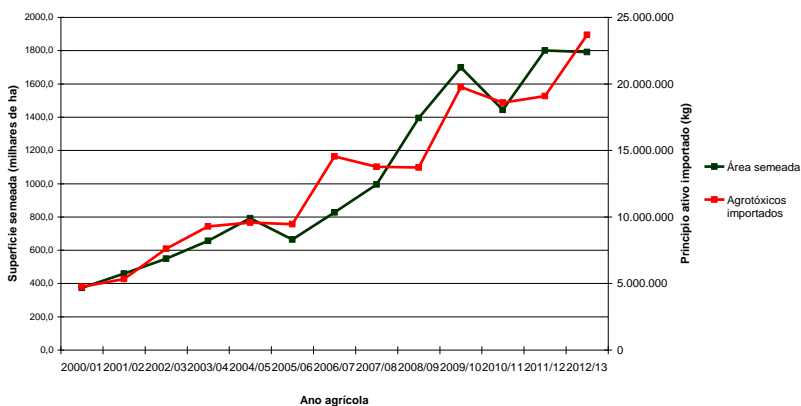
Para fortalecer a agricultura familiar nas distintas regiões, além da criação de uma definição operativa de Produtor Familiar que servisse de base para a tomada de definições, implementou-se um Sistema Nacional de Descentralização das políticas para o desenvolvimento rural (FRUGONI, 2008). Uma ferramenta central para o fortalecimento das organizações de agricultores familiares e para o apoio produtivo foi também o Programa Uruguai Rural (PUR), que funcionou com este enfoque de desenvolvimento rural entre 2005 e 2011. Durante esse período o PUR apoiou umas 10.000 famílias de agricultores familiares através de ferramentas de assistência técnica e apoios financeiros (URUGUAY, 2011). Também trabalhou no fortalecimento de aproximadamente 100 organizações de agricultores familiares e trabalhadores rurais de todo o país. No tocante à integração a cadeias produtivas procurou contribuir na interação vertical dos agricultores familiares e no fortalecimento de cadeias nas quais os agricultores familiares podiam ter uma participação central e que, por si só, o impulso do desenvolvimento capitalista no agro não vinha priorizando nesta etapa. Embora todo este esforço repercutiu de forma importante na criação e revitalização de organizações de agricultores familiares em várias regiões do país, a tendência geral do modelo de desenvolvimento foi muito mais forte e a quantidade de agricultores familiares que desapareceram entre os anos 2000 e 2011 não está longe da quantidade de famílias com as quais trabalhou diretamente o PUR.

2.3.4. Repercussões no ambiente e na saúde humana

O avanço do modelo do agronegócio trouxe, também, efeitos sobre a saúde humana e ambiental. O crescimento na superfície semeada foi acompanhado pelo aumento na importação de agrotóxicos que se quintuplicou entre 2001 e 2013 (Figura 8). Mais de 70% dos princípios ativos importados corresponderam a herbicidas, 12% a inseticidas e 9% a fungicidas, com uma média anual de importação de 80 gramas de princípio ativo por hectare. Este alto uso e importação de herbicidas explica-se não apenas pelo aumento na área senão que, além disso, as más práticas produtivas generalizadas entre

os produtores de soja do país se baseia numa quantidade de aplicações e de doses de herbicidas muito superiores ao que requerem para alcançar os mesmos rendimentos, inclusive dentro do mesmo modelo produtivo que por si só baseia-se no uso destes agrotóxicos (BOZZO, 2010).

Figura 8 - Superfície semeada e importação de agrotóxicos



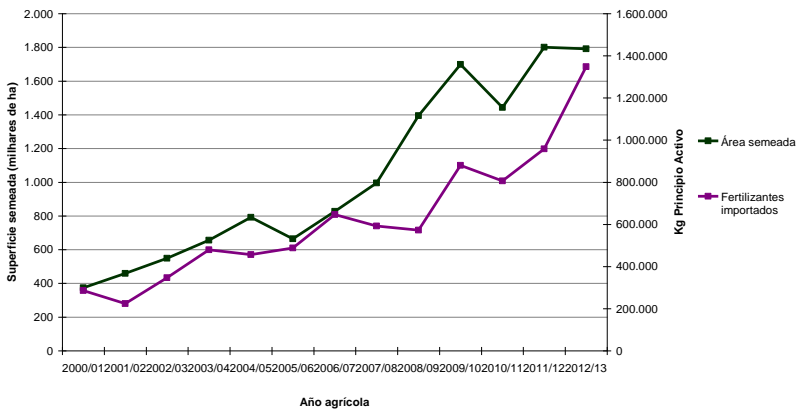
Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014; DGSSA, 2015

Embora nos últimos anos fora aprovada uma série de decretos e resoluções ministeriais que regulamentam o uso de praguicidas, regulando as distâncias de aplicação com relação aos cursos de água, centros povoados e escolas rurais (RÍOS et al., 2013), se gerou importante quantidade de denúncias por fumigações terrestres e aéreas sobre escolas rurais (REDES, 2014). Também, a partir de diversas investigações encontrou-se a presença de herbicidas na água e sedimento fora da área onde foram aplicados. Entre outras coisas detectou-se a presença do herbicida atrazina em reservas de água potável, de inseticidas como endossulfân em peixes do Rio Uruguai, bem como na produção apícola, com importante quantidade de morte de abelhas devido ao inseticida friponil em todo o país (RÍOS et al., 2013; REDES, 2014).

Com o crescimento da superfície semeada cresceu também a quantidade de fertilizantes sintéticos importados, a qual se quintuplicou entre 2001 e 2013 (Figura 9). Isto tem implicações não somente econômicas, mas também ambientais. Diaz (2013), ao analisar as bacias hidrográficas do Município de

Canelones (onde se situam as principais reservas de água com destino ao consumo humano do país), constatou que os cultivos agrícolas intensivos durante os últimos anos contribuíram às altas concentrações de nitrogênio e fósforo na água destas bacias, inclusive em alguns casos alcançando valores próximos aos produzidos por fontes urbanas e industriais. Isto se deve não somente a uma maior intensidade na fertilização para esses cultivos, mas também ao processo de erosão ativa que esses sistemas geram.

Figura 9 - Superfície semeada e importação de fertilizantes de síntese industrial



Fontes: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014; DGSSA, 2015

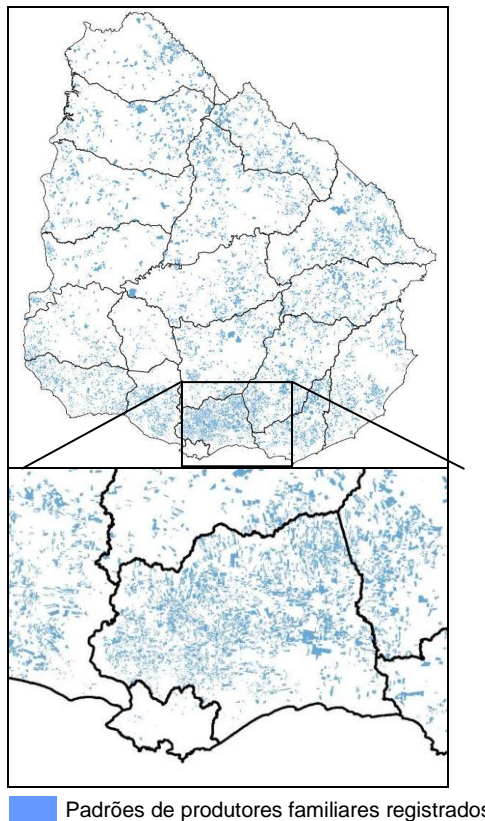
No entanto, apesar da existência desses nutrientes adicionados artificialmente, que não são aproveitados e acabam escorrendo rumo às águas superficiais, o modelo produtivo implementado gera uma excessiva pressão sobre as condições naturais do solo, gerando claras perdas nos principais nutrientes ali presentes. Oyantçabal e Narbondo (2012) calcularam o balanço de nutrientes, em particular de nitrogênio e fósforo, para as cinco safras que foram do ano 2005 ao ano 2010. Encontraram um déficit sustentado de ambos nutrientes, assim como forte predisposição à erosão e degradação dos solos sobre os quais se leva adiante o modelo de produção desse cultivo no país. Esses níveis deficitários, que representam uma importante parcela da margem bruta da produção do cultivo no caso de

repô-los, de fato representam um subsídio ecológico da sociedade através da perda de fertilidade e deterioração do solo. Ao mesmo tempo se relacionam diretamente com as principais mudanças tecnológicas da agricultura extensiva nos últimos anos, principalmente a massificação da semeadura direta e a diminuição do uso de rotações agrícola-pecuárias nestes sistemas de produção, com excessivo uso da agricultura contínua com predominância da soja (OYANTÇABAL; NARBONDO, 2014).

2.4. A SITUAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA

Nas regiões Leste e Nordeste dos Departamentos de Montevideo e Canelones se concentraram, historicamente, a produção hortícola e de granja, destinada principalmente ao abastecimento de alimentos para toda a Região Metropolitana. Esta produção se desenvolveu sobre a base de pequenas explorações, fundamentalmente de agricultura familiar, sendo parte das regiões com maior presença de pequenos produtores familiares até o dia de hoje (Figura 10).

Figura 10 - Registro de produtores familiares no país e na região metropolitana



Fonte: DGDR, 2013

Em particular, no Nordeste de Canelones, além da agricultura que começou no início do século XX, em meados desse século se desenvolveu com grande força a agroindústria de beterraba açucareira e logo teve impulso a produção intensiva hortifrutícola. Estas últimas produções ocorreram graças ao impulso de um modelo produtivo com alto grau de investimento necessário, o qual grande parte dos agricultores não conseguiram assumir. Some-se a isso que durante os últimos 30 anos o contexto foi de queda do preço dos produtos e aumento nos custos de energia e insumos utilizados. Estes fatores, sob o

guarda-chuva das políticas de abertura de mercados e do quase desaparecimento de apoios para a agricultura familiar, desembocaram em fortes processos de desaparecimento de produtores e migração, com importante diminuição do número de explorações e da área hortícola semeada. Entre 1990-1999 os estabelecimentos hortícolas diminuíram 34% e a superfície explorada baixou de 29.046 ha para 28.443 ha (BACIGALUPE; SALVO, 2007). Uma tendência que se aprofundou entre 2000 e 2011 (Quadro 8).

Quadro 8 - Quantidade de explorações e superfícies com horticulura, para Canelones, Montevideo e total do país. Comparação entre 2000 e 2011

Departamento	Ano	Estabelecimentos		Superfície semeada (1)			Protegida (ha)
		Quantidade	(%)	Total Hectares	(%)	Ar livre (ha)	
Total	2011	3.549	100,0	18.114	100,0	17.068	1.046
	2000	6.950	100,0	36.740	100,0	36.006	734
	Variação	-3.401	0,0	-18.626	0,0	-18.938	312
	%	-48,9%	0,0%	-50,7%	0,0%	-52,6%	42,5%
Canelones	2011	2.049	57,7	7.981	44,1	7.640	341
	2000	3.680	52,9	16.851	45,9	16.712	139
	Variação	-1.631	4,8	-8.870	-1,8	-9.072	202
	%	-44,3%	9,0%	-52,6%	-3,8%	-54,3%	145,3%
Montevideo	2011	407	11,5	2.037	11,2	1.928	109
	2000	581	8,4	2815	7,7	2.698	117
	Variação	-174	3,1	-778	3,5	-770	-8
	%	-29,9%	37,2%	-27,6%	46,2%	-28,5%	-6,8%

(1) Não inclui estufas

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Isto ocorreu dentro do processo geral que sofreram os produtores menores, também na Região Metropolitana, que são

quem principalmente desenvolveram a produção hortícola do país. Entre 2000 e 2011 o desaparecimento mais importante de agricultores em Canelones e Montevideo ocorreu entre aqueles que possuíam menos de 50 hectares, chegando a ser quase 3.000 a menos destes agricultores em Canelones, uma perda de 30% sobre o total (Quadro 9).

Quadro 9 - Estabelecimento de Canelones segundo estrato de superfície

Tamanho do estabelecimento (ha)	Número de estabelecimentos					
	2000		2011		Diferença 2011 - 2000	
	Quantidade	% do total	Quantidade	% do total	Quantidade	%
Total	10.706	100,0	7.790	0	-2.916	-27,2
1 a 4	2.114	19,7	1.293	16,6	-821	-38,8
5 a 9	2.651	24,8	1.636	21,0	-1.015	-38,3
10 a 19	2.566	24,0	1.825	23,4	-741	-28,9
20 a 49	2.027	18,9	1.652	21,2	-375	-18,5
50 a 99	728	6,8	701	9,0	-27	-3,7
100 a 199	345	3,2	363	4,7	18	5,2
200 a 499	199	1,9	244	3,1	45	22,6
500 e mais	76	0,7	76	1,0	0	0,0

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Em Montevideo deu-se a particularidade do aumento na quantidade de estabelecimentos com menos de 5 hectares (Quadro 10), algo que dadas as características do Município pode estar associado ao aumento de terras destinadas à moradia ou espargimento, sendo que 37% desses estabelecimentos constavam como não comerciais (que não geram ingressos através da venda de produtos agropecuários no mercado). Igualmente, os estabelecimentos entre 5 e 50 hectares diminuíram 15%.

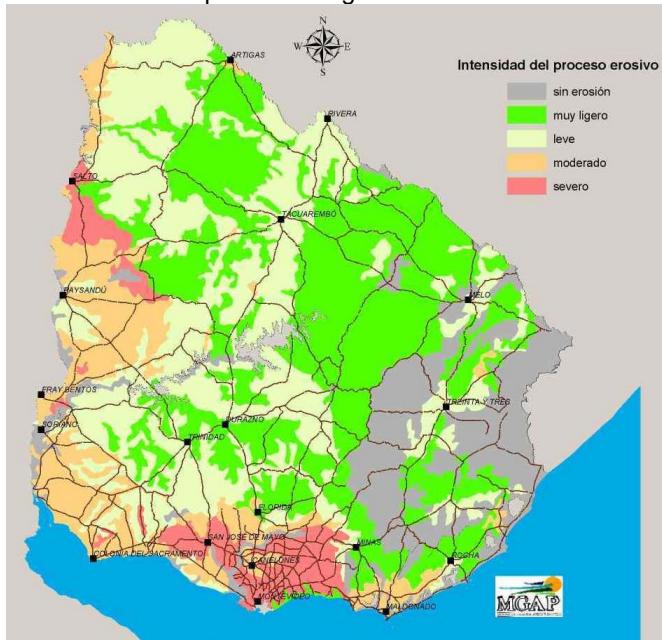
Quadro 10 - Estabelecimentos de Montevideo segundo estrato de superfície

Tamanho do estabelecimento (ha)	Número de estabelecimentos					
	2000		2011		Diferença 2011 - 2000	
	Quantidade	% do total	Quantidade	% do total	Quantidade	%
Total	1.367	100,0	1.317	100,0	-50	-3,7
1 a 4	514	37,6	581	44,1	67	13,0
5 a 9	417	30,5	379	28,8	-38	-9,1
10 a 19	265	19,4	213	16,2	-52	-19,6
20 a 49	129	9,4	96	7,3	-33	-25,6
50 a 99	26	1,9	31	2,4	5	19,2
100 a 199	11	0,8	12	0,9	1	9,1
200 a 499	4	0,3	3	0,2	-1	-25,0
500 e mais	1	0,1	2	0,2	1	100,0

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Para aqueles que se mantiveram, a alternativa proposta era aumentar a produção para obter o mesmo ingresso familiar. A estratégia adotada majoritariamente foi a de intensificar e especializar os sistemas de produção, com uso indiscriminado de produtos químicos, para o controle de pragas e como de fertilizantes sintéticos. Isto aumentou a pressão de solos que já estavam deteriorados, levando a um aumento da deterioração e à contaminação dos bens naturais da região (BACIGALUPE; SALVO, 2007; GARCÍA DE SOUZA et al., 2011). A intensificação também pode evidenciar-se pelo crescimento da superfície de horticultura protegida (sob estufas) que se observa na Quadro 8, em especial no Município de Canelones, onde mais do que duplicou, o que implica maiores níveis e necessidades de investimento e intensidade da mão de obra.

Figura 11 - Erosão antrópica em Uruguai



Fonte: DGRNR, 2004

Como resultado desses processos, o município de Canelones é a região do país com maior incidência e severidade da erosão de solos (Figura 11), sendo que segundo estimativas entre um 60% e 70% de seus solos apresentam grau de erosão moderada e intensa, inclusive com grandes áreas desertificadas (GONZALEZ IDIARTE, 2008; GARCIA DE SOUZA et al., 2011). Ao analisar a área que ocupam as principais bacias hidrográficas do Município, Diaz (2013) constatou que 78% da superfície total apresenta processos erosivos intensos, com valores críticos na região central e leste (Figura 12).

mercadorias que cada produtor envia ao mercado estará dado pelo tempo de trabalho necessário que dedique para sua produção, mas no global da economia mercantil seu valor (e conseqüentemente seu preço) dependerá do tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN), isto é, aquela magnitude de trabalho que a sociedade destina em média para a produção desse tipo de mercadoria (MARX, 2012). Portanto, haverá produtores que dediquem mais tempo que o TTSN para produzir um tipo de mercadoria e outros que dediquem menos tempo. Essas diferenças farão que no momento de igualar-se as mercadorias no mercado através do processo de concorrência, todos os produtores recebam o preço correspondente ao TTSN. Então, aqueles que tenham dedicado maior tempo de trabalho do que em média estarão transferindo um excedente de trabalho à aqueles que produziram abaixo da média de TTSN, gerando-se então um constante processo de diferenciação social (FOLADORI, 1986). Esse processo fará que uns poucos agricultores se diferenciem enriquecendo-se e que uma maioria o faça empobrecendo-se, o que se visualiza na progressiva perda de seus meios de produção e proletarização.

Essa tendência à diferenciação social, própria da existência das relações mercantis, aprofunda-se ainda mais com o avanço do capitalismo no campo. Assim, somam-se, ao processo anterior, outros mecanismos através dos quais são extraídos excedentes do trabalho de agricultores familiares e camponeses. Para Deere e De Janvry (1979, apud PIÑEIRO, 1985) existem três mecanismos principais pelos quais os camponeses são expoliados de seus excedentes: mediante a renda da terra (derivada da propriedade privada da terra), mediante os impostos (coletados pelo Estado de diferentes formas) e mediante os mercados (sendo a forma mais comum e que inclui os mercados de produtos, de trabalho e do dinheiro).

Esse avanço do capitalismo no campo se expressa também na forma em que suas relações avançam e se territorializam. Por um lado, já mencionamos como este avanço se dá através dos mecanismos de acumulação por despossessão (HARVEY, 2005), onde, por exemplo, se impõe as relações capitalistas em territórios que até esse momento se estruturavam em torno à reprodução camponesa. Eis aqui que Fernandes (2009) assinala como se manifestam uma série de conflitos e disputas territoriais entre o capital e os camponeses,

próprias da impossibilidade de que uma classe social se realize no território da outra classe. No caso de Uruguai e a partir destas disputas, Oyhançabal (2013) coloca que existem três territórios no âmbito uruguaio: o território do agronegócio, produto da territorialização do capital transnacional; o território do capital local monopolizado e/ou articulado ao agronegócio, no qual os capitalistas locais disputam com o agronegócio (por momentos associados, por momentos enfrentados) a apropriação do mais-valor gerado pelo trabalho assalariado; o território camponês subordinado pelo capital, principalmente através de sua integração vertical e dependente aos complexos agroindustriais. Nos dois primeiros casos a estratégia principal da reprodução do capital passaria pela subsunção real do trabalho ao capital e o aumento do mais valor absoluto e relativo. Para o caso da subordinação dos camponeses ao capital, a estratégia passaria pela sua subsunção híbrida ou indireta e a partir disso o funcionamento de alguns dos mecanismos de extração de excedentes camponeses que vimos no parágrafo anterior.

Mas a destruição do campesinato, longe de ocorrer de maneira linear, produz-se de forma contraditória, existindo para cada momento histórico uma série de forças (em muitos casos provenientes da própria burguesia) que podem favorecer ou dificultar sua reprodução e frear ou acelerar a tendência a sua destruição ou diferenciação (PIÑEIRO, 1985). Isto se evidencia claramente para Uruguai no crescimento que teve a agricultura familiar durante a primeira metade do Século XX, estimulado pelo papel que lhe foi atribuído a partir do Estado dentro do desenvolvimento capitalista da época. Tommasino (2001) acrescenta a isto o conceito de contra-tendências, como aquelas forças que se opõe à tendência principal da diferenciação social. Menciona como exemplo destas contra-tendências as políticas agrárias que protegem ou estimulam a agricultura familiar, assim como as políticas de reforma agrária e colonização.

Soma-se, ao anterior, que os próprios agricultores familiares, perante as tendências que acabamos de ver, respondem com diferentes estratégias ou formas de resistência. Neste sentido, Piñeiro (1985), entendendo que o processo de extração de excedentes é central nas possibilidades de reprodução ou destruição do campesinato, propõe uma definição de resistência como “aquelas formas de ação, sejam coletivas ou individuais, exercidas por membros de uma classe subordinada,

que limitam a extração de excedentes ou que são capazes de afetar a intensidade com a qual o excedente é extraído”. As diferentes formas que tome a resistência dos agricultores familiares perante a extração de excedentes dependerá da intensidade dessa extração e da pressão e/ou repressão que sobre eles exerçam as classes dominantes. Entre as formas coletivas de resistência aparecem principalmente as organizações sociais e políticas que representam os interesses de agricultores familiares e camponeses (PIÑEIRO, 1985), mas também poderiam considerar-se aquelas propostas que visam resolver coletivamente algumas das principais restrições estruturais de seus sistemas de produção (GARCÍA FERREIRA et al., 2011; NARBONDO; PAPANOMBANDA; SANCHO, 2010; OREGGIONI, 2011). Dentro das formas individuais de resistência encontramos principalmente a desmercantilização parcial (diminuindo a compra-venda de mercadorias e aumentando a proporção do autoconsumo dentro do produzido) e a procura de ingressos extra-estabelecimentos (PIÑEIRO, 1985). Entre estas se poderiam incluir as estratégias que Carvalho (2013) entende necessárias para que o campesinato diminua seu nível de subordinação com relação ao capital: retomar a capacidade e a vontade política de produzir alimentos para seu autoconsumo, modificando assim sua matriz de consumo familiar; mudar sua matriz tecnológica de produção rumo a uma proposta que evite altos níveis de dependência que hoje tem os agricultores com relação a agroindústria capitalista.

Partindo do que fora anteriormente exposto e a partir da proposta realizada por Sevilla Guzman (2013), poderíamos considerar também a agroecologia como uma forma ou conjunto de estratégias de resistência do campesinato e da agricultura familiar, que combina tanto ações individuais como coletivas. Para este autor, a agroecologia surge como resposta ao avanço do capitalismo na agricultura, perante o qual se apresenta inicialmente como uma forma de resistência individual, com uma primeira tentativa de desmercantilização de sua vida e sua produção de alimentos. Logo avança na busca de formas alternativas de produção e circulação dos alimentos, principalmente em nível local, expressando-se então como forma coletiva de resistência ao modelo tecnológico hegemônico e ao avanço do capital sobre o território, procurando a construção de outras relações técnicas (baseadas no manejo ecológico dos

agroecossistemas) e sociais (entre agricultores e com os consumidores). É aqui onde se desenvolveu o diálogo entre o saber popular e o saber científico para a construção de propostas superadoras. Finalmente, a resistência coletiva se transformou também em proposta política de enfrentamento ao avanço do capital e de construção de alternativa a partir dos movimentos sociais populares. A disputa não ocorre somente na ocupação do território agrário, senão também no âmbito político e na luta contra a hegemonia que propõe o modelo do agronegócio. Nesse sentido é que a agroecologia para os movimentos sociais pode constituir ao mesmo tempo uma ferramenta para confrontar o avanço do capital sobre a agricultura e um conjunto de alternativas concretas de produção de alimentos e de realização da vida no campo, onde a centralizada não seja a produção de mercadorias e o lucro (GROSSI RODRIGUES, 2014). Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2014) acrescentam que para isso deve ser capaz de confrontar ao agronegócio em qualquer escala, para o qual é fundamental a conjunção entre o saber tradicional dos agricultores com o conhecimento científico e tecnológico gerado nos últimos cinquenta anos.

2.6. SÍNTESE DO PRIMEIRO CAPÍTULO

Até aqui apresentei algumas das principais características da situação atual do agro uruguaio e suas maiores transformações nos últimos anos, com foco na região metropolitana. Para isso, percorremos brevemente o processo histórico que determinou a situação atual, como forma de contextualizar essas transformações. Vimos como as mudanças na formação econômica uruguaia, se bem que sempre se desenvolveram dentro de um marco geral de forte dependência do capitalismo central de cada etapa, geraram também a implementação de distintos modelos de desenvolvimento do país nos quais a produção agropecuária destinada à exportação sempre desempenhou um papel central. Mas as diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo uruguaio operaram de diferentes maneiras sobre a estrutura agrária do país, destacando-se o apoio ao crescimento da agricultura familiar durante a metade do século XX, processo que se reverteu bruscamente a partir da implementação das políticas neoliberais,

principalmente a partir dos anos 1970 até o presente. O desaparecimento de agricultores familiares durante o último meio século gerou importantes impactos sociais, econômicos e ecológicos, que durante os últimos quinze anos se aprofundaram a partir do avanço do agronegócio e da implementação do modelo neodesenvolvimentista.

3 CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO OVINA URUGUAIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Va saliendo del galpón
oro blanco 'e la majada,
con tanta oveja pelada
se regocija el patrón,
y hecho arco sobre el vellón,
bajo el rigor de la zafra,
voy redondeando semanas,
tijera, charque y pirón.

(Aníbal Sampayo)

3.1. INTRODUÇÃO

Observamos no capítulo anterior que o primeiro crescimento importante da produção ovina ocorreu na década de 1860, situação que se denominou revolução da lã. Esse fato reflete as importantes mudanças que implicou na economia, sendo que a lã passaria a converter-se no principal produto de exportação do país durante quase um século. Mas também pelas mudanças que significaram nas próprias relações de produção do agro uruguaio. Não só porque determinou o surgimento de pequenos e médios produtores que se sustentaram nesta categoria, senão também porque foi um dos fatores decisivos para começar o processo de cercamento dos campos, fato que culminou de determinar a propriedade da terra em todo o país e foi a base para o início de seu processo de modernização capitalista.

Neste capítulo observaremos como o desenvolvimento da produção ovina desde seu início esteve fortemente vinculado ao desenvolvimento do capitalismo na economia uruguaia e seu forte cunho dependente.

3.2. AUGE E CRISE DO URUGUAI LANÍFERO

3.2.1. Inicia a era lanífera

O grande saldo no crescimento da produção ovina uruguaia ocorreu entre os anos 1860 e 1868, onde a quantidade de ovinos no país passou de menos de 3 milhões de cabeças a

alcançar os 16 ou 17 milhões. Mas também houve uma grande melhoria no rendimento e na qualidade da lã produzida a partir da importação de carneiros de raças produtoras de lã fina (Merino) e seu intenso cruzamento com ovelhas crioulas (BARRÁN, 2007). Dois foram os principais motivos para este rápido crescimento: a alta demanda de lã que geravam as indústrias têxteis europeias com importância na época, devido à grande afetação que produziu a Guerra de Secessão estadunidense nos produtores do sul desse país, principais provedores mundiais da fibra vegetal naquela época. As exportações de lã foram aumentando seu peso dentro do total, chegando a 19 milhões de quilos em 1868. Isto permitiu diversificar tanto em tipo de produtos exportados quanto na quantidade de compradores dos mesmos.

Mas esse rápido crescimento teve um feio já na década de 1870. Por um lado o fim da Guerra de Secessão e a crise com depressão mundial dessa década frearam o mercado têxtil de lã e com isso caiu o preço internacional da lã. Ao mesmo tempo, essa queda não conseguiu ser coberta com aumento nos volumes de produção e exportação, dado que o volume exportado caiu para 9 milhões de quilos em 1875 (50% em sete anos), fruto de uma forte diminuição da quantidade total de ovinos que chegaram a ser tão somente 8 ou 9 milhões nesse ano (quase a metade que sete anos antes). As principais causas dessa queda foram: a instabilidade social e política existentes nesses anos (com a guerra civil incluída) e os importantes problemas no manejo tecnológico da produção ovina, devido à falta de experiência dos produtores no país (BARRÁN, 2007). Dado que a saída para este problema, vislumbrada naquela época, passava por solucionar os problemas de destruição de fazendas e roubo de gado, assim como pela tecnificação do ramo, a introdução de cercas e a modernização no meio rural surgiam como alternativa demandada pelos proprietários rurais (BARRÁN, 2007). O resultado, conforme observado, fora o início, nesta década, do processo de cercamento do campo uruguaio, o que permitiu retomar o processo de mestiçagem e novo crescimento da quantidade de ovinos, que em 1878 já havia alcançado a ser 15 milhões (MÉNDEZ VIVES, 2011). A aposta se realizou pela introdução e melhoramento da raça Merino (com carneiros de origem francesa e alemã) especializada na produção de lã fina, em detrimento da busca de raças de duplo

propósito (carne e lã). Inclusive o lugar preponderante que terá a lã dentro da produção ovina uruguaia ao longo da história levou a que popularmente se utilize a expressão "lanares" para fazer referência a essa espécie. Se bem desde seus inícios a produção ovina em Uruguai se realizou no pastoreio conjunto com o bovino, nesta primeira época 60% dos ovinos se concentravam na região centro-sul e sudoeste do país, onde havia maior presença de estabelecimentos pequenos e médios, enquanto que 60% dos bovinos concentravam-se ao norte, onde os latifúndios eram hegemônicos. Uruguai assegurou, então, seu lugar privilegiado como produtor de lã fina, assegurando melhores preços, mas limitando a produção e venda de carne ovina. Tudo isso se refletiu no aumento das exportações em geral, mas em particular para a lã que chegou aos 25 milhões de kilos em 1884, convertendo-se assim no principal produto de exportação ao representar 27% do total frente ao 26% do couro. Esta diferença aumentaria daquele momento em diante e se manteria como primeiro ramo de exportação por muito tempo. Ao mesmo tempo definiria seu caráter dependente dos países centrais e dos preços internacionais, próprio de sua inserção na etapa de livre concorrência, situação que seria central em suas possibilidades de desenvolvimento ocorrido logo adiante, dado que o modelo produtivo baseado na criação de gado e suas principais características estruturais e técnicas entrariam nos estancamento que se manteria durante quase um século.

3.2.2. Carne e lã rumo a Europa

Na seguinte etapa, a lã se consolidou como principal produto de exportação, mantendo volumes de exportação entre 30 e 60 milhões de quilos anuais e a quantidade de ovinos manteve-se entre 14 e 20 milhões de cabeças nos primeiros trinta anos do século XX (NAHUM, 2007). Esse período se caracterizou por importantes oscilações nos preços internacionais da lã e demais produtos agropecuários, fruto principalmente dos efeitos gerados pelo começo e fim da Primeira Guerra Mundial. O rápido crescimento da indústria frigorífica durante a Primeira Guerra Mundial, fruto dos altos preços internacionais da carne, fizeram que durante esse período a carne ovina substituísse a carne de gado no consumo interno do país. Já nos anos 1920 a presença dos frigoríficos permitiu

começar a exportar carne congelada de capões e cordeiros, pelo que começaram a introduzir-se raças ovinas de duplo propósito, como Lincoln e Romney Marsh, que pouco a pouco foram deslocando à raça Merino (FINCH, 2005). Mas à diferença das exportações de carne de gado e ovina, que dependiam quase que exclusivamente da Grã Bretanha para sua colocação, a lã uruguaia possuía uma diversidade de compradores (Alemanha, França, Bélgica, Grã Bretanha, Estados Unidos), nenhum dos quais representava individualmente mais de um terço do total exportado.

Como já observamos, durante esse período as condições técnicas da produção de gado, em especial o manejo de base forrageira, se manteve praticamente sem mudança com relação ao século anterior. A razão disso era a estrutura fundiária do país que, praticamente, não havia mudado em todo esse tempo, ao que se somava a forma predominante da posse da terra, com uma alta proporção de arrendatários. Esta condição não estimulava a introdução de melhorias e infra-estruturas nos estabelecimentos (NAHUM et al., 2007). Apesar disso, nos anos seguintes a produção e exportação de lãs manteve seu crescimento, sustentando-se o total de ovinos em torno aos 20 milhões de animais entre 1930 e 1945, a partir de melhorias técnicas (sobre tudo o manejo e controle sanitário, especialmente da sarna) e da expansão da raça Corriedale (de origem neozelandesa e duplo propósito mas de predomínio lanífero), com maiores qualidades para adaptar-se às condições de produção uruguaias e que passou a ser predominante no país até a atualidade. Também nas primeiras décadas do século XX, além de impulsionar-se o desenvolvimento da indústria frigorífica no país, se instalaram e desenvolveram as primeiras indústrias têxteis laníferas (MORAES, 2003). Isto permitiria contar desse momento em diante com produtos exportáveis que requeriam e geravam maior quantidade de trabalho como lãs penteadas, tops e tecidos.

3.2.3. Fim do Uruguai de vacas e cordeiros gordos

Durante a Segunda Guerra Mundial os preços da lã se mantiveram altos, o que permitiu manter os altos níveis de exportação também nos anos seguintes. Além disso, entre 1946 e 1956, com o auge do modelo ISI e o crescimento industrial do país, houve um importante estímulo da indústria têxtil lanífera e conseqüentemente da exportação de lãs penteadas. Some-se que nessa época expandiu-se a demanda mundial de lãs produto da recuperação das indústrias têxteis europeias (MORAES, 2003). Aos altos preços internacionais da lã se somou o aumento do consumo interno de carne de gado fruto do crescimento da população e de sua capacidade de consumo, o que competiu com a sua exportação (FINCH, 2005). Essa situação levou a que no final da década de 1950 as exportações de lã alcançassem o topo de sua participação dentro do total exportado, representando um 60%. Este crescimento se explicava pelo aumento na quantidade total de ovinos (que oscilou os 23 milhões de cabeças durante a década de 1950) e pelo aumento no rendimento da lã animal, fruto principalmente da introdução e desenvolvimento de raças laníferas (à Corriedale somou-se a Ideal). O predomínio da lã corresponde com a definitiva queda nas exportações da carne ovina a partir dessa década, a qual havia dependido da demanda britânica durante o período de guerras. O abate de ovinos diminuiu em geral, mas em particular o abate de cordeiros, que passou de aproximadamente 30% no final da década de 1930, a representar 6% nos anos 1960 (FINCH, 2005). Mas tudo isto se dava num marco geral onde as condições técnicas na produção de gado e a estrutura fundiária do país não haviam mudado. O reflexo disso foi um crescimento muito lento durante a primeira metade do século e finalmente o estancamento quase completo da produção de gado a partir de 1955. Esse estancamento produtivo se acompanhava de níveis muito baixos de eficiência produtiva e reprodutiva, com rendimentos de lã por cabeça e de taxas reprodutivas muito inferiores às de outros países produtores. Por um lado, precária alimentação (fruto de um inadequado e quase exclusivo uso de pastagens naturais) e os problemas no manejo sanitário eram a base para esses baixos níveis (FINCH, 2005). Por outro lado, o avanço da produção de cultivos agrícolas rumo à região sudeste deslocou em parte o gado rumo ao restante do território nacional,

em particular as raças laníferas de ovinos que se adaptavam melhor aos solos mais superficiais do norte (onde predominará o Merino) e leste do país (onde predominará o Corriedale).

Após a crise do modelo ISI e as mudanças no mercado mundial com pedidas protecionistas na maioria dos países centrais, as possibilidades de colocação da lã uruguaia viu-se muito dificultada (NAHUM et al, 2007). Um dos fatores fundamentais que influenciou foi a generalização no uso de fibras artificiais sintéticas, que apresentavam preços relativos muito inferiores à lã e levaram a sua substituição generalizada na indústria têxtil (MORAES, 2003). Tudo isso levou a que a partir de 1955 começasse uma fase de crise na produção de lã do país, que se manteve até finais do ano 1979 e cortou a longa fase de crescimento que vinha desde começos do século. No final dos anos 1960, as exportações de lã perderam o lugar que mantinham fazia 80 anos, como principal ramo exportável, espaço que passou a ocupar a carne de gado (NAHUM et al., 2008).

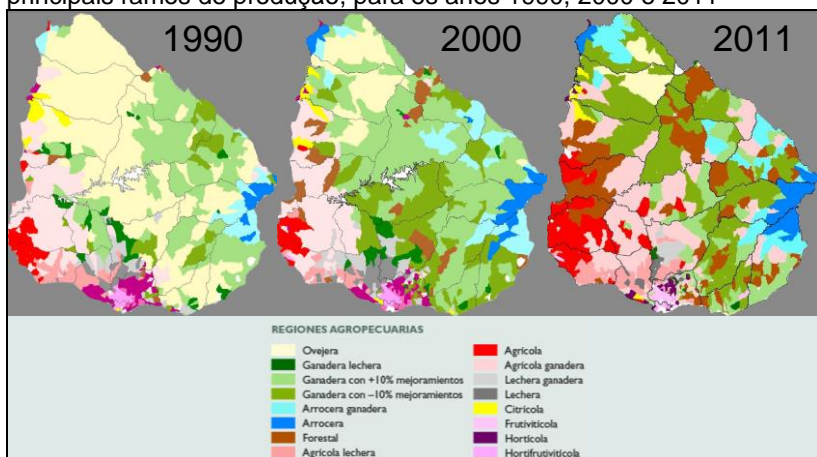
3.2.4. Indo por lã e voltando tosquiados

Somente por volta da década de 1970, com a crise do petróleo, a lã melhora suas condições e Uruguai recupera as exportações deste produto. Soma-se a isso que a re-localização de capitais em nível mundial própria dessa etapa, em especial rumo aos países asiáticos, levou a mudanças na estrutura do mercado mundial da lã que favoreceu a produção uruguaia (MORAES, 2003). Entre outras coisas diminuiu o comércio de lã suja em benefício de lãs com maior processamento industrial, o que levou, a partir dessa década, a que as exportações uruguaia de lãs lavadas e penteadas conseguissem superar em quantidade às exportações de lã suja, a partir de um forte desenvolvimento e modernização da indústria de tops. As lãs sujas, que no início dos anos 1980 representavam 37% das exportações de lã, para fins dessa década eram tão somente 9% do total. Tudo isso levou, a partir desse momento e até finais dos anos 1980, a que Uruguai conseguisse aumentar os volumes produzidos e exportados, revertendo assim o processo dos anos anteriores. Para 1990 a quantidade de ovinos no país chegou novamente a seu máximo nível histórico, aproximando-se aos 25

milhões de cabeças, assim como a volumes de produção e exportação de lã nunca antes alcançados.

Mas essa tendência culminou ao avançar a nova década. Em 1991 entrou em crise o sistema australiano de sustento dos preços, que até o momento havia assegurado sua estabilidade, pelo que o preço mundial da lã veio abaixo. Isto também coincide com o processo que vinha ocorrendo de mudanças na demanda, dado que o lugar das fibras sintéticas vinha crescendo, com preços muito menores e taxas de produtividade cada vez maiores. O resultado foi uma dramática diminuição da produção e exportação de lã no país durante os próximos quinze anos, acompanhada de uma impressionante redução da quantidade total de ovinos. No ano 2004 as exportações de lã estiveram abaixo dos 27 milhões de quilos e no país havia menos de 10 milhões de ovinos (URUGUAY, 2005). Ambos valores representaram os níveis mais baixos em mais de cem anos e implicaram o fechamento de um ciclo de crescimento da produção e exportação lanífera de Uruguai que se estendeu durante todo o século XX. Com isso a produção ovina não só caiu em quantidade de animais e volumes produzidos senão também na superfície total do país que se dedicava principalmente a essa produção. Enquanto em 1990, 41 % da superfície do país se dedicava principalmente à produção ovina, no ano 2000 essa produção representava apenas 9% do território e tão somente 3% no ano 2011 (Figura 13). Os ovinos se concentravam assim na região norte do país, onde o predomínio de solos superficiais sobre basalto fazia que fosse uma das poucas produções agropecuárias que mantinha vantagem sobre as demais.

Figura 13 – Evolução das regiões agropecuárias, segundo seus principais ramos de produção, para os anos 1990, 2000 e 2011



Fonte: DIEA, 2010 e 2015

Perante essa situação, a produção e exportação de carne ovina começou a ser vista como alternativa para o setor, ajudado pelo aumento de seus preços internacionais logo que muitos mercados compradores se voltaram ao gado ovino pelo surgimento da doença da “vaca louca” (ACOSTA; ARRETCHE, 2010). Geraram-se, então, planos específicos como foi em 1996 o Programa Cordeiro Pesado⁴, que buscou gerar um produto padrão e exportável que permitisse aceder a outros mercados internacionais de carne ovina. Para isso, se propôs aumentar o peso médio de abate dos cordeiros (que originalmente oscilava 20-25 kg. em pé e 10-12 kg. de carcaça e se propunha chegar a cordeiros dente de leite entre 34 e 45 kg. na hora do embarque) aplicando um pacote de medidas de manejo produtivo, nutricional e sanitário (SECRETARIADO URUGUAYO DE LA LANA, 1999; KREMER, 2009). Esse Plano, que foi uma iniciativa fundamentalmente privada, se sustentou sobre uma concepção

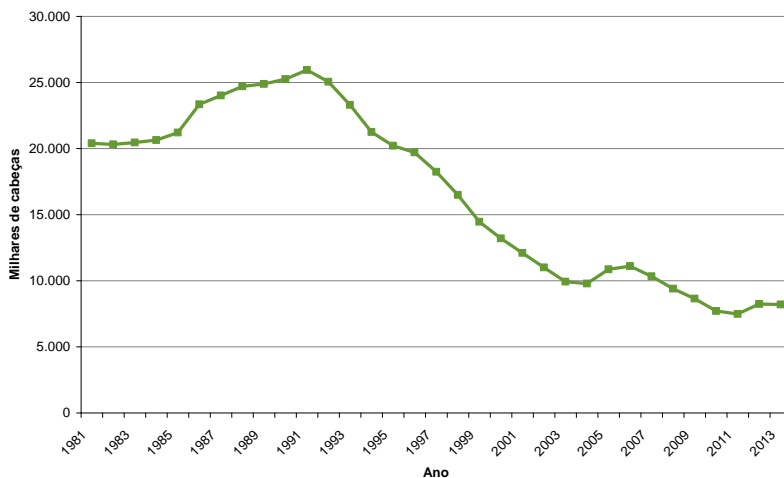
⁴ O Cordeiro Pesado é um produto standardizado destinado à exportação e que deve cumprir com uma serie de características respeito à idade (dente de leite e menos de 13 meses de idade), peso (entre 34 e 45 quilos), condição corporal (3,5 na escala de um a cinco), lã (um a três cm), sexo (machos castrados e fêmeas sem gravidez) (SECRETARIADO URUGUAYO DE LA LANA, 1999).

de cadeia, com um forte rol dos capitais da indústria frigorífica. Igualmente, nesses primeiros anos não houve grandes mudanças na quantidade de carne ovina exportada e sua proporção com relação ao total de exportações ovinas foi aumentando pela queda das exportações de lã, até que em 2001 um foco de febre aftosa no país dificultou fortemente as possibilidades de exportação, que retomariam somente a partir de 2003 quando a OIE (Organização Mundial de Sanidade Animal) declara Uruguai país livre de febre aftosa com vacinação (ACOSTA; ARRETCHE, 2010).

3.3. A PRODUÇÃO OVINA URUGUAIA NOS ÚLTIMOS QUINZE ANOS

Já entrado o século XXI, continuou a diminuição de ovinos que vinha ocorrendo de forma contínua desde o começo da década de 1990 (Figura 14). Mas esse processo nos últimos anos teve algumas particularidades e alguns momentos nos quais o descenso foi revertido. Entre 2003 e 2006 houve um pequeno crescimento para novamente continuar diminuindo intensamente até 2010, a partir de quando a quantidade parece novamente estabilizar-se.

Figura 14 - Evolução da quantidade de ovinos desde 1981 (em milhares de cabeças)



Fonte: INAC, 2014.

3.3.1. Menos estabelecimentos, porém mais mães

O dado que surge dos últimos recenseamentos agropecuários é que entre 2000 e 2011 não somente diminuiu mais de 40% a quantidade de ovinos, senão que a quantidade de estabelecimentos com ovinos diminuiu também 30%, aproximadamente. Há 9.000 produtores agropecuários a menos dedicados à produção ovina, o que representa 15% do total de produtores agropecuários que existiam no ano 2000 (Quadro 11). Se considerarmos aqueles produtores que tinham os ovinos como seu principal ramo produtivo, no ano 2011 eram aproximadamente 3.000, mil a menos (30% menos) que no ano 2000 (ver Apêndice VIII).

A relação entre quantidade de ovinos e bovinos (lanífero/gado) caiu quase à metade, passando de 1,3 a 0,7. Mas esta diminuição de ovinos não ocorreu da mesma forma para todas as categorias. Por um lado, os que mais desapareceram foram os animais mais vinculados à produção de lã, como capões e ovelhas de descarte, que em 2011 eram aproximadamente 2/3 menos que no ano 2000. Por outro lado, as categorias mais vinculadas a criação e a produção de

cordeiros, como ovelhas de cria, carneiros, cordeiras e cordeiros, tiveram uma diminuição não tão forte, aproximadamente $1/3$ durante esses onze anos. Inclusive, analisando um período um pouco maior se visualiza mais a mudança na composição do rebanho a favor das categorias vinculadas à produção de cordeiros. Enquanto em 1997 representavam 75% do total, em 2013 passaram a representar 88% (Figura 15). Estará avançando o rebanho uruguaio rumo a uma estrutura mais próxima de um país criador e produtor de carne de cordeiros?

Quadro 11 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existência de animais por categoria, anos 2000 e 2011

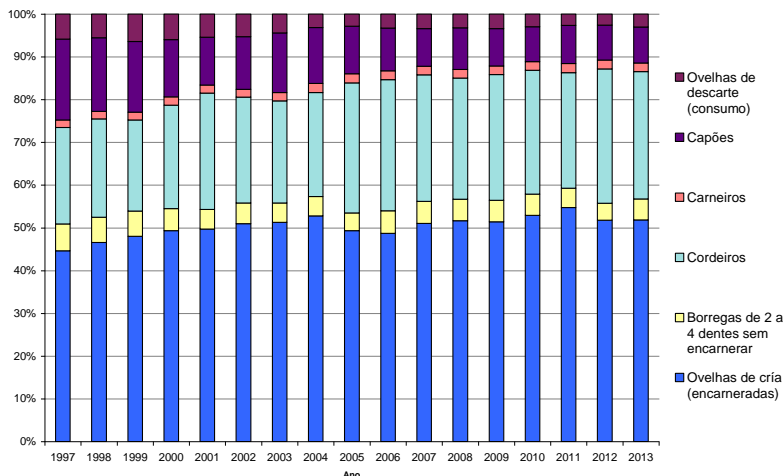
Estabelecimentos	Sup. (milhares de ha)	Existências de ovinos (milhares)										Rel. Ovino /Bovino	
		Carn.		Ov. cria	Ov. descarte	Cap.	Borr. 2-4 D	Cord. (m) DL	Cord. (f) DL	Cord. mamões	Ovinos /ha		ha /estab.
19.765	10.583	7.379	158	3.951	226	624	382	908	753	374	0,66	535,5	0,7
28.796	13.772	12.900	246	6.179	718	1.665	713	1.451	1.193	498	0,88	478,3	1,3
-9.031	-3.189	-5.520	-88	-2.227	-492	-1.041	-330	-542	-439	-124	-0,22	57,18	-0,59
-31,4%	-23,2%	-	-	-	-68,5%	-	-	-	-	-24,9%	-25,1%	12,0%	-46,0%
		42,8%	35,8%	36,1%		62,5%	46,4%	37,4%	36,8%				

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Carn.= carneiros; Ov.= ovelhas; Cap.= Capões; Borr.= Borregas; Cord.=Cordeiros; m= machos; f= fêmeas; D= dentes; DL= dentes de leite

Se nos focamos no período entre 2003 e 2006, no qual ocorre um pequeno crescimento da quantidade de ovinos, estas mudanças se manifestam mais fortemente. Ali o crescimento se concentrou especialmente nas categorias mais jovens. O total de cordeiros passou de 24% do total de ovino em 2003 a representar 30% em 2006. As borregas também aumentaram sua proporção esses anos, passando de 4,5% a 5,25. Mas também no caso das ovelhas, a proporção destinada à cria aumenta com relação às ovelhas de refugio, passando de 90% a 94%, dentro do total de fêmeas adultas. Isto leva a que aumente também a relação de cordeiros para cada ovelha de cria, que passa de 0,47 em 2003 a 0,63 em 2006, o que mostra uma maior ênfase na criação nesses anos (URUGUAY, 2005, 2007). Entre os fatores que podem haver favorecido as características deste crescimento está o crescimento sustentado dos preços internacionais do cordeiro que ocorreu entre 2000 e 2004 (ver Apêndice X). Outra influência forte foi a abertura a partir de 2003 dos mercados que haviam se fechado logo após o surgimento do foco de aftosa em 2001. Estas transformações na estrutura do rebanho geral se mantiveram nos anos seguintes. Um exemplo disso é que desde 2007 em diante a soma das ovelhas de cria e suas categorias de substituição (borregas e cordeiras) se mantiveram acima de 70% do total de animais (Figura 15).

Figura 15 - Evolução da composição do rebanho nacional em percentagem por categoria

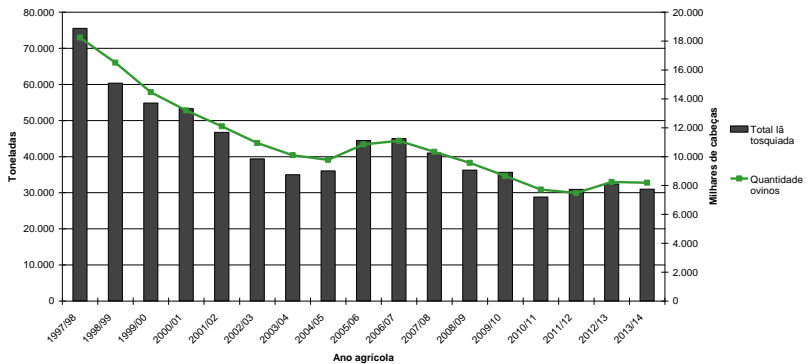


Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

3.3.2. A lã cai

Observando a produção de lã, é claro que a quantidade de lã produzida (tosquiada) acompanhou a queda na quantidade de animais (Figura 16). Enquanto isso a indústria se dirige à produção de lã ultrafina, difícil de alcançar pela maioria dos produtores.

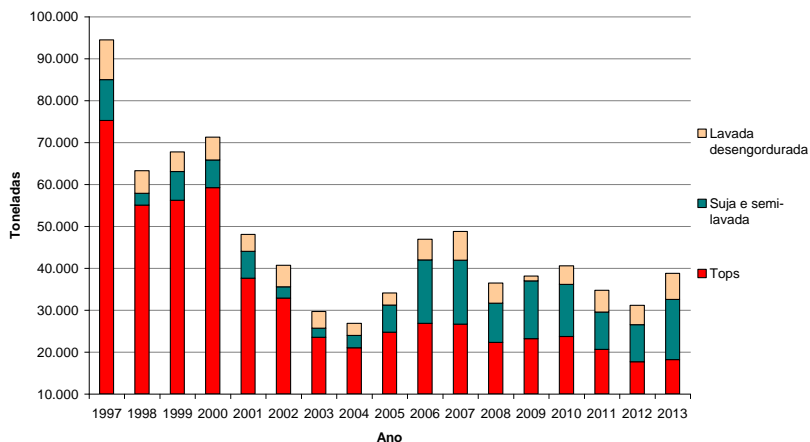
Figura 16 - Evolução da produção de lã e da quantidade de ovinos no país



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

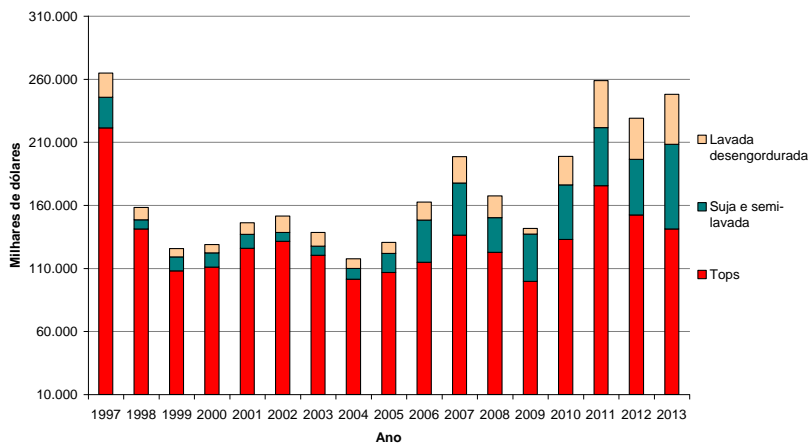
Essa queda na produção se refletiu na quantidade de toneladas exportadas, mas não tanto na sua correlação em dólares, dado que a partir de 2006 a melhoria no preço da lã fez inclusive que houvesse um acesso nos ingressos por exportação de lã (Figura 17). Isto também gerou, a partir de 2007, um aumento na importação de lãs sujas, podendo-se estimar inclusive que esta lã importada representou metade do volume exportado no período 2007-2013 (URUGUAY, 2010, 2014b). Assim, durante todo esse período exportou-se mais lã do que aquela que foi produzida, chegando em 2010 a exportar-se 40% a mais de toneladas que as que haviam sido produzidas no país. Apesar disso, uma característica da última década é que caiu fortemente a quantidade e a proporção de lãs processadas (lavadas e penteadas) dentro das exportações, passando de 80% do total exportado em 2000, a representar menos de 50% em 2013 (Figura 18). Essas indústrias sofreram um decréscimo importante não somente pela queda na produção de lã, mas também porque foi um dos setores mais afetados pela crise de 2002. (BENTANCOR et al., 2009).

Figura 17 - Evolução das exportações de lã segundo o tipo de processamento (em toneladas)



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Figura 18 - Evolução das exportações de lã segundo o tipo de processamento (em milhares de dólares).

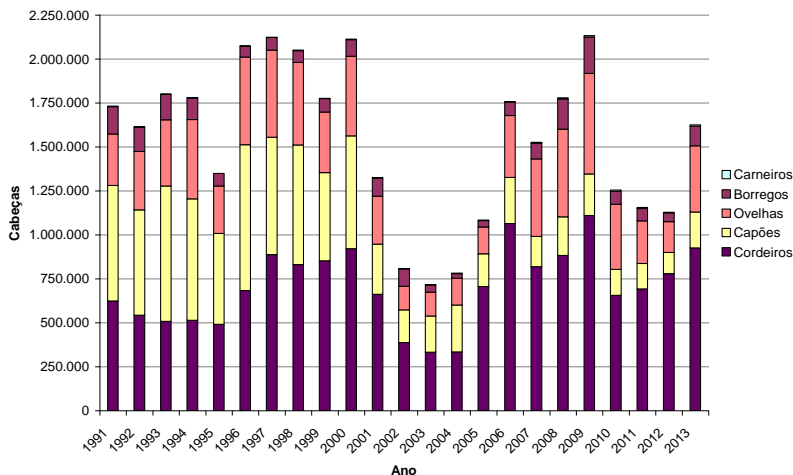


Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014.

3.3.3. A carne se eleva

No tocante à produção de carne ovina, desde o final da década de 1990 e começos dos anos 2000, o lugar do cordeiro vem sendo preponderante dentro do total de ovinos abatidos, diminuindo o peso do abate de animais adultos, em especial os capões que já vinham num processo de desaparecimento do rebanho nacional (Figura 18). Este crescimento coincide com o aumento que vinha ocorrendo no preço internacional do cordeiro e o estímulo que houve desde 1996 com a implementação do Programa Cordeiro Pesado. Houve um freio em 2001 por conta do efeito da febre aftosa e retoma após 2003 com a reabertura dos mercados, o que foi muito bem aproveitado dado que estimar-se que a partir desse momento mais de 80% dos animais abatidos tem como destino a exportação (ver Apêndice XI). Em 2005 os cordeiros chegaram a representar 65% do total de animais abatidos e a partir dali mantém-se acima de 50%, alcançando em 2009 o recorde histórico de abate de cordeiro com mais de 1.1 milhões. Este valor, dado o tamanho do rebanho nacional, a quantidade de cria e a média dos indicadores reprodutivos do país destes últimos anos, está próxima ao teto de possibilidades nas condições atuais de produção (KREMER, 2009).

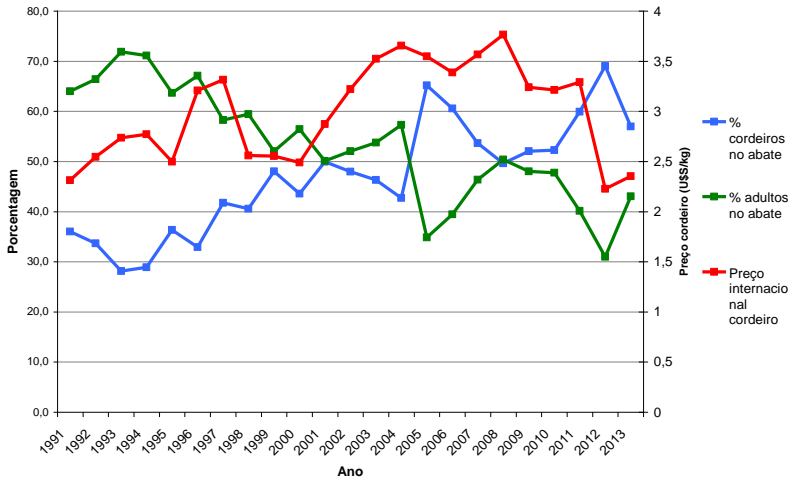
Figura 19 - Evolução do abate de ovinos segundo a categoria animal



Fonte: INAC, 2014

A quantidade de animais abatidos esteve muito vinculada ao preço internacional da carne ovina, mas também à composição do abate segundo categoria animal. A partir de 2002 o aumento do preço da carne de cordeiro levou a um aumento dos preços também em outras categorias o que levou a que, por volta de 2008, no momento dos preços internacionais mais elevados, aumenta-se muito a quantidade de animais adultos abatidos, em particular de ovelhas que chegaram a representar 28% dos animais abatidos (Figura 18). Ao mesmo tempo, nesse período as mudanças nos preços repercutiram rapidamente na proporção de animais adultos abatidos. Perante o aumento dos preços aumentou a proporção de animais adultos no abate, a que voltou a diminuir frente às novas quedas no preço (Figura 19).

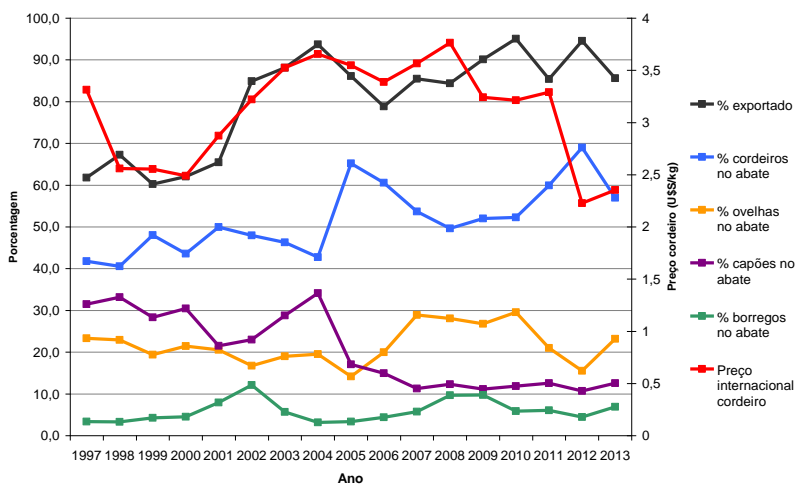
Figura 20 - Evolução na composição do abate dos cordeiros e adultos, conforme o preço internacional



Fonte: INAC, 2014

Em particular, entre o ano 2007 e o ano 2010, onde os preços se mantiveram em níveis relativamente altos, a quantidade de ovelhas abatidas e sua proporção com relação ao total manteve-se em níveis muito elevados, aproximadamente 30% do total de abate durante os três anos (Figura 20) e representou mais de 10% da quantidade de ovelhas totais em 2009 (ver Apêndice XI). Esse foi o período onde, como já assinalamos, caiu a quantidade total de ovinos, logo após pequeno crescimento entre 2004-2006. Uma possibilidade é que os produtores tenham aproveitado o momento da alta de preços para vender ovelhas mais velhas ou por descartar, ficando assim com um plantel mais jovem. Um dos dados que podem induzir-nos a isso é que durante todo esse período as categorias de substituição (cordeiras e borregas) se mantiveram acima de 18% do total de animais.

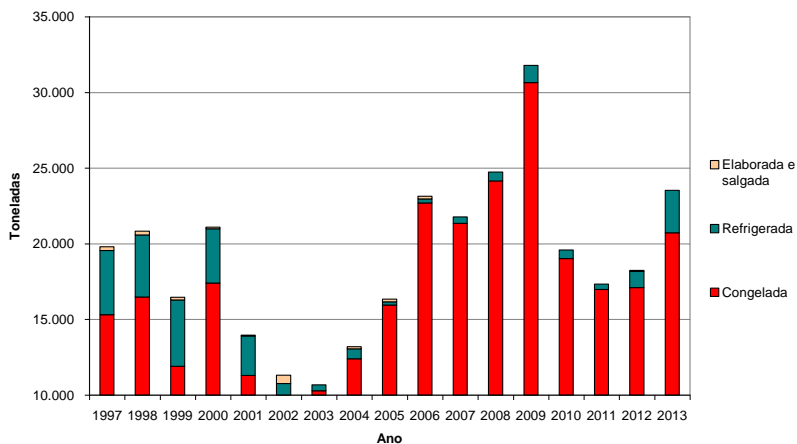
Figura 21 - Evolução estimada da porcentagem de carne ovina destinada à exportação com relação ao produto total do abate e produção de cada categoria dentro do abate total



Fonte: INAC, 2014

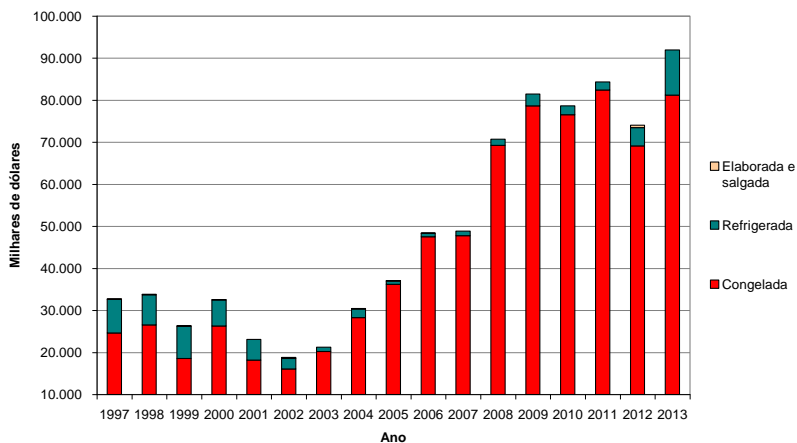
As mudanças nos preços internacionais refletem-se também nas quantidades exportadas, acompanhando as altas e baixas (Figura 21). Mas neste caso também ocorre que ao analisar os preços em dólares isto será diferente (Figura 22), dado que o aumento das exportações de carne ovina em dólares significou mais da quarta parte do total de exportações de lã e carne juntas (URUGUAY, 2005, 2007, 2010, 2014).

Figura 22 - Evolução das exportações de carne ovina segundo o tipo de processamento (em toneladas)



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Figura 23 - Evolução das exportações de carne ovina segundo o tipo de processamento (em milhares de dólares)

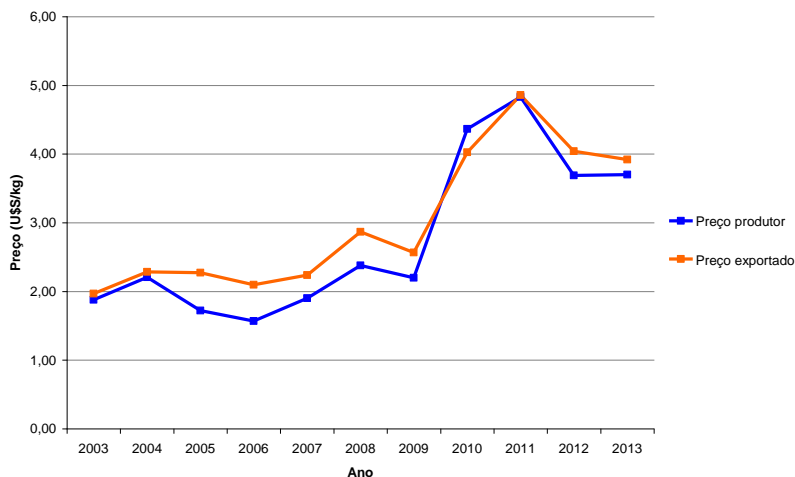


Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Mas tudo isso dentro de um complexo onde a indústria frigorífica para exportação possui uma centralidade marcante, em

especial nas condições para a compra e para o crédito, assim como na fixação do preço e na forma de pagamento. Se compararmos a média do preço de exportação com o preço ao produtor, em média o primeiro foi 9% superior ao segundo entre 2003 e 2013. Mas entre 2005 e 2009, no momento de maior crescimento das exportações e onde os preços internacionais da carne de cordeiro se mantiveram mais elevados, a diferença foi 23% em média, com um máximo de 33% em 2006, primeiro ano que o abate passava de um milhão de cabeças (Figura 23). Os anos 2010 e 2011 coincidem com a queda no preço internacional da carne de cordeiro e o baixo tipo de câmbio em Uruguai.

Figura 24 - Relação ente preço obtido por carne exportada e preço obtido pelos produtores



Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

3.3.4. Quem produz com ovinos?

No Quadro 12 vemos que 75% dos ovinos estão naqueles estabelecimentos com rebanho superior aos mil animais, que representam 9% do total de estabelecimentos com ovinos. Estes estabelecimentos tinham uma relação lanífero/bovino de 1,64, bastante superior à média (0,97), sendo que em sua maioria (64%) encontravam-se nos Departamentos do norte do país onde principalmente ficou radicada a produção de lã (Artigas, Salto,

Paysandú e Tacuarembó). Este estrato de produtores também foram os que mais desapareceram entre 2000 e 2011, com uma diminuição de 46%.

No outro extremo, os estabelecimentos com rebanhos inferiores a 50 animais eram 34% do total, mas possuíam tão somente 2% do total de ovinos. O município onde mais se encontravam estes estabelecimentos era Canelones, com 20% do total, mais do dobro do município que lhe seguia, Lavalleja, com 10%.

Os estabelecimentos com rebanhos intermédios encontravam-se principalmente nos Departamentos do leste e nordeste do país (Lavalleja, Maldonado, Rocha e Cerro Largo), onde se encontra a maioria de pequenos e médios criadores de bovinos. Isto se reflete na relação lanífero/bovino mais próxima da média nacional. Quanto maior o rebanho, mais ao norte do país se situa.

Quadro 12 - Principais características dos estabelecimentos que tinham ovinos em 2000 e 2011

Ano do estabelecimento	Ano	Número de estabelecimentos		Superfície (ha)		Superfície promédio (ha)	Existências de ovinos		Relação Ovino / Bovino		
		Quant.	%	Quant.	%		Total	Por prédio		Por ha	
											Cabeças (%)
TOTAL	2011	19.765	100,0	10.583.565	100,0	535	7.379.595	100,0	373	0,70	0,97
	2000	28.796	100,0	13.772.913	100,0	478	12.900.237	100,0	448	0,94	-
Variação 2011 - 2000	Variação	-9.031		-3.189.348		57	-5.520.642		-75	-0,24	-
	%	-31,4%		-23,2%		12,0%	-42,8%		-16,7%	-25,6%	-
Ovinos de 50	2011	6.614	33,5	1.163.461	11,0	176	138.170	1,9	21	0,12	0,17
	2000	9.977	34,6	1.138.714	8,3	114	184.927	1,4	19	0,16	-
Variação 2011 - 2000	Variação	-3.363		24.747		62	-46.757		2	-0,04	-
	%	-33,7%		2,2%		54,1%	-25,3%		12,7%	-26,9%	-
50 a 100	2011	6.044	30,6	1.882.943	17,8	312	657.513	8,9	109	0,35	0,48
	2000	7.250	25,2	1.702.826	12,4	235	805.782	6,2	111	0,47	-
Variação 2011 - 2000	Variação	-1.206		180.117		77	-148.269		-2	-0,12	-
	%	-16,6%		10,6%		32,6%	-18,4%		-2,1%	-26,2%	-

Fonte: elaboração própria a partir de CGA 2000 e micro-dados do CGA 2011

Quadro 12 (cont.) - Principais características dos estabelecimentos que tinham ovinos em 2000 e 2011

Ano do estabelecimento	Ano	Número de estabelecimentos		Superfície (ha)		Superfície promédio (ha)	Existências de ovinos		Relação Ovino/ Bovino		
		Quant.	%	Quant.	%		Total	Por prédio			
								Cabeças		(%)	Por ha
501 a 000	2011	3.462	17,5	2.001.572	18,9	578	1.119.966	15,2	324	0,56	0,74
	2000	5.174	18,0	2.012.795	14,6	389	1.677.811	13,0	324	0,83	-
	Varição	-1.712		-11.223		189	-557.845		-1	-0,27	-
	%	-33,1%		-0,6%		48,6%	-33,2%		-0,2%	-32,9%	-
501 a 000	2011	1.839	9,3	1.803.443	17,0	981	1.285.007	17,4	699	0,71	0,94
	2000	3.050	10,6	2.274.589	16,5	746	2.160.404	16,7	708	0,95	-
	Varição	-1.211		-471.146		235	-875.397		-10	-0,24	-
	%	-39,7%		-20,7%		31,5%	-40,5%		-1,4%	-25,0%	-
501 a 000	2011	1.806	9,1	3.720.426	35,2	2060	4.178.939	56,6	2.314	1,12	1,64
	2000	3.345	11,6	6.643.989	48,2	1986	6.643.989	51,5	1.986	1,00	-
	Varição	-1.539		-2.923.563		74	-2.465.050		328	0,12	-
	%	-46,0%		-44,0%		3,7%	-37,1%		16,5%	12,3%	-

Fonte: elaboração própria a partir de CGA 2000 e micro-dados do CGA 2011

Ao focar no lugar da agricultura familiar dentro da produção ovina vemos que no ano 2011, 6% dos produtores de gado do país eram familiares (TOMMASINO et al., 2014). Estes 15,9 milhares de produtores familiares de gado representavam 62% do total de agricultores familiares uruguaios. Mas, apesar de ser uma porção tão importante do total de produtores, manejavam tão somente 17% da superfície total do pastoreio e 23% da quantidade total de ovinos.

3.4. SÍNTESE DO SEGUNDO CAPÍTULO

A produção ovina no país também se desenvolveu voltada ao mercado internacional, especialmente o de lã, o que levou a que seus principais esforços tanto de produtores como de organizações, instituições e empresas tenham passado a especializar-se nesse ramo da produção. Modelo de produção que sustentou-se até a década de 1990, quando as condições favoráveis do mercado internacional de lã caíram abruptamente e a produção de lã do país começou um retrocesso que se mantém até nossos dias. Essa produção havia se baseado em médios e grandes produtores, especializados no manejo de raças laníferas e situados principalmente no norte do país. Mas nos últimos quinze anos ressurgiu a carne ovina como um produto possível para a exportação, com situações de preços internacionais muito favoráveis e possibilidade de acesso a mercados de alta demanda. Frente a isso, a produção nacional começou a adaptar-se, com maior ênfase na criação de cordeiros e avançando na região sul do país, onde existem condições melhores para a criação intensiva e o engorde de cordeiros. Nisto também desempenhou um papel central a indústria frigorífica, incentivando a integração dos produtores à cadeia agroexportadora de carne ovina.

4 CAPÍTULO III - OS OVINOS NA REGIÃO METROPOLITANA

4.1. INTRODUÇÃO

Conforme observamos na Secção anterior, Canelones é o Departamento que nos últimos anos concentrou boa parte dos produtores de ovinos com rebanhos menores. Neste Capítulo apresentaremos as particularidades que teve a produção ovina nos últimos anos, em particular como se expressou nos Departamentos de Canelones e Montevideo e que mudanças implicou, especialmente, para os agricultores familiares dessa região. Uma das principais fontes para entender este processo foram as entrevistas realizadas para levar adiante esta pesquisa, pelo que serão uma contribuição central nesta Secção do trabalho.

4.2. CRESCIMENTO DOS ÚLTIMOS ANOS: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Entre 2000 e 2011 Montevideo e Canelones foram dos poucos Departamentos que aumentaram a quantidade de produtores que tinham ovinos como ramo principal em seu estabelecimento (Quadro 13) e em ambos Departamentos isto ocorreu numa proporção importante. Por outro lado, nesses Departamentos e para esse período ocorreu uma diminuição importante na quantidade de produtores cujos ramos principais eram: horticultura, gado de carne e produção de suínos. Já havíamos visto que a superfície hortícola havia caído à metade neste período na região e que esta é a produção à qual se dedicam a maioria dos agricultores familiares ali presentes.

Quadro 13 - Quantidade de estabelecimentos e superfície explorada segundo sua fonte principal de ingresso, para Canelones, Montevideo e total do país

Ano	Total	Principal fonte de ingresso													
		Horticultura				Gado de corte				Ovinos				Suínos	
		Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)	Quant.	Sup. (ha)
Total país	2011	44.781	2.711	50.675	23.568	10.890.880	2.912	840.299	633	11.825					
	2000	57.131	5.263	113.159	28.244	12.683.540	4.097	950.964	1.449	26.345					
	<i>Variação</i>	-12.350	-2.552	-62.484	-4.676	-1.792.660	-1.185	-110.665	-816	-14.520					
	%	-21,6%	-48,5%	-55,2%	-16,6%	-14,1%	-28,9%	-11,6%	-56,3%	-55,1%					
Canelones	2011	7.790	1.580	25.836	2.319	166.944	164	3.540	213	3.258					
	2000	10.706	2.904	44.328	2.971	159.477	45	1.492	393	5.506					
	<i>Variação</i>	-2.916	-1.324	-18.492	-652	7.467	119	2.048	-180	-2.248					
	%	-27,2%	-45,6%	-41,7%	-21,9%	4,7%	264,4%	137,3%	-45,8%	-40,8%					
Montevideo	2011	1.317	336	2.818	28	1.262	17	617	103	760					
	2000	1.367	508	3.877	19	468	7	117	95	905					
	<i>Variação</i>	-50	-172	-1.059	9	794	10	500	8	-145					
	%	-3,7%	-33,9%	-27,3%	47,4%	169,7%	142,9%	427,4%	8,4%	-16,0%					

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Mas, se nos concentramos na produção ovina, para o caso de Canelones este aumento não responde a um aumento na quantidade de agricultores com ovinos, nem sequer à quantidade de ovinos no município. Mas, há sim um aumento importante na quantidade de animais dentro de algumas categorias, em detrimento de outras. Cresceu a quantidade de ovelhas, carneiros e cordeiros em geral e os capões diminuíram de maneira significativa (Quadro 14). Isto repete de forma mais profunda o processo que observávamos ocorreu em geral no país. No caso de Montevideo isto foi mais forte ainda, sendo que a quantidade de animais das categorias recém mencionadas se quintuplicou nesses onze anos (Quadro 15).

Quadro 14 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existências por categorias para Canelones, anos 2000 e 2011
Existência de ovinos

Ano	Prédios	Superfície (ha)	Total	Categoria							Cordeiros e cordeiras mamões	Ovinos / Ha
				Carneiros	Ovelhas de cria	Ovelhas descartadas	Capões	Borregas 2-4 D	Cordeiras DL	Cordeiros DL		
2011	1.484	87.979	36.381	1.326	20.765	2.844	940	1.374	2.444	2.591	4.097	0,37
2000	1.736	104.705	40.911	639	15.317	1.522	3104	2.309	1.865	1.248	2.346	0,25
Varição	-252	-16.726	-4.530	687	5.448	1.322	-2.164	-935	579	1.343	1.751	0,12
%	-14,5%	-16,0%	-11,1%	107,5%	35,6%	86,9%	-69,7%	-40,5%	31,0%	107,6%	74,6%	47,8%

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Quadro 15 - Quantidade de estabelecimentos com ovinos, superfície produtiva e existências por categorias para Montevideo, anos 2000 e 2011
Existências de ovinos

Ano	Prédios	Superfície (ha)	Total	Categoria							Cordeiros e cordeiras mamões	Ovinos / Ha
				Carneiros	Ovelhas de cria	Ovelhas descartadas	Capões	Borregas 2-4 D	Cordeiras DL	Cordeiros DL		
2011	191	2.940	3.337	160	1.836	214	60	189	386	185	307	1,03
2000	130	2.207	2.052	13	320	109	168	79	109	22	28	0,37
Varição	61	733	1.285	147	1.516	105	-108	110	277	163	279	0,66
%	46,9%	33,2%	62,6%	1130,8%	473,8%	96,3%	-64,3%	139,2%	254,1%	740,9%	996,4%	177,4%

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Mas, em que tipo de produtores ocorre esse crescimento? Em Canelones a maioria dos animais se concentrava em rebanhos pequenos (menos de 50 animais) ou de tamanho médio (entre 50 e 200 animais). Em ambos os casos, estes tipos de rebanhos cresceram enquanto a quantidade de animais que haviam no total para 2011, mas foram em particular aqueles que manejavam rebanhos do tamanho médio os únicos produtores ovinos que aumentaram em quantidade entre 2000 e 2011 (Quadro 16). Igualmente, os rebanhos com menos de 50 animais concentravam 43% do total de ovinos no ano 2011. E este crescimento dos rebanhos pequenos ou médios não foi acompanhado de um aumento na superfície dedicada aos ovinos, senão de um aumento em sua dotação, em maior medida nos estabelecimentos com rebanhos médios ou grandes. Para o caso de Montevideo, em 90% dos estabelecimentos que possuíam ovinos os rebanhos eram menores a 50 animais.

Quadro 16 - Quantidade de estabelecimentos de Canelones com ovinos, superfície produtiva e existências de ovinos, conforme tamanho do rebanho, anos 2000 e 2011

Tamanho do rebanho (cabeças)	Ano	Estabelecimentos		Superfície (ha)		Superfície promédio (ha)	Existências de ovinos		Relação Ovino / Bovino		
		Quant.	%	Quant.	%		Total	Por estabelecimento		Por ha	
											Cabeças
TOTAL	2011	1.484	100,0	88.438	100,0	60	36.381	100,0	25	0,41	0,45
	2000	1.736	100,0	104.705	100,0	60	40.911	100,0	24	0,39	-
Diferença 2011-2000	Variação	-252		-16.267		-1	-4.530		1	0	-
	%	-14,5%		-15,5%		-1,2%	-11,1%		4,0%	5,3%	-
Menos de 50	2011	1.322	89,1	61.018	69,0	46	15.626	43,0	12	0,26	0,28
	2000	1.600	92,2	65.501	62,6	41	14.153	34,6	9	0,22	-
Diferença 2011-2000	Variação	-278		-4.483		5	1.473		3	0	-
	%	-17,4%		-6,8%		12,7%	10,4%		33,6%	18,5%	-
De 50 a 200	2011	135	9,1	19.554	22,1	145	11.621	31,9	86	0,59	0,62
	2000	105	6,0	21.133	20,2	201	9.894	24,2	94	0,47	-
Diferença 2011-2000	Variação	30		-1.579		-56	1.727		-8	0	-
	%	28,6%		-7,5%		-28,0%	17,5%		-8,6%	26,9%	-
Mais de 200	2011	27	1,8	7.866	8,9	291	9.134	25,1	338	1,16	1,58
	2000	31	1,8	18.071	17,3	583	16.864	41,2	544	0,93	-
Diferença 2011-2000	Variação	-4		-10.205		-292	-7.730		-206	0	-
	%	-12,9%		-56,5%		-50,0%	-45,8%		-37,8%	24,4%	-

Fonte: elaboração própria a partir de CGA 2000 e micro-dados do CGA 2011

Isto resulta se nos focamos no tamanho dos rebanhos. Mas, como se situam os produtores de ovinos segundo o tamanho do estabelecimento? Em 2011, no caso de Canelones, assim como 82% dos estabelecimentos tinham menos de 50 hectares, 78% dos estabelecimentos com ovinos também manejava menos de 50 hectares (Quadro 17). Vemos então que a quinta parte (19%) dos estabelecimentos de Canelones possuía ovinos. E no tocante aos ramos que se encontravam nos principais ingressos dos estabelecimentos, na maioria deles com menos de 10 hectares, era a horticultura e a partir de 10 hectares aparecem os bovinos de carne, como ramo principal na maioria dos casos. Os ovinos aparecem como ingresso principal em geral em pelo menos 5% dos casos para os diferentes estratos de produtores. Os estabelecimentos que não geram ingresso a partir da venda de produtos agropecuários (geralmente denominados em Uruguai como não comerciais) representavam 40% dos estabelecimentos com menos de 5 hectares e 25% dos estabelecimentos entre 5 e 10 hectares.

Em Montevideo, 97% dos estabelecimentos possuíam menos de 50 hectares, assim como também 97% dos estabelecimentos com ovinos (Quadro 18). Ainda mais, quase a metade (47%) dos estabelecimentos com ovinos tinha menos de 5 hectares e aproximadamente três quartas partes (73%) tinha menos de 10 hectares.

Quadro 17 - Estabelecimentos totais e com ovinos em Canelones no ano 2011, conforme estrato de tamanho

Tamanho estabelecimento (ha)	Quantidade de estabelecimentos totais		Superfície produtiva total (ha)		Superfície promédio por prédio (ha)	Quantidade de estabelecimentos com ovinos	% do estrato	
	Quant.	%	Quant.	%				Quant.
TOTAL	7.790	100,0	336.805	100,0	43,2	1.484	100,0	19,1
Menos de 5 ha	1.287	16,5	3.766	1,1	2,9	269	18,1	20,9
De 5 a 9,9 ha	1.655	21,2	11.361	3,4	6,9	308	20,8	18,6
De 10 a 19,9 ha	1.812	23,3	24.881	7,4	13,7	314	21,2	17,3
De 20 a 49,9 ha	1.650	21,2	50.729	15,1	30,7	270	18,2	16,4
De 50 a 99,9 ha	711	9,1	49.387	14,7	69,5	148	10,0	20,8
De 100 a 199,9 ha	354	4,5	49.093	14,6	138,7	75	5,1	21,2
De 200 a 499,9 ha	249	3,2	77.073	22,9	309,5	72	4,9	28,9
500 e mais ha	72	0,9	70.515	20,9	979,4	28	1,9	38,9
Menos de 50 ha	6.404	82,2	90.737	26,9	14,2	1.161	78,2	18,1

Fonte: elaboração própria a partir de micro-dados do CGA 2011

Quadro 18 - Estabelecimentos totais e com ovinos em Montevidéu no ano 2011, conforme estrato de tamanho

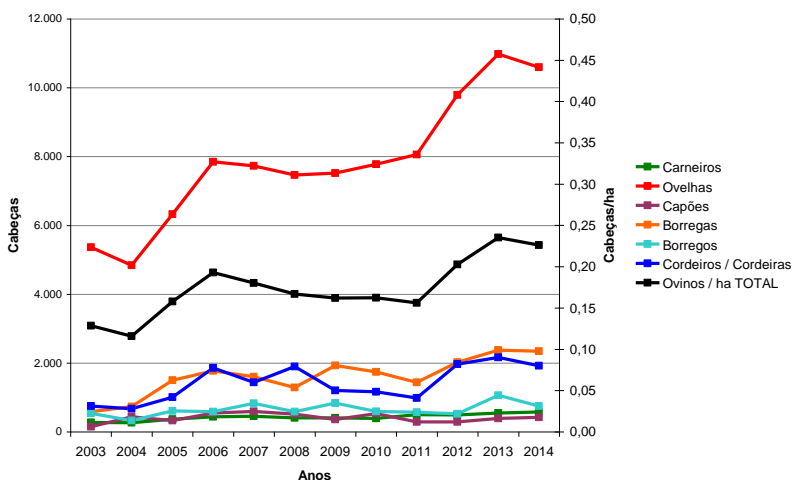
Tamanho estabelecimento (ha)	Quantidade de estabelecimentos totais		Superfície produtiva total (ha)		Superfície promédio por prédio (ha)	Quantidade de estabelecimentos com ovinos		% do estrato
	Quant.	%	Quant.	%		Quant.	%	
TOTAL	1.317	100,0	15.363	100,0	11,7	191	100,0	14,5
Menos de 5 ha	576	43,7	1.614	10,5	2,8	89	46,6	15,5
De 5 a 9,9 ha	384	29,2	2.504	16,3	6,5	50	26,2	13,0
De 10 a 19,9 ha	216	16,4	2.828	18,4	13,1	29	15,2	13,4
De 20 a 49,9 ha	99	7,5	3.080	20,0	31,1	17	8,9	17,2
De 50 a 99,9 ha	24	1,8	1.691	11,0	70,5	2	1,0	8,3
De 100 a 199,9 ha	12	0,9	1.395	9,1	116,2	2	1,0	16,7
200 e mais ha	6	0,5	2.251	14,7	375,2	2	1,0	33,3
Menos de 50 ha	1.275	96,8	10.026	65,3	7,9	185	96,9	14,5

Fonte: elaboração própria a partir de micro-dados do CGA 2011

Me centrarei, então, nas características do crescimento dos ovinos dos últimos anos nos estabelecimentos com menos de 50 hectares de Canelones e Montevideo. Para isso, utilizaremos os registros das Declarações Juramentadas Anuais dos produtores perante o MGAP, informação que pode ser um pouco menos confiável que aquela dos Censos Agropecuários (dado que nem todos os produtores declaram de forma rigorosa todos os anos), mas que permite aproximações interessantes.

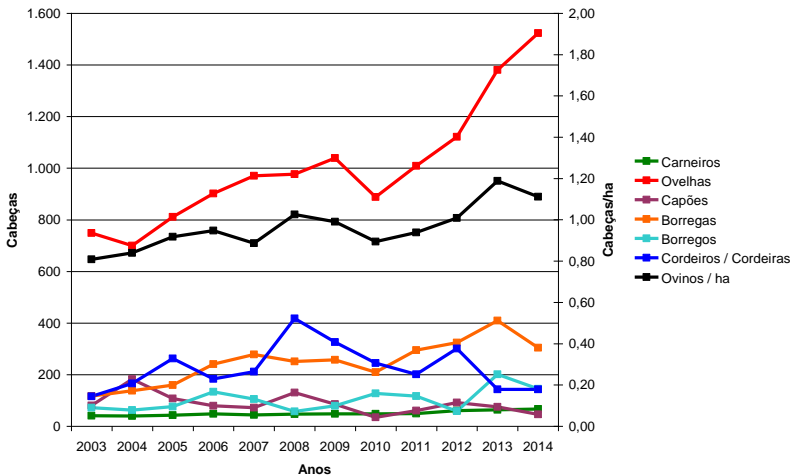
Nas figuras 24 e 25 observamos o crescimento que vem ocorrendo nos últimos 10 anos, a partir especialmente do aumento na quantidade de ovinos. Esse aumento parece ser ainda mais intenso nos últimos cinco anos. Ao mesmo tempo, como já havíamos constatado, esse crescimento ocorre sem aumento da superfície total com ovinos, pelo que cresce a dotação geral (quantidade de ovinos por hectare), especialmente em Canelones.

Figura 25 - Evolução do estoque ovino de Canelones em estabelecimentos menores de 50 ha



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juramentadas de DICOSE 2003-2013

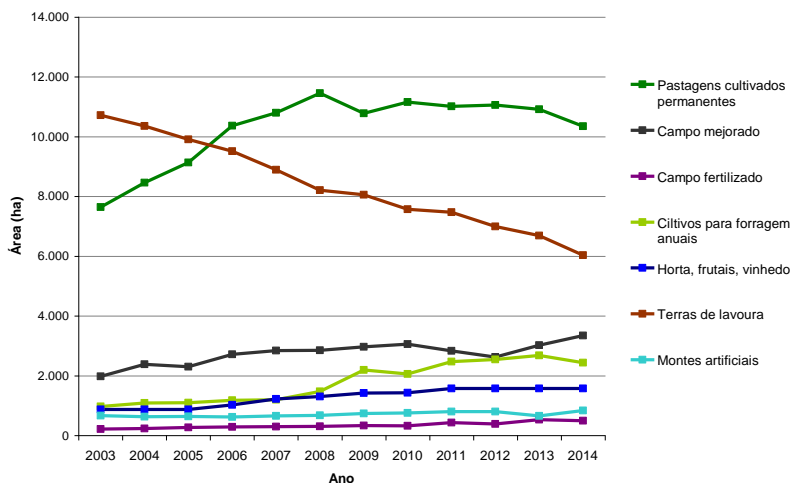
Figura 196 - Evolução do estoque ovino de Montevideo em estabelecimentos menores de 50 ha



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juramentadas de DICOSE 2003-2013

No caso de Canelones, percebe-se também nesses estabelecimentos um aumento na superfície destinada a pastagens cultivadas e cultivos forrageiros anuais, perante a forte diminuição da área de cultivo, que geralmente correspondia à terra destinada à produção hortícola (Figura 26). Este aumento da área de forrageiras cultivada pode explicar em parte o aumento da dotação ovina, sendo que os estabelecimentos dispõem de forragem em maior quantidade e de melhor qualidade com possível à alimentação de ruminantes.

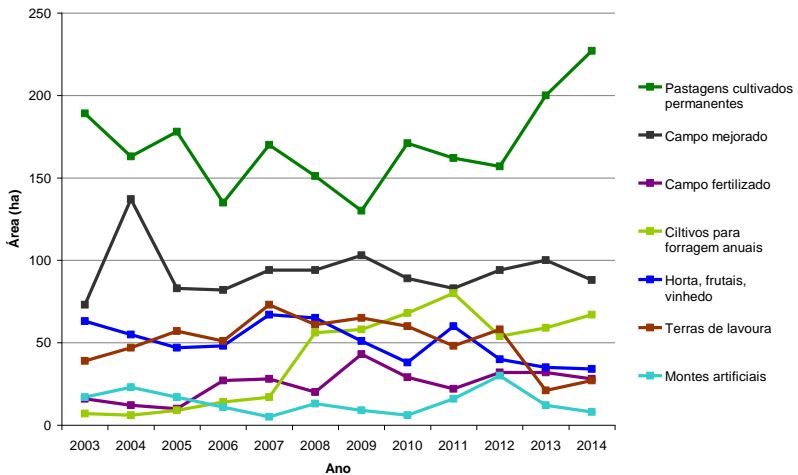
Figura 27 - Uso do solo em estabelecimentos de Canelones com menos de 50 ha (sem pastagens naturais e restolhos)



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juramentadas de DICOSE 2003-2013

Para o caso de Montevideo (Figura 27) não aparece uma tendência tão clara, possivelmente pelo que fora mencionado antes sobre as características deste tipo de fonte de informação (em particular em Montevideo há menos rigorosidade nas declarações), mas igualmente percebe-se uma possível tendência ao aumento das pastagens cultivadas e em especial dos cultivos forrageiros anuais.

Figura 28 -. Uso do solo em estabelecimentos de Montevideo com menos de 50 ha (sem pastagens naturais e restolhos)



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juramentadas de DICOSE 2003-2013

A partir deste momento procurarei analisar alguns dos principais fatores que influíram neste crescimento nos últimos anos.

4.3. FATORES QUE INFLUENCIARAM A FAVOR DO CRESCIMENTO

Das entrevistas e bibliografias consultadas surge uma série de fatores que aparecem como mais fortes para explicar o crescimento da produção ovina da Região Metropolitana durante os últimos anos. Em primeiro lugar vários fatores estruturais, vinculados à estrutura agrária da Região e suas mudanças na última etapa, especialmente para os agricultores familiares tal como observamos no capítulo anterior. Outros fatores correspondem às próprias características da produção ovina e a sua adaptação à região. Em terceiro lugar situam-se os aspectos tecnológicos, com o desenvolvimento de uma proposta técnica adaptada aos sistemas de produção ovina de pequena escala na região e que se fundamenta em investigações levadas adiante principalmente a partir do INIA durante pelo menos os últimos

vinte anos. Por último, os aspectos institucionais, sendo que existe uma série de apoios a esta produção e aos agricultores familiares que a desenvolvem, tanto desde as organizações da agricultura como desde algumas instituições do Estado, que também aparecem como elementos a favor de seu crescimento.

4.3.1. Fatores estruturais e suas transformações

4.3.1.1. Tamanho dos estabelecimentos

Conforme observamos, Canelones e a área rural de Montevideo se caracterizam pela importante presença de agricultores familiares em sua grande maioria em estabelecimentos que não superam 50 hectares. Também observamos que foi nesses Departamentos e que foram esses agricultores os que historicamente desenvolveram as principais produções intensivas do país. Sendo assim, por um lado, os agricultores da Região tem um importante limitante de superfície, o que restringe as possíveis produções agropecuárias que queiram levar adiante. Mas, por outro lado, os agricultores da região em geral tem muita experiência nas produções intensivas. Estas produções foram desenvolvidas pelos agricultores familiares com alto nível de trabalho familiar e não tão altos níveis de uso de capital (expressado principalmente na forma de insumos, maquinaria e infra-estrutura), se comparado com as produções intensivas de base capitalista. Estes dois elementos (superfície restringida e experiência em produção intensiva) fazem que o ovino seja uma das alternativas de produção animal a ser levada adiante em pequena escala e sem que apareça como um excesso de trabalho às famílias que já vem desenvolvendo produções intensivas (T1, T5). Ao mesmo tempo, os solos da região, embora sofreram um importante processo de degradação, mantêm um potencial para a produção sobre base forrageira, menos exigente neste sentido que a produção hortícola e que pode ser a base de uma produção de ruminantes a muito baixo custo (T1, T6).

4.3.1.2. Estrutura familiar e idade dos produtores

O processo geral de migração rumo às áreas urbanas (principalmente dos jovens) e de desaparecimento dos

agricultores familiares conduziu ao envelhecimento desse grupo social. Para agricultores de maior idade a horticultura desenvolvida na Região Metropolitana, com alta intensidade de trabalho, resulta cada vez mais difícil de encarar (T5). Aqui também a produção pecuária em geral aparece como uma possível alternativa para eles devido a sua menor exigência, especialmente de esforços físicos e trabalhos de rotina.

4.3.1.3. Alta presença de trabalho fora do estabelecimento

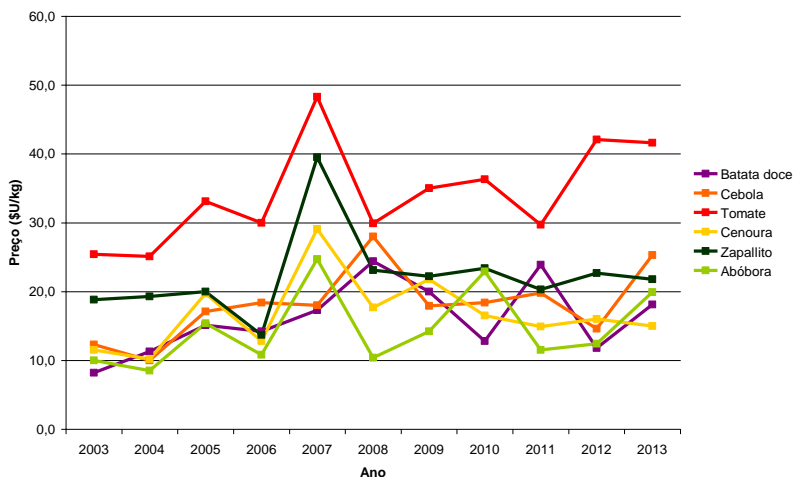
Outra das respostas que tiveram os agricultores familiares da Região Metropolitana na atual etapa é a busca de obter ingressos extra-estabelecimentos, em muitos casos através da saída para trabalhar fora do estabelecimento de algum dos integrantes da família. Este processo de proletarização (FOLADORI, 1986), que no caso da Região Metropolitana está muito presente pela proximidade de Montevideo e todas suas opções laborais, gera que a família disponha de menos força de trabalho dentro do estabelecimento para encarar suas produções. A produção ovina, se bem dentro das produções de ruminantes consome mais trabalho que, por exemplo, o gado de carne, não exige a intensidade de trabalho que o faz a horticultura ou a produção de leite (que são outras duas produções importantes para os agricultores familiares da Região). É altamente possível combinar a produção ovina com o trabalho fora do estabelecimento e além do mais pode ser levada adiante por quaisquer integrante da família, desde jovens até adultos em idade mais avançada (T2). Poderia entender-se que, neste caso, a produção de ovinos se combina com uma das estratégias de resistência dos agricultores familiares como é o caso do trabalho fora do estabelecimento.

4.3.1.4. Queda da horticultura e outras produções granjeiras

Observamos que a horticultura, assim como é uma das principais atividades dos agricultores familiares da Região Metropolitana, também vem num importante processo de diminuição no tocante à superfície total que ocupa e à quantidade de agricultores que a consideram como a principal fonte de ingresso familiar. Durante a década de 1990 e começo dos anos 2000 a média de preços dos produtos hortícolas que

receberam os agricultores caíram entre 15% e 34% em preços constantes (DOGLIOTTI et al., 2012). Inclusive, após um aumento em 2007, nos últimos anos estes preços mantiveram uma tendência à queda (Figura 28).

Figura 29 - Evolução do preço dos principais produtos hortícolas, em pesos constantes



Fonte: COMISIÓN ADMINISTRADORA DEL MERCADO MODELO, 2014

Frente essa situação a estratégia de muitos agricultores, que assim o conseguiram, foi intensificar e especializar a sua produção. Mas como já havíamos assinalado, a diminuição de agricultores dedicados à horticultura na região foi igualmente importante. Principalmente daqueles que realizavam horticultura ao ar livre, aumentando a quantidade de produtores com produção protegida. Dos quadros 19 e 20 surge também que aqueles agricultores com horticultura a campo aumentaram sua produtividade, seguramente através do maior uso de insumos externos e investimentos (em irrigação, por exemplo) dada a necessidade de aumentar a produtividade para poder competir no mercado.

Quadro 19 - Culturas hortícolas ao ar livre na Zona Sul

	Saíra		Variação 2003/04 - 2012/13	
	2003/04	2007/08	2012/13	Quantidade %
Quantidade produtores	-	2.185	1.407	-
Superfície semeada (ha)	11.667	9.284	6.305	-5.362 -57,8
Produção total (ton)	154.255	117.582	92.417	-61.838 -52,6
ton / ha	13,2	12,7	14,7	1,4 11,3

Fonte: DIEA, 2005, 2010, 2014

Quadro 20 - Culturas hortícolas protegidas na Zona Sul

	Saíra		Variação 2003/04 - 2012/13	
	2003/04	2007/08	2012/13	Quantidade %
Quantidade produtores	-	316	324	-
Superfície semeada (ha)	159	199	210	51 25,7
Produção total (ton)	8.814	10.081	10.128	1.314 13,0
ton / ha	55,4	50,7	48,2	-7,2 -14,2

Fonte: DIEA, 2005, 2010, 2014

Para além destes possíveis esforços de intensificação, a produção hortícola dessa Região destina-se quase exclusivamente ao mercado interno, o qual dificilmente possa ampliar-se dentro das condições atuais, o que gera uma situação de competição ainda maior (T5). Ao mesmo tempo, os produtores mais capitalizados em geral são os que concentraram a produção hortícola e frutícola da Região, pelo que os produtores menos capitalizados, em geral mais pequenos e familiares, viram-se obrigados a buscar outras alternativas produtivas (P2, P3).

Essa diminuição da superfície ocupada pela horticultura, seja porque os agricultores aumentaram sua produção sob estufas ou porque intensificaram e especializaram sua produção a campo, também lhes permitiu dispor de mais superfície para uma possível produção animal sobre base forrageira como é o caso dos ovinos (T1, T2, T3, T5, T6, P2). Este aumento na intensidade de capital presente nos estabelecimentos também poderia liberar parte da força de trabalho familiar para outras atividades, mas dentro do estabelecimento e com menor exigência, onde a produção de gado surge como alternativa interessante. Ao mesmo tempo, a incorporação de estufas também pode dar maior segurança e tranquilidade no manejo de ovinos, que é uma espécie mais difícil de reter com cercamento elétrico do que o gado, principalmente quando se encontram convivendo no mesmo estabelecimento com produções hortícolas de folhas que podem ser-lhes apetitosas.

Rumo ao noroeste do Departamento de Canelones esse processo de diminuição da superfície de cultivos hortícolas já havia ocorrido há anos, após o desaparecimento do cultivo de beterraba açucareira, por isso a região apresentava há tempo parte importante de sua superfície quase improdutivo, que a criação de gado veio ocupando nos últimos anos.

Outro aspecto mencionado foi a diminuição na quantidade de produtores de suínos na Região Metropolitana (P1). Havíamos observado que a quantidade de produtores que tinham como principal fonte de ingresso a produção suína havia diminuído consideravelmente, principalmente em Canelones. No Quadro 21 vemos como a quantidade de estabelecimentos que vendiam suínos caiu a menos da metade nesse Departamento entre 2000 e 2011. A produção de suínos na Região tem

representado historicamente um ingresso complementar para os agricultores, que levavam adiante aproveitando os recursos dos estabelecimentos com sistemas de alimentação e infra-estrutura de baixo custo, mas nos últimos anos também sofreram um processo de concentração em poucos estabelecimentos de maior escala. Isso ocorreu principalmente pela baixa rentabilidade desse ramo produtivo, que se produz dentro de uma conjuntura de aumento no volume de importações de carne suína, diminuição do preço do suíno e aumento no preço dos principais insumos utilizados para sua produção (cereais, combustível, força de trabalho) (OYHANTÇABAL, 2010).

Quadro 21 - Estabelecimentos que vendiam suínos e quantidade de animais, anos 2000 e 2011

Departamento	Ano	Quantidade de prédios que vendem suínos	Existências (cabeças)
Total	2011	2.367	163.577
	2000	6.069	254.908
	Variação	-3.702	-91.331
	%	-61,0%	-35,8%
Canelones	2011	547	47.370
	2000	1.219	69.476
	Variação	-672	-22.106
	%	-55,1%	-31,8%
Montevideo	2011	136	6.937
	2000	140	8752
	Variação	-4	-1.815
	%	-2,9%	-20,7%

Fonte: DIEA - CGA 2000, 2011

4.3.1.5. Proximidade e facilidade de acesso a mercados para colocar os produtos

A importante presença de áreas urbanas na Região apresenta uma opção de venda direta ao consumidor, principalmente de cordeiros no final do ano, que tem sido histórica na Região Metropolitana e se pode apresentar como um incentivo à produção ovina. Esta forma de comercialização continua a ser a principal para os produtores ovinos da região,

em que o cordeiro é o principal produto de venda. Nesse sentido, além do crescimento da produção nos últimos anos, a grande demanda parece superar amplamente a oferta pelo momento. Estes elementos o diferenciam muito do mercado de hortaliças, no qual os intermediários jogam um rol muito importante e a produção em sua grande maioria passa pelo Mercado Modelo (principal mercado atacadista do país). Assim, a venda direta de cordeiros é uma alternativa que permite aos próprios agricultores apropriar-se de uma proporção maior do trabalho destinado à sua produção, situação muito mais difícil na horticultura, mas inclusive também na produção de gado e leiteira, onde as indústrias e intermediários jogam um rol central no controle dos preços e na apropriação do trabalho dos agricultores. Por isso, poderia se considerar que a produção e venda direta de cordeiros também contribui como estratégia de resistência dos agricultores familiares da Região perante a extração dos excedentes, dado que se vem não se retiram totalmente do mercado de produtos, ao vincular-se de maneira informal e direta com os consumidores evitam grande parte dos mecanismos pelos quais lhes são extraídos esses excedentes (PIÑEIRO, 1985).

Outra possível alternativa é a venda de cordeiros pesados direto às indústrias frigoríficas, dado que na Região Metropolitana existem dois frigoríficos que abatem essa categoria, nas localidades de Las Piedras e San Jacinto (T5). Mas, embora esta possibilidade existe, até o momento quase não foi utilizada pelos agricultores familiares da Região (T5, T6). As possíveis causas disso são várias, mas as veremos mais adiante.

Uma terceira opção e seguramente muito importante no caso dos agricultores familiares da Região Metropolitana é o destino dos ovinos para o autoconsumo. No caso do consumo de carne para famílias não tão numerosas como a dos agricultores de Canelones e Montevideo, o ovino parece uma alternativa mais adequada que o gado (P2). Essa pode ser uma das explicações do importante aumento entre 2000 e 2011 da quantidade de ovelhas de descarte (habitualmente denominadas ovelhas para consumo), dado que nas famílias que produzem principalmente cordeiros para vender no final de ano, as categorias a priorizar para o consumo serão aquelas de adultos, de fácil reposição. Em seu uso para autoconsumo, a introdução dos ovinos também

pode estar contribuindo à diminuição do vínculo com o mercado de bens, outra das possíveis estratégias de resistência desses agricultores.

Uma última alternativa de comercialização que aparece é a possibilidade de vender animais como reprodutores e matrizes (T6, P2, P3). O aumento do preço em geral dos ovinos também se refletiu na venda de animais em pé e em particular de reprodutores, dado o crescimento do ramo. Por isso, muitos dos agricultores familiares que começaram com um rebanho de raça pura encontram uma interessante alternativa de venda, oficiando como cabana, alcançando assim preços diferenciais muito importantes.

4.3.2. Características próprias da produção ovina nas atuais condições

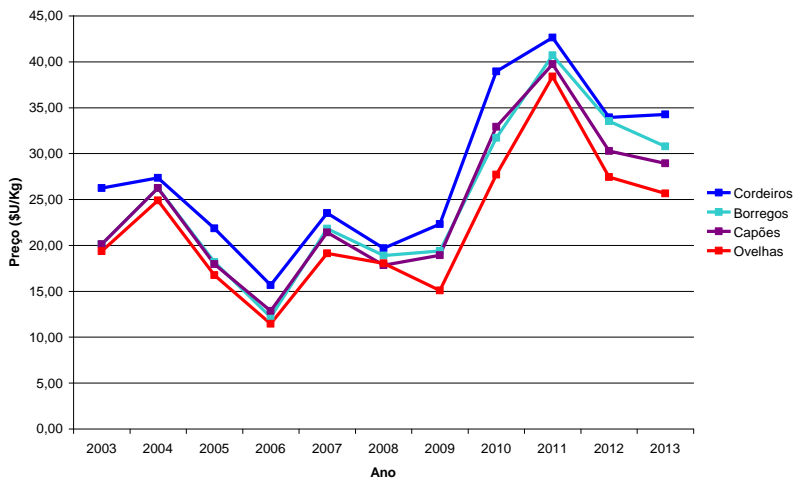
4.3.2.1. A conjuntura do negócio ovino

A maioria dos entrevistados mencionara este fator como um dos principais para o crescimento dos últimos anos.

O aumento no preço internacional do cordeiro que já havíamos visto também se refletiu nos preços que os produtores receberam no mercado interno, não somente para o cordeiro senão para as distintas categorias ovinas (Figura 29). Esse aumento deu-se principalmente a partir de 2009, período, como constatamos, de maior número abate dos últimos anos e a partir do qual se evidenciou um importante crescimento da quantidade de ovinos nos produtores com menos de 50 hectares de Canelones e Montevideo. Essa alta de preços aos produtores manteve-se até 2011. Uma questão a observar é que desde 2004, quando Uruguai conseguiu colocar novamente a carne em seus principais mercados internacionais, o preço internacional do cordeiro havia mantido um aumento, mas foi somente a partir de 2009 que os produtores conseguiram apropriar-se de parte deste aumento. Nesse momento a quantidade de animais abatidos aumentou fortemente e seguramente foi um sinal muito interessante para aqueles que queriam iniciar-se na produção ovina, principalmente de cordeiros. Ainda, já constatamos que o que mais aumentou nesses anos foi o abate de animais adultos, principalmente de ovelhas. A partir de 2012, em meio a crise internacional, os preços caíram novamente e ainda que logo

começaram a recuperar-se, até o momento não se aproximam dos altos valores dos finais da década passada (ver Anexo IX).

Figura 30 - Evolução do preço em pé de distintas categorias de ovinos (em dólares correntes)



Fonte: elaboração própria partindo de bases de dados de ACG, DIEA e INAC

Mas se analisamos essas variações, convertendo os preços constantes, constatamos também o importante aumento entre 2009 e 2011, mas sua magnitude não parece tão importante com relação a momentos anteriores (Figura 30). Portanto, podemos entender que o aumento de preços dos últimos anos foi importante, especialmente para a indústria e para os setores vinculados aos mercados internacionais, do que a influência exercida diretamente sobre os produtores e seu ingresso familiar.

Figura 31 - Evolução do preço em pé de distintas categorias de ovinos (em pesos constantes de 2013)



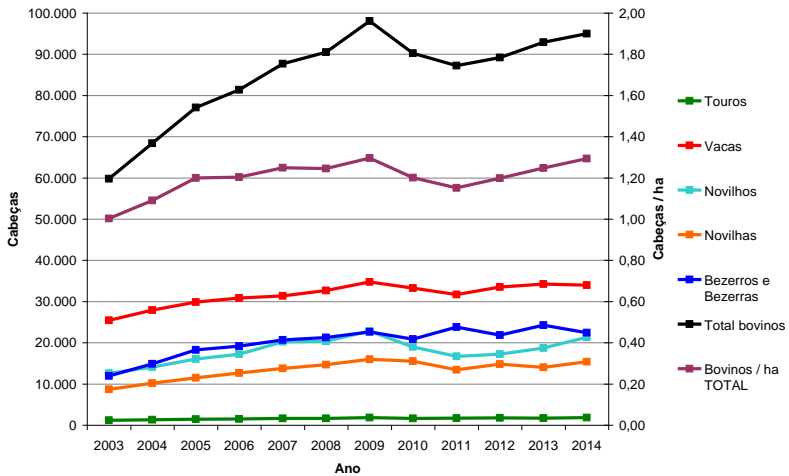
Fonte: elaboração própria partindo de bases de dados de ACG, DIEA, INAC e INE

Apesar disso, poderia entender-se que a consolidação da produção e exportação de carne ovina uruguaia poderia ser um fator importante para estimular aos produtores a optar por essa opção produtiva em seus estabelecimentos. Vimos também como a inserção dependente de Uruguai no capitalismo mundial fez que entre os principais atingidos pelas variações de preços e possibilidades de colocação tenham sido os agricultores familiares. E a aposta pela produção de produtos principalmente destinados a exportação corre os riscos dessa dependência. Um exemplo disso é que a queda sustentada do preço internacional da soja durante os 3 últimos anos (ver Apêndice X) converte-se num problema central para um país que tem este grão como principal produto de exportação e em torno a cuja exportação vem estruturando-se a grande maioria do território nacional.

4.3.2.2. Vantagens perante o gado bovino

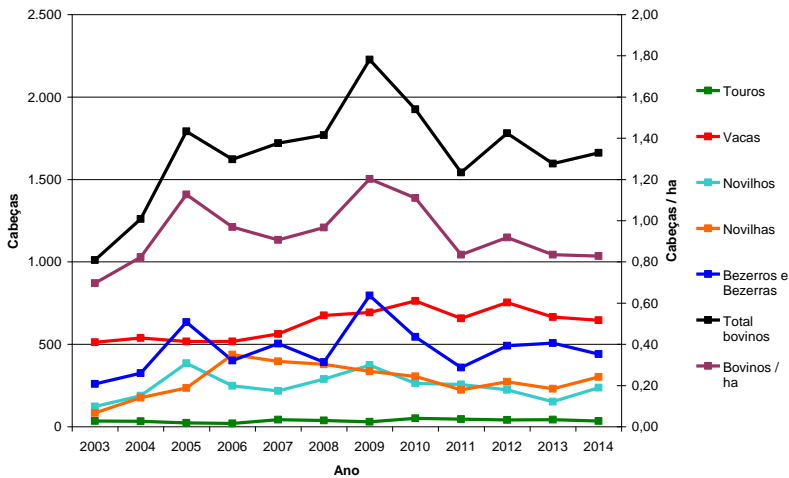
A produção de gado de corte durante muito tempo foi importante para os agricultores da Região Metropolitana e em especial de Canelones, não tanto pela quantidade de superfície dos estabelecimentos destinada ou a proporção ocupada dentro do ingresso familiar, senão porque oficiava como uma espécie de poupança, sendo que os animais aproveitavam as áreas dos estabelecimentos que não se destinavam à horticultura e eram vendidos em momentos estratégicos do ano, quando se precisa dinheiro. Isto sem maiores exigências do tempo de trabalho. Mas nos últimos tempos, com o processo sofrido pela horticultura na Região, aumentou a integração da criação de gado aos estabelecimentos, em especial aos de menos de 50 hectares e geralmente combinada com outros ramos produtivos (AGUERRE, 2011). Assim, desde diferentes espaços (INIA, Faculdade de Agronomia) vem se trabalhando em alternativas tecnológicas específicas para esses estabelecimentos hortícola-pecuários, principalmente propondo alternativas de engorde de categorias jovens (bezerros, novilhos, novilhas) em pequenos estabelecimentos (CARDOZO et al., 2008). Mas este forte crescimento do gado bovino, a partir de 2009 se deteve ou inclusive diminuiu (Figuras 31 e 32). Uma possível explicação é que havia se alcançado uma dotação animal global muito elevada (aproximadamente 1,2 animais por hectare), difícil de superar nas condições atuais. Estes anos também coincidem com o aumento de ovinos na Região, pelo que se espera que sejam esses animais os que estejam ocupando o espaço onde antes vinha crescendo o rebanho bovino.

Figura 32 - Evolução das existências de bovinos conforme categoria em estabelecimentos menores a 50 ha no Departamento de Canelones



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juradas de DICOSE 2003-2013

Figura 20 - Evolução das existências de bovinos conforme categoria em estabelecimentos menores a 50 ha no Departamento de Montevideo



Fonte: elaboração própria em base a Declarações Juradas de DICOSE 2003-2013

Nesse sentido, a produção ovina tem uma série de características que colocam o gado ovino em vantagem para esse tipo de produtores na RM. Uma delas é que em estabelecimentos pequenos, de até 5 ou 10 hectares, é mais difícil sustentar um rodízio bovino mínimo como para assegurar um ingresso que faça a diferença. Mas nestas pequenas superfícies são menores as dificuldades para integrar um pequeno rebanho que assegure uma venda interessante de cordeiros (T1, T2, T4, T5, T6). Ao mesmo tempo, a experiência e costume desses agricultores de trabalhar com produções intensivas, fazem que não se veja tanto ao ovino como um animal ao que deva se dedicar um trabalho excessivo em comparação com o bovino, uma percepção comum nas regiões típicas da pecuária extensiva no país (T6). Os estabelecimento menores e a presença quase permanente de alguém da família com os animais à vista diminui também muitos dos principais problema de manejo dos ovinos em estabelecimentos maiores, como por exemplo ocorrência de miasas e problemas no parto. Outro aspecto mencionado é que muitas vezes os agricultores familiares da Região preferem esquemas produtivos de criação aos de engorde (T1). Isto pode estar dado pela intenção de minimizar riscos e ter assegurada uma base de animais reprodutores que lhes gere uma produção estável, sem necessidade de grandes investimentos em alimentação. Também porque não lhes exige uma participação constante no mercado para a compra de categorias de reposição, algo que além de gerar mais trabalho, coloca os produtores em outra situação de dependência dos preços conjunturais. Nesse sentido, um rodízio bovino de cria de tamanho mínimo para gerar ingressos familiares suficientes é ainda mais difícil de sustentar, pelo que a opção pelo ovino parece mais atraente. Ao mesmo tempo, na criação bovina devem conseguir mercado para colocar os bezerros, como seria o caso de compradores que continuem o ciclo de engorde, algo difícil de encontrar na RM. Se isso se combina com a maior facilidade que vimos de vender cordeiros de forma direta, ha uma vantagem interessante com relação a criação bovina. Um outro elemento que assinalaram os entrevistados é que os ovinos geralmente possuem menor risco de meteorismo do que os bovinos perante o pastoreio de leguminosas de alta qualidade em solos como os da RM, que podem ter altos níveis de fertilização pela horticultura. Isto

também coloca nos ovinos um elemento de segurança no manejo, especialmente para agricultores com pouca experiência o tempo para um controle estrito de pastoreio. Ao mesmo tempo os ovinos em muitos casos integram melhor a rotação hortícola, em primeiro lugar porque não pisam tanto o solo em áreas de cultivo prévias ou posteriores a um cultivo hortícola e, ao mesmo tempo, porque realizam um maior controle de plantas espontâneas invasoras desses cultivos, como o *Senecio spp.* (P2) (PINHEIRO MACHADO, 2011).

4.3.2.3. Menor requisição de capital inicial

A necessidade de dispor de capital para iniciar a produção ovina é muito menor que em outras alternativas produtivas em pequenos estabelecimentos. Primeiro, em comparação com a horticultura ou outras produções vegetais intensivas, que requerem maiores gastos e investimentos seja para iniciar a produção ou para passar de um ciclo produtivo ao seguinte. Isto no tocante aos gastos em laboração, fertilizantes e outros insumos, mas ainda mais em situação de maior intensificação com irrigação e/ou estufas. Mas também comparando com a produção de bovinos de carne, dado que com um investimento inicial não tão elevado é possível iniciar com um rebanho ainda que seja pequeno, algo que requereria um investimento muito maior para um pequeno rodízio bovino (T1, T2, T5, T6, P2, P3). Por sua vez, no caso de roubo, o dano é muito menor no caso dos ovinos do que no caso dos bovinos (P2), porém o abigeato é mais fácil com ovinos do que com bovinos. Por isso aparece como uma opção interessante não somente para os agricultores familiares em situação de descapitalização, senão também para aqueles que se iniciam na produção agropecuária, entre eles os jovens.

4.3.2.4. Menos problemas sanitários iniciais para os ovinos na Região

Durante muitos anos a presença de ovinos nos estabelecimentos da região foi muito baixa, pelo qual as possibilidades de aparição de enfermidades próprias da espécie diminuem, como é o caso das parasitoses gastrintestinais. Soma-se a isso que geralmente a produção de ovinos na RM ocorre em terras que, de modo geral, em algum momento entram em rotação com a horticultura, pelo qual se realiza a preparação da terra e logo mais de um ciclo de horticultura antes que os animais voltem ao mesmo local (T1, T3). Estas são condições que inicialmente aparecem como vantajosas para a diminuição de um dos principais problemas sanitários da produção ovina uruguaia como é o caso dos problemas provocados por parasitas gastrintestinais. No entanto, nestes sistemas existe um risco adicional gerado pela alta concentração de animais em pequenos estabelecimentos, levando a maior contaminação da pastagem por formas infectantes de parasitas, algo que pode levar a que surjam estes problemas à medida que os ovinos se consolidem na Região.

4.3.3. Proposta tecnológica e de manejo adaptada à essa realidade

Desde o começo da década de 1990, com a queda do preço internacional da lã, as instituições nacionais vinculadas à investigação agropecuária, especialmente o INIA, avançaram na busca de alternativas para a produção ovina do país. Nessa década avançou-se na proposta do que denominaram “sistemas ovinos intensivos” (GANZÁBAL et al., 2001), principalmente focada na intensificação da produção de carne ovina na região sul do país, especialmente rumo ao litoral sudoeste, com o cordeiro pesado como um potencial produto a ser fortalecido. Esta intensificação focava-se principalmente à transformação da base forrageira através do aumento de pastagens cultivadas, para considerar a produção ovina em rodízio com os cultivos agrícolas que predominavam na região. Assim, a melhoria esperada passava por melhorar os coeficientes técnicos da produção ovina (principalmente os reprodutivos e os vinculados ao engorde de cordeiros), aumentar a carga animal nos

estabelecimentos da região e conseguir com tudo isso produtos diferenciados (o cordeiro pesado aparecia como a principal alternativa) (GANZÁBAL et al., 2001).

Mas essas propostas não se adaptam da melhor forma às características da RM e a seus agricultores, pelo qual também desde o INIA procurou-se avançar em alternativas para a produção em pequena escala desta Região, principalmente a partir da Estação Experimental de Las Brujas, situada ao oeste do Departamento de Canelones. A idéia foi integrar o ovino como animal de granja, algo para o qual não existiam muitas experiências em Uruguai (T2). Inicialmente a procura foi pela produção de leite ovina, mas após vários anos de trabalho nesse sentido a proposta não funcionou. Mas desde o início da década de 2000, com o crescimento potencial que se evidenciava para a produção ovina de carne, partiu-se de acumulado em anos anteriores (principalmente e ao redor de raças ovinas e seu manejo em sistemas intensivos) para avançar numa proposta tecnológica para a produção de carne ovina em pequena escala. Essa proposta esteve baseada numa série de componentes, entre os quais aparecem como principais a intensificação da oferta forrageira e a adaptação das raças com alto potencial nestas condições (GANZÁBAL et al., 2014a).

4.3.3.1. Intensificação da oferta forrageira

A proposta de aumentar a quantidade e a qualidade da base forrageira do sistema parte da premissa que esta é a maneira de intensificar a produção ovina de pequena escala, melhorando a qualidade e a quantidade do alimento para os animais e assim assegurar bons parâmetros produtivos (GANZÁBAL et al., 2014a). Para isso, a proposta passa principalmente por aumentar a presença de pastagens cultivadas de boa qualidade e em momentos estratégicos suplementar com grãos (em períodos pré-ovulatórios, para favorecer múltiplos partos; em período pré-parto, para favorecer o crescimento fetal e lactogênese; no último período de engorde de cordeiros, para acelerar o crescimento).

No caso da RM, ainda que em geral os agricultores têm menor experiência nas tecnologias de produção de cultivos forrageiros e em seu manejo, nos últimos anos o maior uso de

espécies forrageiras como adubos verdes e também leguminosas como a alfafa (usualmente para melhorar condições do solo ou diminuir os impactos da horticultura) possivelmente faça que isso não seja um empecilho em assegurar uma boa base forrageira para a produção ovina.

4.3.3.2. A genética animal para a produção em pequena escala

A proposta avançou muito na busca de animais cuja base genética proporcionasse melhores condições para esse tipo de produção. Assim, propõe-se o chamado biótipo maternal (GANZÁBAL et al., 2012, 2014a, 2014b), que aparece como uma das bases centrais da proposta e é aquele que permitiria obter um maior número de cordeiros nascidos, assegurando maior sobrevivência e crescimento dos mesmos até o momento do desmame. Para isso partiu-se principalmente das raças Frisona Milchschaaf (FM), Finish Landrace (FL) e seus cruzamentos. A FM é uma raça introduzida no país nos anos 1990 dada suas altas taxas ovulatórias. Com estas se consegue uma série de características que contribuem ao objetivo de produzir boa quantidade de cordeiros com bom peso, em menor tempo e em pequenos estabelecimentos.

Uma destas características é a **precocidade sexual**, dado que tanto nas FM e nas FL, como em seus cruzamentos, a maioria das fêmeas que nascem alcançam a puberdade para o primeiro cruzamento do ano seguinte (GANZÁBAL et al., 2012). Isto é uma oportunidade muito importante para aqueles que iniciam a produção ovina com poucos animais e pouco capital inicial, dado que em pouco tempo tem a possibilidade de aumentar o tamanho do rebanho a partir de seus próprios nascimentos.

Outro dos atributos destes biótipos maternos é a **alta taxa ovulatoria**, o que permite uma maior ocorrência de partos múltiplos e com isso elevar a proporção de cordeiros nascidos para a mesma quantidade de ovelhas (GANZÁBAL et al., 2012). Principalmente a FL e seus cruzamentos apresentaram alta prolificidade junto com boas habilidades maternas (IRARÍ, 2014). Esta característica, em condições de boa alimentação, também contribui de maneira importante à possibilidade de crescimento de pequenos rebanhos em pouco tempo, mas também num

maior número de vendas de cordeiros ainda que não aumente o número de mães.

Soma-se às duas características anteriores a **boa aptidão leiteira**, principalmente da FM. Isto contribui muito à sobrevivência dos cordeiros, especialmente frente a partos múltiplos, assim como também frente a seu rápido crescimento, alcançando um maior peso no momento do desmame.

A essas possibilidades acrescenta-se também a possibilidade de contar com cordeiros de raças com maiores aptidões para a produção de carne (como por exemplo Texel, Ile de France ou Poll Dorset), obtendo assim cordeiros com maiores taxas de crescimento (BANCHERO; VÁZQUEZ, 2014; GANZÁBAL et al., 2012). Isto oferece a possibilidade de chegar ao momento do desmame com cordeiros que satisfaçam as condições para serem vendidos como cordeiros pesados ou para acelerar o momento de venda de cordeiros leves.

A soma dos elementos anteriores permite que os agricultores da Região que optam pela produção de ovinos disponham de uma alternativa de ter um ciclo produtivo relativamente curto e com variedade de possibilidades para escolher o momento de venda dos cordeiros ao longo do ano, conforme seus objetivos e necessidades, não dependendo de um momento único.

Outra característica que possuem estas raças, principalmente a FM, é a menor quantidade de lã nas áreas do corpo onde habitualmente se deveria realizar a limpeza em animais reprodutores (ubre, rabo, rosto), o que facilita o manejo, em especial para produtores que não possuem tanta experiência na produção ovina (T6).

4.3.4. Aspectos institucionais: apoios e ferramentas associativas

4.3.4.1. Ferramentas associativas de apoio à produção ovina

Nos últimos anos geraram-se algumas propostas de apoio ao desenvolvimento da produção ovina para os agricultores familiares, a partir da criação de algumas ferramentas associativas em conjunto entre as organizações de agricultores familiares e INIA. Neste sentido, se conformaram o Banco Ovino (BO) da CNFR e o Plano Ovino do Movimento da Juventude

Agrária (MJA), organização sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento dos jovens do meio rural (GANZÁBAL, 2014b). Em ambos casos trata-se de estratégias organizativas que, através do empréstimo de uma pequena quantidade de ovinos, procuram incentivar e apoiar o desenvolvimento do ramo em agricultores familiares e jovens rurais que queiram iniciar-se nesta produção.

O BO da CNFR funciona através de um Fundo Rotativo (FRBO) que iniciou em 2004, a partir de um grupo de entre 100 e 200 ovelhas provenientes de alguns projetos de leite ovino do INIA e do MGAP que não haviam funcionado. Por isso que o grupo inicial de ovelhas eram da raça FM ou de seus cruzamentos. A idéia começou a ser elaborada alguns anos antes, mas foi a partir de 2004 que pode ser iniciada a implantação com as características atuais (T1). O FRBO está pensado principalmente para apoiar o início na produção ovina de agricultores familiares vinculados a alguma organização de base das que integram o CNFR, em geral Sociedades de Fomento Rural (SFR). Atualmente possui alcance nacional, mas iniciou-se com as SFR do Departamento de Canelones, em particular nas cercanias à Estação Experimental de INIA em Las Brujas. Funciona através do empréstimo de um grupo de ovelhas ou de borregas, cuja quantidade dependera da capacidade de cada agricultor em recebê-las e da disponibilidade com que conte o Fundo nesse momento. Geralmente o número oscila entre 5 e 10 animais. O agricultor se compromete, além de assegurar o cuidado dos animais recebidos, a devolver nos cinco anos seguintes seis bezerras ou borregas por cada cinco animais recebidos (um 20% a mais em cinco anos) da mesma base genética (FM ou seus cruzamentos). A partir de 2010 se estabelece uma forma de funcionamento e gestão do fundo que fica definido no Protocolo de Funcionamento do FRBO (T1). Este protocolo detalha o funcionamento do Fundo e indica as condições mínimas que o agricultor deve cumprir para receber os animais e as responsabilidades para cada uma das partes. Nesse sentido busca que o centro da gestão do Fundo passe pelas SFR, para além do fato de que a responsabilidade geral recaia centralmente na CNFR. Para isso, as SFR designam um Referente que se encarregue dessa tarefa, que implica realizar as solicitações de novos animais a serem distribuídos, elaborar e enviar informes da situação dos agricultores da organização e a

assegurar que se cumpram as devoluções de animais. Assim, no momento da chegada das ovelhas solicitadas, elabora-se um contrato que assinam as três partes que participam: o agricultor que recebe os animais; um referente da SFR da qual faz parte esse agricultor e que gestionou a solicitação; um referente da CNFR, que é responsável geral do BO. Ao mesmo tempo, existem duas possíveis origens dos animais a serem integrados ao Banco e a serem distribuídos. Uma é através de doações, seja de instituições (como é o caso de INIA), de produtores ou de sociedades de criadores de alguma raça. Nesse caso geralmente se analisam distintas solicitações existentes e se procura cobrir as SFR que não receberam animais ou que fizeram a solicitação há mais tempo. A outra origem possível é fruto das devoluções dos agricultores que já receberam ovelhas. Nesse caso a proposta é que isso seja gerenciado internamente por cada SFR, procurando cobrir novas solicitações de agricultores da própria organização de base.

Dadas as características da proposta do FRBO, embora surja como uma proposta de difusão da produção ovina e de apoio a seu desenvolvimento na RM, se consolida principalmente como ferramenta de fortalecimento das organizações de base da CNFR, em muitos casos servindo como disparador da necessidade de melhor organização para gerenciar bens coletivos. Aparece, então, em muitos casos mais como uma ferramenta de apoio organizativo do que produtivo.

Dentre os principais pontos da proposta surge seu rol como o propulsor inicial para agricultores aos que lhes seria difícil realizar um investimento para começar com um rebanho de 5 ou 10 animais. Ao mesmo tempo, as características observadas que tem essas raças facilitam a possibilidade de realizar rapidamente a devolução e começar a fazer carecer o rebanho a partir desse momento (T1, T2, T5, T6).

A maioria dos entrevistados entendeu que o desenvolvimento dessa proposta favoreceu ao crescimento da produção ovina na RM, seja pela participação direta de agricultores na mesma, seja pelo efeito das experiências que foram disseminando-se dando visibilidade as possibilidades do ramo na Região. Nesse sentido, pode-se entender que funcionou como uma estratégia de socialização da proposta tecnológica desenvolvida em seu momento no interior das instituições de investigação, agora a partir das próprias ferramentas e espaços

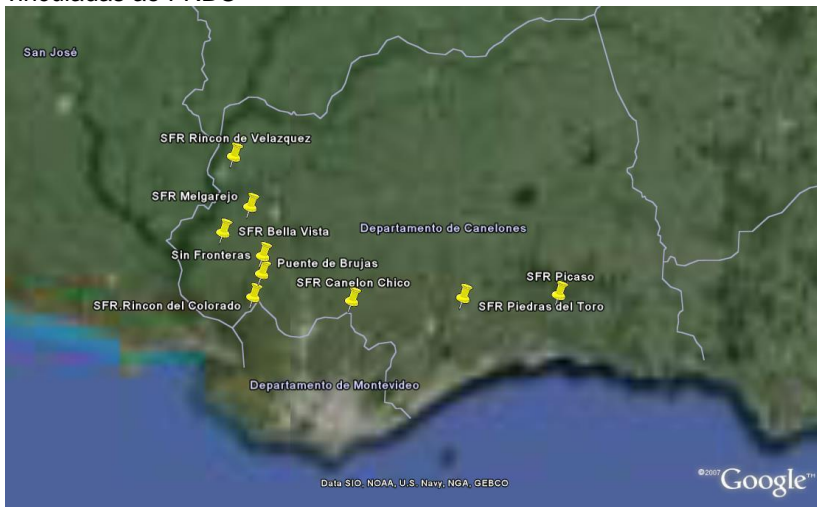
de intercâmbio dos agricultores. No Quadro 22 e na Figura 33 podem ser observadas as SFR e a quantidade de agricultores vinculados ao fundo no Departamento de Canelones até o momento. Como pode ver-se, a apropriação da ferramenta ocorreu principalmente ao Oeste do Departamento (região mais próxima a INIA Las Brujas) ou ao Sul e Sudeste, não participando até o momento organizações do Nordeste.

Quadro 22 - SFR do Departamento de Canelones vinculadas ao Fundo Rotatório, quantidade de agricultores e ovelhas recebidas, até outubro de 2014

Sociedad de Fomento Rural	Quantidade de agricultores	Quantidade de ovelhas	Ovelhas / agricultor
Bella Vista	13	162	12
Rincón del Colorado	22	157	7
Pi.Ca.So	6	49	8
Rincón de Velázquez	3	24	8
Sin Fronteras	3	18	6
Canelón Chico	11	91	8
Piedras del Toro	15	89	6
Melgarejo	5	38	8
Puente de Brujas	2	10	5
TOTAL	80	638	8

Fonte: CNFR, 2014

Figura 34 - Ubicação das SFR do Departamento de Canelones vinculadas ao FRBO



Fonte: CNFR, 2014

Algumas das dificuldades da implementação da proposta passaram principalmente por problemas organizativos próprios da situação atual das organizações de agricultores familiares (T1). Em muitos casos as organizações estão debilitadas, pelo qual suas possibilidades de gestão de ferramentas coletivas são mais difíceis. Isto levou à falta de designação de referentes que assumissem esta tarefa da forma como o sistema de gestão propõe e, portanto, a que parte do funcionamento fosse mal realizado ou de forma incompleta. Os problemas apareceram especialmente no intercâmbio de informações, na elaboração de informes da situação e, em particular, na gestão das devoluções, que muitas vezes não se realizaram, ou se realizaram em más condições ou ainda acabaram sendo gestionadas diretamente a partir da equipe central do CNFR.

Também gerou dificuldades a falta de experiência na produção ovina de muitos dos agricultores que receberam ovelhas do Fundo, o que em muitos casos gerou problemas importantes para assegurar que possam desenvolver a produção de boa maneira ou inclusive que assegurem o cuidado dos animais (T1). Isto se vê agravado pelas dificuldades gerais de acesso a assistência técnica, seja pelo fato que nas SFR não se

dispõe de técnicos vinculados à produção animal ou inclusive porque muitos dos técnicos da RM tampouco têm experiência no trabalho com ovinos. Neste sentido, não está colocada uma alternativa de acompanhamento técnico central ou um plano de formação específico desde CNFR, senão que geralmente realizam apoios conforme a demanda das organizações de base. Nesses casos vinculam as SFR com alguma das instituições que realizam atividades de formação e capacitação sobre esses temas, como o Secretariado Único da Lã (SUL) e o Instituto Plano Agropecuário (IPA), ambas instituições de interesse público que funcionam no âmbito privado.

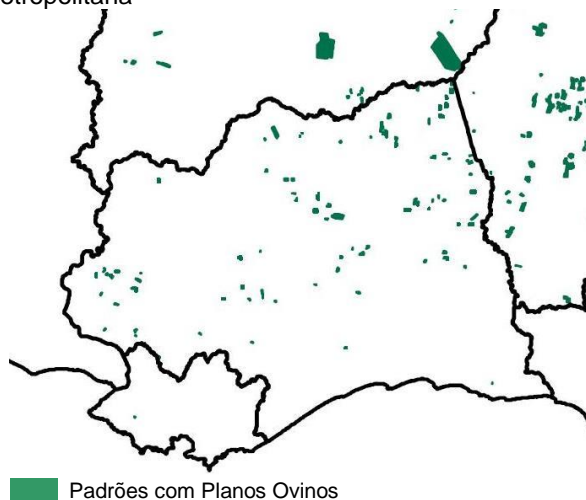
Outro aspecto que surge como problemático está vinculado à base genética dos animais que integram o BO. Assim como as características genéticas dos animais que integram o Banco tem uma série de vantagens para a proposta, os agricultores ao ter que desenvolver animais com as mesmas condições precisam assegurar-se de aceder a carneiros FM. Isto é uma dificuldade para a maioria, considerando além do mais que se trata de rebanhos pequenos onde ter um carneiro de raça pura demanda um investimento cujo impacto é o que justamente esta ferramenta procura diminuir. Ao mesmo tempo, as distâncias entre um rebanho e outro, numa região onde o ovino ainda não é predominante, dificulta muitas vezes possíveis empréstimos ou intercâmbios de carneiros. Existe a possibilidade de pensar na implementação de uma ferramenta similar ao BO, mas especificamente para carneiros de raça pura, como existem alguns casos entre produtores de lã fina, mas é algo que também requer um nível de organização importante (T1).

4.3.4.2. Políticas de apoio à produção ovina

A fins de 2012 foi implementada dentro da DGDR uma proposta que procurou apoiar a produção ovina através de projetos de estabelecimento que apontassem a aumentar a dotação ovina e a melhoria do manejo. Estes projetos se denominaram Planos Ovinos e tinham três componentes: inovações tecnológicas, principalmente através de incorporação de uma nova genética animal, de medidas de manejo e de investimentos principalmente para melhorar a base forrageira e a alimentação dos ovinos; manejo sustentável dos recursos naturais, em especial de água e das pastagens naturais através de sistemas de manejo do pastoreio; capacitações naqueles temas que tivessem mais debilidades e geralmente foram coordenadas com o SUL. A partir de cada proposta o projeto previa subsidiar 50% do orçamento desses Planos (T4).

Embora ainda não foi realizada uma avaliação formal do projeto, a sensação de quem os implementaram é que, para além dos problemas de implementação que houve no cumprimento dos projetos elaborados, na RM foram mais aproveitados por quem já realizava a produção ovina há mais tempo e nem tanto pelos agricultores que se iniciavam no ramo (T4). Igualmente, há grupos de agricultores familiares em Canelones e Montevideo que conseguiram aproveitar esses planos como forma de impulso à sua produção, em particular com acesso pontual a assistência técnica e a possibilidade de solucionar coletivamente a compra de cordeiros (P3). Na Figura 34 vemos a distribuição dos estabelecimentos com Planos Ovinos na RM.

Figura 21 - Distribuição de estabelecimentos com Planos Ovinos na Região Metropolitana



Fonte: DGDR, 2013

No tocante às políticas ou apoio dos governos departamentais, no caso de Montevideo existiu um apoio principalmente no âmbito organizativo para a conformação de grupos que logo pudessem acessar, por exemplo, a esses Planos e a algum nível de assistência técnica (T6). Em Montevideo quase não existem organizações de agricultores familiares vinculados a CNFR. Desde o governo de Canelones, sobre este tema, procurou-se apoiar a coordenação de diferentes políticas presentes na região, mas não se desenvolveu uma linha de trabalho específica. Entende-se que uma das linhas a serem fortalecidas é o desenvolvimento da produção ovina vinculada às cadeias exportadoras, especialmente o Cordeiro Pesado, ainda que não ha uma proposta concreta para levar isto adiante (T5).

4.4. FATORES QUE DIFICULTARAM OU JOGARAM CONTRA

Também surgiu uma série de fatores que dificultaram parcialmente o desenvolvimento da produção ovina na RM ou que podem vir a fazê-lo. Aqui apresentarei os principais fatores que apareceram, seja de origem estrutural, estejam dados pelas

características da produção ovina e sua adaptação à Região, ou se gerem em aspectos institucionais.

4.4.1. Fatores estruturais da Região e seus agricultores familiares

4.4.1.1. Dificuldades de acesso à terra, maquinaria e outros meios de produção

A situação que vimos enfrentada pela maioria dos agricultores familiares da RM, assim como abre a oportunidade aos ovinos para integrar-se às produções dos estabelecimentos existente, também é base de muitas das suas dificuldades. Em primeiro lugar está a dificuldade de acesso à terra, especialmente gerada pela pressão que estão tendo perante o avanço da agricultura na Região, que nos últimos anos mais do que duplicou (Quadro 23).

Quadro 23 - Estabelecimentos com cultivos agrícolas extensivos e superfície semeada, anos 2000 e 2011

Departamento	Ano	Estabelecimentos			Total			Superfície semeada						
		Quantidade	(%)	Hectares	Hectares	(%)	Inverno		Verão		Hectares	Hectares	Hectares	Hectares
							Hectares	(%)	Hectares	(%)				
Total	2011	6.031	100,0	1.947.113	100,0	637.721	100,0	1.309.392	100,0	637.721	100,0	1.309.392	100,0	
	2000	8.269	100,0	637.810	100,0	488.378	100,0	148.159	100,0	488.378	100,0	148.159	100,0	
	Varição	-2.238	0,0	1.309.303	0,0	149.343	0,0	1.161.233	0,0	149.343	0,0	1.161.233	0,0	
	%	-27,1%	0,0%	205,3%	0,0%	30,6%	0,0%	783,8%	0,0%	30,6%	0,0%	783,8%	0,0%	
Canelones	2011	462	7,7	15.364	0,8	6.982	1,1	8.382	0,6	6.982	1,1	8.382	0,6	
	2000	1.478	17,9	6.850	1,1	1.885	0,4	4.964	3,4	1.885	0,4	4.964	3,4	
	Varição	-1.016	-10,2	8.514	-0,3	5.097	0,7	3.418	-2,7	5.097	0,7	3.418	-2,7	
	%	-68,7%	-57,1%	124,3%	-26,5%	270,4%	183,7%	68,9%	-80,9%	270,4%	183,7%	68,9%	-80,9%	
Montevideo	2011	24	0,4	485	0,02	333	0,1	152	00,0	333	0,1	152	00,0	
	2000	45	0,5	122	0,02	5	0,0	117	0,1	5	0,0	117	0,1	
	Varição	-21	-0,1	363	0,0	328	0,1	35	-0,1	328	0,1	35	-0,1	
	%	-46,7%	-26,9%	297,5%	30,2%	6560,0%	5000,3%	29,9%	-100,0%	6560,0%	5000,3%	29,9%	-100,0%	

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Também a possibilidade do acesso a maquinário para cultivos forrageiros, seja a semeadura, seja a elaboração de reservas, sendo que nesta Região não são comuns como em outras áreas mais leiteiras ou agrícola-pecuárias. Também a escala destes produtores torna difícil o acesso a assistência técnica específica para a produção ovina, inclusive aqueles vinculados à SFR, que como já vimos na RM muitas vezes não contam com técnicos experientes nesse ramo da produção.

As possíveis alternativas passam pelo fortalecimento das organizações e a gestão coletiva destes meios de produção, algo que já observamos se tentou nos últimos anos com diversos resultados na Região.

4.4.1.2. Proximidade a centros urbanos

Assim como a proximidade a centros urbanos apresenta seu potencial como mercado onde colocar os produtos, também aumenta a probabilidade de duas situações que historicamente desestimularam a produção ovina na Região: os roubos de animais (abigeato) e o ataque de cachorros. Estas foram mencionadas pela maioria dos entrevistados como limitantes para a produção ovina da RM.

Nesse sentido, para muitos produtores da região a alternativa para evitar situações de roubos, principalmente à noite, é a construção de instalações para o confinamento dos animais nesse período do dia. Obviamente, isso inclui um gasto importante para este tipo de agricultores, o que em algumas áreas se torna inviável.

Uma proposta que também desde INIA vem trabalhando e difundindo, principalmente para o controle dos ataques de cachorros mas também para diminuir o problema do abigeato, é a introdução de cães de guarda que acompanham o rebanho, neste caso da raça Maremmano-Abruzzese (GANZÁBAL, 2014a). Até o momento é uma alternativa que está sendo testada em distintos estabelecimentos, mas ainda não chegou a ser generalizada.

4.4.1.3. Alternativas de comercialização

Vinculado aos dois pontos anteriores está o tema da comercialização dos produtos. Na medida em que siga crescendo a produção ovina na RM, a comercialização direta pode ter seus limites, especialmente se é a única alternativa para esses agricultores. Mas até o momento outras tentativas como a possibilidade de enviar o cordeiro pesado ao frigorífico não vem sendo uma alternativa muito considerada. Para isso devem alcançar-se quantidades suficientes de cordeiros no mesmo tempo e com as mesmas condições de peso e idade como para completar um caminhão com destino ao frigorífico, algo que requer uma importante coordenação entre os vários produtores e em distintos momentos do ciclo produtivo anual (T6, P3). Estas são algumas das principais dificuldades para que esses agricultores recusem esta opção até o momento, enquanto o canal de venda direta funcione. A pergunta é: os esforços deveriam destinar-se rumo à integração dos pequenos produtores ovinos da região à cadeia do cordeiro pesado, a partir do fortalecimento de formas associativas de engorde ou colocação de animais?

Numa outra perspectiva aparecem possíveis alternativas que requerem uma organização consolidada, mas que não integram aos agricultores numa cadeia na qual seria o elo mais fraco. Por um lado está por colocar-se em funcionamento uma planta de abate móvel desenvolvida pelo Instituto Nacional da Carne (INAC) e que pretende servir como local de abate, entre outros, para pequenos produtores ovinos da RM (INSTITUTO NACIONAL DE CARNES, 2015a, 2015b). Esta proposta potencialmente poderá servir de base para outras formas de comercialização, neste caso de um produto com outras características que aquele vendido diretamente no estabelecimento, podendo assim ter acesso a outros canais. Aqui pode incluir-se outra iniciativa recente que é a aprovação de uma lei que assegura que uma proporção mínima das compras do Estado deve provir da agricultura familiar, através de suas organizações (URUGUAY, 2014c). Mas até o momento estas propostas ainda constituem uma possibilidade e requerem avanços importantes nos níveis de organização dos agricultores familiares da região.

4.4.2. Condições para a produção ovina na Região

4.4.2.1. Pouca experiência e cultura no ramo

A pouca experiência que existe na produção ovina na RM pode dificultar parcialmente o crescimento do ramo, especialmente em momentos e situações de mais difícil manejo (T1, T2, T3, T4, T6, P1, P2, P3).

Frente a isto, a procura aponta no sentido da capacitação, principalmente através do SUL. Um dos problemas é que as propostas tecnológicas que em geral são trabalhadas a partir desses espaços não levam em consideração muitas das particularidades dos agricultores da Região, procurando adaptar as propostas pensadas para outro tipo de produtores a essa realidade.

4.4.2.2. Infra-estrutura e logística para a produção ovina na Região

O fato que o ovino até o momento não tivesse um espaço importante na RM faz que não se conte com muita da infra-estrutura e logística necessária para essa produção.

Muitos dos estabelecimentos da Região não contam com cercas em boas condições ou divisões internas do estabelecimento para um bom manejo dessa espécie, devido à predominância histórica da horticultura e outras produções vegetais. Isto implica complicações de manejo, não só internas senão muitas vezes pelo risco de passagem de animais a estabelecimentos vizinhos com cultivos hortícolas que poder ser devorados. O reparo dessas cercas implicaria numa inversão muito grande, em geral fora do alcance da maioria dos agricultores (T1, T4, T6, P2, P3).

Também nesta Região é mais difícil ter acesso a algumas das atividades próprias desta produção, por exemplo a tosquia. Isso ocorre tanto por falta de máquinas, quanto pela falta de trabalhadores que saibam faze-lo ou por falta de experiência dos próprios produtores (T2). Ao mesmo tempo, na hora de vender a lã, produzida nestes sistemas, o produtor pode não encontrar facilmente compradores.

4.4.3. Disponibilidade de apoios e possibilidade de acesso aos mesmos para os agricultores familiares

Já observamos que na região existiram algumas políticas públicas destinadas à produção ovina, estas foram pontuais e seu acesso ocorreu de forma parcial por parte dos agricultores familiares, especialmente aqueles que se iniciavam neste ramo de produção (T4). Ao mesmo tempo, o apoio geral para a agricultura familiar e suas organizações através da DGDR não parecem abranger suficientemente esta realidade de crescimento da produção ovina. Neste particular, um dos aspectos que a maioria dos entrevistados visualizou como mais sensível é o manejo sanitário dos animais e, neste sentido, a assistência técnica com a que contam as organizações dificilmente incorpora um apoio específico para a produção ovina, em especial assistência veterinária (T1, T3, T4, T6, P1, P2).

4.5. SÍNTESE DO TERCEIRO CAPÍTULO

Perante as transformações na produção ovina do país, a mesma converteu-se numa alternativa produtiva dentro da RM, algo que em etapas anteriores não se vislumbrava como uma opção tão forte como na atualidade. Isto levou ao crescimento da produção ovina nos Departamentos de Montevideo e Canelones, o que contrasta com a queda geral na quantidade de ovinos no restante do país. Ao mesmo tempo, este crescimento ocorreu principalmente a partir de pequenos estabelecimentos, menores a 50 hectares, o que também se diferencia com a história da produção ovina uruguaia. Há uma série de fatores que beneficiam este processo. Alguns vinculados às características dos agricultores familiares desta Região e às vantagens que tem a produção ovina com relação a outras formas de produção ali desenvolvidas até o momento, tanto vegetais quanto animais. Outros fatores decorrem da própria conjuntura atual da produção ovina, que a converte numa alternativa interessante para os agricultores familiares da região. A existência de uma proposta tecnológica adaptada a este tipo de sistema aparece como fator importante em seu crescimento, assim como também o foi a existência de ferramentas associativas e apoios institucionais para iniciar-se neste ramo produtivo. Também existe uma série de fatores que podem dificultar o desenvolvimento da

ovinocultura na Região, como é o caso das poucas condições ali existentes para desenvolver essa produção, a pouca formação e experiência neste ramo produtivo, bem como as dificuldades de acesso a assistência técnica e a outros apoios específicos necessários.

A produção ovina surgiu como uma alternativa produtiva para os agricultores familiares da RM, diante das dificuldades que enfrentam principalmente pela queda dos preços da produção hortícola enfrentada há anos, produção esta que constitui a principal fonte de ingresso para a maioria desses agricultores.

5 CAPÍTULO IV - A PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Pero el día ha de llegar
de esquilar nuestras ovejas
y aquella esperanza vieja
la hemos de ver madurar.
Vellones ya no serán
nubecitas pa' los pobres,
ni redondos medallones
de unos poquitos nomás.

(Aníbal Sampayo)

5.1. INTRODUÇÃO

No Capítulo anterior vimos que durante os últimos quinze anos os ovinos apareceram como uma alternativa produtiva interessante para os agricultores familiares de Canelones e Montevideo, sendo nestes Departamentos onde ocorreu seu principal crescimento. Assim como surgiu como uma possibilidade para diversificar e melhorar os ingressos econômicos, alguns desses agricultores viram nisto uma oportunidade para integrar a produção ovina procurando seu manejo ecológico, de modo a favorecer os processos biológicos em seus agroecossistemas e que lhes permitisse contar com um produto que se diferencie no momento de sua venda.

Por isso, ao longo deste capítulo procurarei apresentar as características que deveria ter essa produção ovina de base ecológica, qual é a situação atual desta proposta na RM e quais são as principais limitantes e possibilidades para seu desenvolvimento que surgiram no decorrer desta pesquisa.

5.2. O QUE ENTENDEMOS POR PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA?

Uma das primeiras dificuldades para analisar a produção ovina de base ecológica é poder definir o que implica e o que não este tipo de produção. Pelo menos seria importante poder definir de forma geral o que é produção ecológica de gado ou produção de base ecológica.

No caso de Uruguai não há uma definição deste tipo, ainda que possamos encontrar algumas aproximações. A Rede Agroecológica de Uruguai (RA) é o principal espaço onde atualmente se articulam os agricultores ecológicos, consumidores, processadores e distribuidores de alimentos, organizações não governamentais e instituições que apostam no desenvolvimento da agroecologia no país (GÓMEZ PERAZZOLI; GALEANO, 2006). Começou a funcionar em 2005 e uma de suas principais ações desde esse momento é implementar um Programa de Certificação Participativa em Rede para a produção ecológica, baseado no conceito de sistemas participativos de garantia (onde intervêm agricultores, consumidores, técnicos e outros envolvidos na agricultura agroecológica). Embora para isso a Rede não apresente uma proposta específica sobre o que é a produção ecológica de gado, utiliza em suas definições e normativas uma série de critérios e bases gerais que nos permitem aproximar-nos a essa idéia e seus principais componentes. Entre os principais critérios e elementos para delimitar a produção ecológica animal, propõe os seguintes: que a produção animal esteja integrada ao restante das produções do estabelecimento, contribuindo na sua diversidade e em seu desenvolvimento conjunto; assegurar o bem-estar animal, considerando suas necessidades fisiológicas, de comportamento e de saúde; que as raças animais utilizadas estejam adaptadas às condições ambientais da região e do estabelecimento; que a alimentação tenha uma base ecológica, principalmente produzida no próprio estabelecimento, sem organismos geneticamente modificados (OGM) e no caso de ruminantes que sua base principal seja os pastagens; que o manejo sanitário esteja baseado na prevenção e que caso for necessário realizar tratamentos, que a terapêutica seja natural, a não ser no caso de exceções (RED DE AGROECOLOGÍA DEL URUGUAY, 2006). Somam-se a isto os princípios gerais sobre os quais se sustenta a Rede: avançar rumo a sistemas de produção economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos; preservar a biodiversidade e os bens naturais; promover a soberania alimentar; promover que os processos de produção e circulação revertam a situação atual de concentração da riqueza, estimulando principalmente canais de comercialização que vinculem diretamente produtores e consumidores; fortalecer processos organizativos de agricultores e consumidores; atacar

as desigualdades de gênero, idade e qualquer tipo de discriminação; contribuir à dignificação dos trabalhadores e assegurar o acesso a seus direitos para os integrantes das famílias de agricultores e trabalhadores, especialmente as crianças.

Um dos locais onde se avançou em definir a produção ovina ecológica foi Espanha, vinculado ao local histórico que teve a produção ovina em algumas regiões desse país, mas também devido fundamentalmente às normativas europeias que regulam a produção ecológica de gado (GARCÍA TRUJILLO; REBOLLO VERGARA, 2014). Isto vem casado aos sistemas de subsídios para a produção agropecuária que se implementam em muitos dos países daquele continente, em particular para a produção ecológica, com ênfase principal na qualidade dos produtos. Muitos dos elementos básicos que propõe a legislação e os manuais técnicos para a produção ovina ecológica na Espanha coincidem em boa medida com os que recém vimos para a RA, seguramente porque esta última se baseou na experiência e normas para suas definições iniciais. O manual para a Produção ecológica de ovinos de Andaluzia (uma das principais comunidades espanholas que desenvolvem esta produção) coloca os seguintes elementos: deve contribuir ao equilíbrio do sistema agrícola, pensando no melhor aproveitamento dos recursos e a recirculação dos nutrientes, assim como na contribuição dos animais com outras funções benéficas como o controle de ervas e pragas dos cultivos; a criação em liberdade que assegure o bem-estar animal, mas controlando a dotação animal, também como forma de controlar a pressão sobre pastagens e solo; preferência às raças adaptadas às condições locais, tanto de clima como de alimentação e manejo, procurando assim ter menores probabilidades para o surgimento de enfermidades; ênfase no manejo sanitário baseado na prevenção e onde o tratamento de animais doentes se baseie em medicinas naturais e homeopatia (GARCÍA TRUJILLO; REBOLLO VERGARA, 2014).

Como podemos perceber a proposta para delimitar a proposta ovina em Uruguai fundamenta-se fortemente nas normativas e experiências europeias. Para ambos os casos, uma das principais influências são as definições que aparecem nas Diretrizes para a produção, elaboração, etiquetamento e comercialização de alimentos produzidos organicamente, do

Codex Alimentarius (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 2007), com uma centralidade importante no controle da qualidade dos alimentos destinados aos mercados internacionais. Importa considerar que para América Latina e, em particular, para as condições semelhantes às de nosso país, não encontramos uma proposta que sistematize uma definição sobre a base de experiências próprias. Por isso, pareceu-nos importante partir da visão que tem os próprios envolvidos no tema na RM, como forma de aproximar-nos a uma definição própria do que compreendem os agricultores e técnicos por produção ovina de base ecológica.

Das entrevistas e do grupo de discussão surgem alguns elementos acerca do que é ou deveria ser a produção ecológica de ovinos e sobre o que não é. Muitos desses elementos são similares aos que já vimos e outros avançam em sua delimitação e a tornam um pouco mais complexa. A continuação apresentam-se alguns dos principais elementos que foram levantados.

5.2.1. Elementos que a caracterizam.

Além dos pontos assinalados pela RA e pelos manuais espanhóis, acrescentamos outros elementos assinalados e priorizados pelos participantes desta pesquisa, principalmente para pensar essa produção na RM.

5.2.1.1. Uma produção integrada ao agroecossistema

A integração e a complementaridade da produção ovina com os demais processos que ocorrem no agroecossistema foi um dos aspectos mais destacados, tanto pelo Grupo de Discussão quanto nas entrevistas, a ser cumprido para que uma produção possa ser considerada de base ecológica. E para a RM a integração com as produções vegetais, em especial com a horticultura, aparece como uma das principais formas a considerar.

A rotação planejada da horticultura com a produção ovina dentro do estabelecimento permite uma maior diversificação, tanto produtiva quanto ecológica (GD, T1). Portanto, é uma alternativa frente à horticultura contínua que durante muitos anos

vem sendo implementada na região, com forte pressão sobre o solo. Assim surge a possibilidade que, após dois ciclos produtivos hortícolas, se implante uma pastagem cultivada perene (com base em alguma leguminosa, em alguns casos alfafa), que, além de contribuir às condições do solo, serve como base forrageira para a produção ovina. Nesse sentido, o ovino pode ter vantagem sobre o bovino neste tipo de rotações, dado que geram menos pisoteio, mais possibilidade de aproveitamento da pastagem em menor prazo logo após sua implantação e menor risco de compactação do solo (P2).

Essa integração estaria dada também pela contribuição à recirculação de nutrientes dentro do agroecossistema, em particular ao integrar-se com a horticultura (GD, T1, T3). Esta circulação poderia ocorrer tanto pela deposição direta de fezes de ovinos no pastoreio direto, ao ir rotacionando em diferentes parcelas do estabelecimento, como pela compostagem de matéria acumulada principalmente nos confinamentos noturnos dos animais. Figueiredo et al. (2012) avaliaram o uso de esterco de ovino na produção de alface e concluíram que seu uso promove o aumento da produção de alface e da atividade microbiana do solo, especialmente com dietas baseadas em forragem. Thorne e Tanner (2002) encontraram, em pequenos agroecossistemas da Ásia com produção integrada de ovinos e grãos, que o manejo do pastejo dos ovinos permitiu a gestão da ciclagem de nutrientes de acordo com as suas características e necessidades. Além disso, em tais sistemas as interações entre cultivos e animais são diversas e proveitosas (DEVENDRA; THOMAS, 2002).

O manejo integrando ovinos com outras produções também favorece o manejo de algumas espécies vegetais de crescimento espontâneo que muitas vezes podem competir com os cultivos hortícolas ou forrageiros, mas que a partir do pastoreio com ovinos (que em muitos casos escolhe estas espécies vegetais para sua alimentação) e em rotação com horticultura são bem controladas, evitando outros manejos mais dispendiosos em tempo ou insumos (T6, P2). Entre as espécies mais mencionadas estão a Gramilla (*Cynodon dactylon*), que é endêmica na região Sul do país, e o *Senecio sp.* Bandarra et al. (2012) encontraram que o pastejo com ovinos em áreas infestadas com *Senecio* controlou eficientemente essa espécie, sem provocar alterações hepáticas nos animais.

Ao mesmo tempo, a integração também pode dar-se com outras produções animais, o que contribui a seu manejo ecológico. Mencionam-se, nesse sentido, o pastoreio alternado com outras espécies, por exemplo o bovino, tanto para um melhor aproveitamento das pastagens como para um melhor controle dos nematoides gastrintestinais, diminuindo assim a necessidade do uso de anti-parasitários (T1, T4). Também se menciona a possibilidade de pensar a rotação também com aves, especialmente galinhas poedeiras ou frangos (GD).

5.2.1.2. Que não dependa de insumos externos

Evitar a dependência de insumos externos ao agroecossistema tem importantes implicações econômicas, porque como já vimos o mercado de insumos é um dos fortes mecanismos de espoliação de excedentes do trabalho destas famílias. Mas também tem implicações ecológicas, seja porque geralmente os insumos disponíveis têm origem na síntese industrial ou porque seu uso constante gera forte dependência aos mesmos por parte do agroecossistema, afetando fortemente os ciclos biológicos que ali se desenvolvem. Isto se visualiza em diferentes níveis. Um é o dos requerimentos de nutrientes para as produções vegetais em geral, tanto a base forrageira como a horticultura que se possa desenvolver em rotações. A compostagem a partir do acumulado nos galpões e inclusive o acúmulo de esterco em algumas parcelas do estabelecimento produto de um pastoreio racional, podem ser uma fonte de nutrientes para as produções vegetais que evitem ou pelo menos diminuam os requerimentos externos. Outro nível é aquele dos insumos para a produção especificamente forrageira, tanto para sua implantação como para assegurar sua permanência, onde se procura diminuir os insumos e serviços externos. Aqui é onde a proposta do Pastoreio Racional Voisin (PRV) (PINHEIRO MACHADO, 2011) aparece como alternativa para integrar muitos desses elementos sobre uma base de manejo ecológico do solo e das pastagens (GD, T5). Por último também está o nível de alimentação e o manejo sanitário animal. A busca da produção de base ecológica passaria por evitar a introdução, desde fora do estabelecimento, de grãos ou outros produtos para a alimentação animal, a partir da melhoria da produção forrageira própria em qualidade e quantidade (GD, T3). Esta combinação de manejos

deveria ser também base para o manejo sanitário preventivo, que entre outras coisas aponta a diminuir o uso e a dependência de produtos zootéricos de origem extra estabelecimento.

5.2.1.3. Cujas alimentação tenha base forrageira

Do ponto anterior desprende-se um dos fundamentos principais para a produção ovina de base ecológica, que está na necessária base forrageira desta produção (GD, T3, T5). Pinheiro Machado (2011) entende que no agroecossistema, como sistema aberto, algumas de suas importantes entradas provêm da energia solar, da chuva, do ar e da atividade biológica do solo. Coloca, então, que se deveria aproveitar da melhor maneira esses aportes naturais, especialmente a captação de energia solar, a partir de uma boa combinação pasto-animal-rotação de cultivos e do estímulo da biocenoses (desenvolvimento dinâmico da vida do solo). Isto não só permitiria oferecer uma adequada alimentação aos ovinos em qualidade e quantidade, senão que também à saúde e bem-estar dos mesmos, na medida em que se alimentam com base no pastoreio ao ar livre e portanto a possibilidade de desenvolver seu comportamento social e de alimentação para o qual evoluíram.

5.2.1.4. Que não degrade os bens naturais

Este é um dos aspectos que geralmente são mencionados para a produção de base ecológica em geral, mas no caso específico da produção de ovinos podem ser mencionados grandes componentes. Um é o aporte que faz a integração de uma fase forrageira na rotação com a horticultura, o que contribuir para a diminuição da pressão que exerce sobre o solo esta produção vegetal intensiva. O outro componente diz respeito à quantidade de animais e ao manejo do próprio pastoreio. Deveria procurar-se um manejo adequado do pastoreio, que além de oferecer alimento de qualidade e em quantidade, procure favorecer as espécies forrageiras presentes no agroecossistema, especialmente aquelas espécies nativas ou adaptadas a essas condições. Ao mesmo tempo deveria manejar-se uma dotação animal acorde ao agroecossistema, evitando especialmente sobrecargas que favoreçam a degradação das pastagens e do solo (GD, T3).

5.2.1.5. Sem uso de agrotóxicos

O não uso de agrotóxicos, tanto para a produção vegetal quanto para o animal, se assinala como das bases para a produção de base ecológica (GD, T1, T3, T6). Não somente para evitar a dependência de insumos externos, senão fundamentalmente pelos efeitos negativos que tem essas substâncias para o desenvolvimento dos processos biológicos neles. Para isso são fundamentais as estratégias de manejo do agroecossistema que considerem os ciclos biológicos dentro do mesmo e visem a prevenção de enfermidades e dolências.

Um exemplo é o efeito do uso de antihelmínticos, em particular das avermectinas, no ambiente. Verificou-se que a ivermectina, depois da administração oral em ovelhas, tem efeitos letais e subletais em moscas e besouros coprófagos (BEYNON, 2012).

São varias as pesquisas nos países da região que colocam que a fitoterapia pode ser uma alternativa eficaz para o controle de parasitas gastrintestinais (SOUZA et al., 2008; NERY; DUARTE; MARTINS, 2009; LOBO et al. 2010; OLIVEIRA et al., 2010; KRYCHAK-FURTADO et al., 2011; ABREU et al., 2014; CUNHA et al., 2014) ou para o tratamento antibacteriano e antifúngico (SCHUCH, 2007; CLEFF, 2008; LOBO et al. 2010). Se soma a isso o possível uso de plantas ricas em taninos para o controle dos helmintos (RAMÍREZ-RESTREPO et al., 2004, 2005; MINHO et al., 2010; HOSTE et al., 2012). Algumas pesquisas mostram a homeopatia como outra alternativa para o controle parasitário (ZACHARIAS et al., 2008). Também o controle biológico de nematoides gastrintestinais com fungos nematófagos tem sido estudado e avaliado como possibilidade (MOTA; CAMPOS; ARAUJO, 2003; GRAMINHA et al., 2005).

5.2.1.6. Onde a circulação dos produtos evite os canais monopolizado pelo capital

Já vimos que outro dos mecanismos de expropriação do excedente do trabalho dos agricultores familiares ocorre através dos mercados de produtos. Por isso, no caso da produção ovina de base ecológica deveriam ser buscados canais de comercialização que diminuam os níveis de concentração e expropriação por parte de capitais industriais e comerciais, tal como ocorre nas propostas de integração vertical destes produtores às cadeias de valor hegemônicas pela indústria e em segundo lugar pelos intermediários (GD). Nesse sentido, se propõe a necessidade de gerar alternativas de comercialização que permitam vínculos diretos com os consumidores e propostas coletivas de comercialização (GD, T5).

5.2.2. Produção ecológica ou produção orgânica?

Uma das dificuldades para realizar a produção ovina de base ecológica, inclusive para a produção agroecológica em geral, está nas dificuldades observadas para poder definir claramente do que estamos falando. Mas acima de tudo, no caso de Uruguai, as confusões que se geram com a produção orgânica. Esta confusão não é somente de termos ou definições acadêmicas, senão que possui uma base no desenvolvimento deste tema durante as últimas décadas e se expressa na legislação vigente. Atualmente, a principal normativa que incorpora esta temática à legislação nacional é o Decreto 557/008 de 2008, que cria o Sistema Nacional de Certificação da Produção Orgânica. Este Decreto utiliza o termo “produção orgânica” para incluir indiferenciadamente a produção orgânica, ecológica e biológica dentro da mesma definição. Para isso, os únicos elementos que se mencionam para definir este “método de produção” é a não utilização de produtos de síntese química (industrial), nem OGM (URUGUAY, 2008). Esta normativa também está pensada desde a centralidade da qualidade dos alimentos com possível destino aos mercados internacionais, razão pela qual também tem um importante fundamento no Codex Alimentarius. Apesar disso, é a normativa que introduz a possibilidade dos Sistemas Participativos de Garantia e com isso os Programas de Certificação Participativa que dão sustento a

Rede Agroecológica. Então, é na mesma legislação que se fundamentam os sistemas de certificação da produção orgânica com destino à exportação (principalmente de carne) e também a certificação participativa que visa o desenvolvimento da agroecologia no país, com os conseqüentes conflitos que traz esta dupla perspectiva tentando conviver sob o mesmo guarda-chuva legal.

Para o caso da produção orgânica de gado, justamente seu impulso no país ocorreu na década de 1990, a partir do impulso de alguns dos principais capitais da indústria frigorífica do país, com a possibilidade que lhes ofereciam as características da produção de gado uruguaia (historicamente realizada sobre pastagens naturais e com mínima utilização de insumos de síntese industrial) para aceder a novos potenciais mercados internacionais de carne orgânica e ecológica (RODRÍGUEZ GATTI, 2010). A base para isso é a produção em grandes estabelecimentos pecuários, fortemente articulados com as principais indústrias frigoríficas (de capitais estrangeiros) e cuja certificação é realizada por empresas certificadoras internacionais.

Esta situação leva a uma dificuldade importante, sobre tudo no momento de analisar a informação de fontes oficiais, por exemplo os Censos Agropecuários. São identificadas da mesma maneira, como agroecossistemas com certificação de produção orgânica, situações muito dessemelhantes: grandes produtores de gado de base empresarial, que produzem com base no trabalho assalariado e sem grandes mudanças em seus manejos tecnológicos, vinculados estreitamente em planos de negócios com a indústria frigorífica de capitais transnacionais, cuja produção destina-se principalmente à exportação e é certificada por empresas estrangeiras; pequenos agricultores familiares, geralmente com produção diversificada em base ao trabalho familiar e introduzindo o manejo integrado de base ecológica, que produzem principalmente com destino ao mercado interno e local, cuja certificação se realiza por sistemas participativos de garantia. Mais adiante no texto, procuraremos analisar a situação deste último grupo na RM.

5.3. SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA RM

Um primeiro dado importante para compreender a situação da produção ovina de base ecológica na RM é que quase a totalidade de entrevistados não conhecia nem identificava a existência de experiências deste tipo de produção na Região, a não ser a menção a alguma experiência muito pontual, mas das quais tampouco possuía maiores informações. Isto coincidiu com a preocupação surgida no Grupo de Discussão sobre a falta destas experiências concretas. Em várias das entrevistas se fez menção a uma única experiência de um agricultor que há mais de trinta anos realiza manejo de base ecológica em seu estabelecimento no Departamento de Montevideo e que há perto de cinco anos começou a integrar a produção ovina com esse manejo. Este agricultor foi um dos integrantes do Grupo de Discussão desta pesquisa.

Esta situação se evidencia ao analisar os dados do Censo Geral Agropecuário de 2011. Um detalhe a considerar antes é que nas perguntas do Censo não é possível identificar os estabelecimentos com certificação específica da produção orgânica de ovinos, à diferença de outras produções como a hortícola, frutícola, de carne de gado e florestal, as quais sim contam com uma pergunta específica para identificá-las. Isto pode entender-se como um indicador do pouco desenvolvimento desta alternativa de produção em nível nacional. Por isso, consegui identificar unicamente, dentro dos estabelecimentos que havia certificado sua produção orgânica em 2011, aqueles que tinham ovinos e aqueles nos quais a produção ovina significava um dos seus três principais ingressos (Quadro 24). Como pode observar-se, eram muito poucos os estabelecimentos com certificação de sua produção orgânica em Canelones e Montevideo que manejavam ovinos, sendo apenas quatro aqueles onde a produção de ovinos representava uma parte importante em seus ingressos.

Quadro 24 - Estabelecimentos com produção orgânica certificada e participação da produção ovina no total, no ano 2011 em Canelones, Montevideo e total do país

	País			Canelones			Montevideo		
	Quant. estab.	Superfície promédio	Ovinos promédio	Quant. estab.	Superfície promédio	Ovinos promédio	Quant. estab.	Superfície promédio	Ovinos promédio
Total produtores	807	1301	249	109	98	5	38	11	1
Com ovinos	314	1780	640	14	244	40	3	5	7
Ovinos entre suas principais fontes de ingreso	43	1084	247	3	82	84	1	7	12

Fonte: elaboração própria em base à micro-dados do CGA 2011

Um fato interessante surge dos micro-dados ao analisar o tipo de produtores que se encontra dentro do total que certifica sua produção como orgânica. Para o total do país e segundo sua principal fonte de ingresso, a grande maioria correspondia a estabelecimentos cuja produção principal era o gado de carne (34% do total) e logo apareciam os estabelecimentos dedicados ao monocultivo florestal (30% do total). Mas se nos focamos qual é a produção que certificaram, 260 estabelecimentos certificaram sua produção orgânica florestal (32% do total) e 251 a de carne de gado (31%). Ainda mais, tão só estes 511 estabelecimentos somados manejavam perto de 994.000 hectares totais, o que representava 95% do total da superfície em mãos de produtores certificados como orgânicos e 6% da superfície agropecuária do país. Isto evidencia parte das contradições que observávamos antes, onde uma das poucas ferramentas normativas que supostamente se propõe contribuir “à conservação do ambiente e da agricultura familiar”, assim como a “obter agro ecossistemas sustentáveis desde o ponto de vista social, ecológico e econômico” (URUGUAY, 2008) até o momento principalmente regula e oferece as condições a produções fortemente concentradas em poucos produtores muito grandes e em algumas cadeias agroindustriais em mãos de capitais transnacionais destinadas à exportação. Assim, os movimentos desde o Estado rumo à produção orgânica em geral não escapam ao desenvolvimento de nossa economia como um capitalismo periférico fortemente dependente, tal como vimos no primeiros Capítulo deste trabalho.

5.4. É POSSÍVEL A PRODUÇÃO OVINA DE BASE ECOLÓGICA NA RM?

Perante essa situação é que nos perguntamos: quais são as possibilidades e condicionantes para desenvolver a produção ovina de base ecológica na Região Metropolitana. A continuação apresentarei quais foram os principais fatores identificados pelos participantes desta pesquisa, tanto aqueles que podem ir a favor como aqueles que podem ir contra esta proposta.

5.4.1. Principais fatores a favor e possibilidades para seu desenvolvimento

Além dos fatores já observados no Capítulo anterior, que tornam as possibilidades e perspectivas favoráveis para a produção ovina em geral dentro da RM, somam-se alguns fatores ou elementos específicos para pensar essa produção desde um manejo de base ecológica. A continuação apresento alguns dos principais elementos que surgem da pesquisa.

5.4.1.1. Existência de agricultores com interesse no tema

O crescimento observado na produção ovina na RM durante os últimos anos também permitiu que vários agricultores a olhem como uma possibilidade interessante não somente para integrar um novo ramo produtivo a seus estabelecimentos, senão também para tentar fazê-lo de forma diferente à criação tradicional no país. A menor experiência nesta produção assim como o interesse de integrá-la com as produções hortícolas já existentes, com o menor uso possível de insumos externos (em especial de síntese industrial), faz que existam agricultores interessados em desenvolver uma produção de base ecológica (GD). Este foi um dos elementos fundamentais para levar adiante esta pesquisa.

5.4.1.2. Potenciais mercados para esses produtos

Nos últimos anos as características dos alimentos, no tocante a qualidade e condições de produção vêm preocupando cada vez mais aos consumidores, principalmente na RM. Em especial pelos produtos que por sua forma de produção não sejam prejudiciais à saúde, que não contenham resíduos de antibióticos ou agrotóxicos. Por isso, a possibilidade de produzir cordeiros ecológicos ou orgânicos aparece como uma alternativa que até o momento não tem muita experiência e que poderia ter um potencial muito forte. (GD, T5). Aqui poderiam ter um interessante lugar propostas como a da planta de abate móvel que assinalamos antes. Na medida em que permita a grupos de agricultores fechar o ciclo de produção e abate dentro da região e assim poder vender diretamente aos consumidores um produto com cuidados tanto em sua forma de produção como no

processo de abate. Entre as distintas alternativas que permitiriam isso se mencionaram (GD) a possibilidade de gerar marcas ou etiquetas comuns entre grupos de produtores ecológicos de ovinos, para associar-se e comercializar coletivamente. Também a venda direta em pequenos estabelecimentos permite diferenciar o que se vende, de maneira que os consumidores conheçam as características do que estão comprando, seja por características do manejo (agroecológico, orgânico), por raça ou por origem (de agricultura familiar). Outro tema que aparece como potencial a ser explorado é o de produtos como a lã e as possibilidades que vem surgindo de grupos que realizem seu processamento e venda artesanal. O mesmo ocorre com o leite ovino, dadas as características leiteiras das raças que estão crescendo na Região, ainda que neste sentido já existam algumas tentativas para seu desenvolvimento e não surgem com tanta clareza condições para seu desenvolvimento em pequenos estabelecimentos familiares (T3).

5.4.1.3. Experiências de produção hortícola de base ecológica

A existência há anos de experiências de produção agroecológica na RM é uma base importante para pensar a integração da produção ovina dentro deste tipo de manejo. Embora essas experiências estejam concentradas fundamentalmente na produção hortícola, existem tentativas incipientes de integração com a produção animal (BACIGALUPE; SALVO, 2007) e de qualquer forma são um acúmulo importante para pensar a possibilidade de integrar o ovino a essa matriz produtiva. Se bem ainda não ha muitas experiências no manejo dos ovinos, muitos dos agricultores no manejo dos ovinos, muitos dos agricultores da Região tem um potencial importante desde sua experiência e conhecimento no manejo ecológico de seus agroecossistemas.

5.4.1.4. Necessidade de alternativas para o controle parasitário

Os parasitas internos (nematóides gastrintestinais) são identificados com o principal problema ou enfermidade que afeta a produção ovina no país e é uma das afecções que gera maiores perdas produtivas nos países de regiões tropicais e subtropicais (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 2003). Nas entrevistas realizadas para a elaboração do Plano Nacional de investigação em Saúde Animal (PLANISA) menciona-se como principal causa disso a resistência cada vez maior dos parasitas aos anti-helmínticos de síntese industrial (GIL; NARI; HIRIGOYEN, 2009). No entanto, coloca-se pouca ênfase no modo como os sistemas de manejo implementados historicamente também geraram condições para o crescimento deste problema. Se bem se menciona a busca de alternativas através do manejo do pastoreio, resistência genética, inimigos naturais e controle biológico, segue-se à espera de novos princípios ativos produto da síntese industrial que solucionem o problema que o próprio manejo dos agroecossistemas segue gerando. Inclusive, ao pensar linhas de investigação e possíveis ações para o futuro, para o caso das parasitoses o centro não se encontra na busca de estratégias de prevenção, senão que se mantêm em como melhorar o controle, especialmente em como melhorar o efeito das drogas que atualmente apresentam resistência parasitaria. O último estudo importante realizado no país sobre resistência aos antiparasitários remonta à metade da década de 1990 e já naquele momento identificou-se que mais de 80% dos 252 estabelecimentos analisados apresentava algum tipo de resistência aos antiparasitários (NARI et al., 1992). Estima-se que desde esse momento a situação agravou-se, sendo que estudos realizados em 2005 encontraram resistência parasitária em pelo menos 90% dos 130 estabelecimentos analisados (MEDEROS; BANCHERO, 2013). A importante presença de nematóides resistentes é compartilhada com os países da Região (Argentina, Brasil e Paraguai) (TORRES-ACOSTA et al., 2012).

O problema da resistência aos antiparasitários é um fenômeno em nível mundial, que se intensificou na medida em que o uso generalizado de anti-helmínticos de síntese industrial foi a principal estratégia para o controle de enfermidades

parasitárias, considerada em seu momento como eficiente, prática e econômica (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 2003). Assim, perante as constantes transformações genéticas das populações parasitárias e as dificuldades práticas e econômicas de encontrar uma nova molécula que solucione todos os problemas, de maneira quase forçada a busca novamente passa por encontrar alternativas de controle integrado e com tratamentos alternativos à síntese química, o que chamam Controle Integrado de Parasitas (CIP). Dentro deste incluem-se o manejo do pastoreio (descanso de pastagens, pastoreio alternado entre distintas categorias ou espécies, pastoreio rotativo, uso de áreas de restolho, silvopastoreio) o manejo animal (boa dieta em quantidade e qualidade principalmente no aporte protéico, alimentos com maior grau de taninos, seleção de animais resistentes) e o desenvolvimento de novas estratégias de controle e prevenção (uso de fungos nematófagos, fitoterapia e outras terapias alternativas) (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 2003; MOLENTO et al., 2013).

Esta situação, que em princípio se apresenta como uma dificuldade para a produção ovina, pode ser tomada como uma potencialidade na busca de implementar manejos de base ecológica. Na medida que a produção ovina recém vem desenvolvendo-se na RM, visualizar desde um começo que é necessário pensar o manejo preventivo e de controle parasitário de forma integrada poderia oficializar como um estímulo rumo a essa busca desde o começo, tanto por parte dos agricultores como dos técnicos e instituições de investigação. Também é certo que não visualizar isso como um problema desde o começo poderia levar ao desinteresse por algo que até o momento não lhes afeta. Cumpriria um rol fundamental os processos de formação e intercâmbio entre agricultores, técnicos e instituições para dar-lhe a dimensão ao tema antes que se converta num problema severo na Região.

5.4.2. Principais fatores contra e limitantes

Ao igual que para os fatores que jogam a favor, a continuação apresentam-se alguns dos principais fatores que

dificultam, limitam ou jogam contra o possível desenvolvimento de uma produção ovina de base ecológica na RM, que se somam aos já vistos para a produção ovina em geral.

5.4.2.1. Quase inexistência de experiências deste manejo funcionando no país

Como mencionado anteriormente, um dos principais problemas para avançar numa proposta deste tipo é a quase inexistência de experiências concretas de manejo ecológico de ovinos funcionando que possam servir como exemplos ou referência de implementação para outros agricultores e bases de investigação, algo evidenciado por todos os participantes nesta pesquisa. Dentre algumas das possíveis causas desta situação está o que já vimos sobre o estímulo dado à produção orgânica de gado, sem grandes propostas de mudança no manejo histórico e em mãos de grandes produtores, onde por sua vez a certificação se encontra em mãos de empresas internacionais, cujos custos se fazem quase inacessíveis para pequenos agricultores. Ao mesmo tempo, os estímulos para o desenvolvimento da agroecologia no país geralmente estiveram muito vinculados a apoios internacionais e ao trabalho de algumas Organizações Não Governamentais (ONG) onde a proposta da horta orgânica teve centralidade e não havia grandes esforços por integrar à produção animal, em especial aos ruminantes (GD). Embora existam experiências de produção orgânica de leite na região sudoeste do país, suas condições são bastante diferentes às da produção ovina da RM, dado que se realiza principalmente em estabelecimentos especializados nesta produção e situados dentro da principal bacia leiteira do país, sendo suas principais propostas a substituição de produtos de síntese industrial por estratégias de manejo e tratamento sanitário em base a homeopatia (MARTIN; RIET CORREA, 2008). Outro aspecto que se mencionou foi a forte presença e peso de capitais com interesses contrários à proposta nas distintas fases (insumos, comercialização, indústria) (GD).

5.4.2.2. Não se visualiza ou não se entende necessário um manejo diferente

Outro elemento vinculado ao anterior é que a própria característica histórica da produção de gado em Uruguai, baseada em pastagens naturais e uso mínimo de insumos externos, faz que seja mais difícil visualizar o porquê de outro modelo técnico e de manejo (GD). Isto se reflete também na RM, apesar que ali a tradição do gado não é tão forte como em outras regiões, mas é um acúmulo cultural muito presente em todo o país. Isto se vincula a outro aspecto particular da produção animal, que é a menor percepção que geralmente os trabalhadores têm em relação aos riscos que implica o uso e abuso dos medicamentos veterinários de síntese industrial. Num trabalho realizado por Da Silva, Moreira e Peres (2012) a partir da percepção dos trabalhadores da pecuária leiteira de uma região de São Paulo, Brasil, com relação ao manejo de inseticidas de síntese industrial, os autores mostram como a falta de informação e apoio técnico conduz a que os trabalhadores não identifiquem estes agrotóxicos e seu uso com o risco em seus trabalhos, visualizando-os inclusive como remédios e não como venenos, baseados geralmente no senso comum e nas experiências que possam ter tido ou não em seu manejo. Inclusive, perante os mesmos princípios ativos, mas usados para a produção vegetal, em muitos casos a percepção é totalmente diferente, ali sim identificando-os como prejudiciais para a saúde e para o ambiente. Também mencionam que os trabalhadores muitas vezes não conseguem vincular claramente o lugar onde se aplica o produto (os animais) com o produto que deles logo se obtêm e se consome (o leite, a carne, a lã), o que favorece a invisibilização de sua presença e com isso muitas vezes a negligência nas formas de seus usos e o desrespeito aos tempos de espera entre a aplicação do agrotóxico e o consumo. Seguem-se algumas frases que surgiram nas entrevistas e que refletem parte desses problemas:

¿Más ecológico que esto? Si comen pasto. El problema podría ser las vacunas, pero se aceptan en el frigorífico para exportación, así que tan malas no deben ser. (Entrevista com produtor)

La producción pastoril es muy sencilla hacerla agroecológica. Después lo sanitario, no se del tema, pero creo es bastante

manejable con manejo rotativo del pastoreo.
(Entrevista com técnico)

Lo primero a hacer es meterse en la cabeza de la gente, mostrar una cosa y la otra. Por ejemplo la salud de la gente, del consumidor pero también del productor. En producción animal esto no es tan claro. Incluso nuestro principal instituto de investigación estimula el uso de agrotóxicos. (Entrevista com técnico)

Outro elemento que surge para considerar por que não se opta por este tipo de manejo é o preço diferencial do produto, como orgânico ou ecológico, com relação ao produzido com o manejo convencional. Em muitos casos se analisa que na medida em que o produtor não visualize uma ganho especial fruto da mudança de modelo tecnológico, dificilmente deixe de produzir como vem fazendo-o ou como o fazem a maioria dos produtores. Claro que isto forma parte das disputas que estão presentes entorno aos modelos produtivos implementados pelos agricultores em determinadas condições. Em muitos casos está fortemente presente a ideia de que primeiro é preciso ser eficiente na produção de forma convencional e logo se possível pensar na busca de outras alternativas. Isto também parte de uma ideia não tão comprovada de que uma proposta desse tipo implicaria mais trabalho para a família. No caso de estabelecimentos onde geralmente se possui experiência em produções hortícolas intensivas a integração da produção ovina não necessariamente apareceria como um grande acréscimo de trabalho:

Creo que falta un tiempo para eso. Primero te tienen que pagar un precio diferencial. (...) Primero obtener un buen volumen de carne en tu predio y especializarte en eso, después diferenciarse. (Entrevista com produtor)

Otra cosa es que pueda haber diferencia en el precio. Eso estimula la difusión de la tecnología. Sino es difícil. (Entrevista com técnico)

Lo más difícil es convencer al productor. Porque es más sencillo aplicar un herbicida o fertilizante. (Entrevista com técnico)

5.4.2.3. Falta de informação e formação para agricultores e técnicos

Assim como no Capítulo anterior observávamos como o tema da formação era uma das debilidades na RM para o desenvolvimento da produção ovina, isto se amplia no caso de propor-se um manejo de base ecológica. É muito menor a informação e a formação com a qual contam agricultores e técnicos sobre esta alternativa de manejo, muito especialmente para as produções animais (GD). Em particular mencionaram-se o manejo sanitário e a alimentação como duas temáticas principais onde se encontram lacunas importantes.

5.4.2.4. Falta de investigação rumo ao manejo de base ecológica

Outro dos elementos assinalados como chaves para o desenvolvimento desta proposta de manejo ecológico é a investigação focada a este tipo de agroecossistemas, com as características que vem sendo colocadas para a produção ovina de base ecológica na RM. Nesse sentido a contribuição desde as principais instituições vinculadas à investigação agropecuária é relativamente muito pequena, geralmente com contribuições pontuais em alguns aspectos específicos e pouco coordenados (GD), especialmente em relação aos elementos que caracterizariam este tipo de produção tal como vimos no início deste Capítulo.

No tocante à integração da produção ovina ao agroecossistema talvez seja um dos elementos onde parece ser mais difícil encontrar contribuições, ainda que sejam pontuais. Existem diversos esforços, principalmente desde a Faculdade de Agronomia, na análise global de agroecossistemas que integram horticultura e criação de gado, mas especificamente considerando o gado bovino e pelo momento com pouca ênfase nos processos biológicos vinculados a essa integração da produção animal com a vegetal, senão mais bem desde o ponto de vista econômico e da organização do trabalho (AGUERRE, 2011; DOGLIOTTI et al., 2012). No caso de INIA, durante a década de 1990 desenvolveu-se um sistema de produção na sua Estação Experimental de La Estanzuela durante pelo menos três

anos, no qual se realizou rotação de cultivos agrícolas com pastagens e engorde de novilhos, tudo sob manejo orgânico (BANCHERO, 1996). Mas esta experiência não teve continuidade e não se dispõe de uma sistematização de seus resultados.

No tocante à diminuição da dependência de insumos externos e à produção forrageira com manejo ecológico sem degradação dos bens naturais, talvez seja ainda mais difícil encontrar buscas ou contribuições para sistemas do Sul do país. O sistema experimental que, como recém mencionado, implementou INIA por algum tempo, é do pouco que existe neste tema, mas não contamos com informação sistematizada do mesmo. A possibilidade de investigar em relação a essa proposta como o PRV, analisar suas possibilidades de implementação ou adaptação em nossas condições, não só não está presente nas agendas de investigação do país senão que uma das únicas referências que se faz sobre essa alternativa de pastoreio racional por parte de investigadores de INIA trata-se de uma resenha do livro Produtividade da erva de André Voisin numa das publicações técnicas de INIA (BERRETTA, 2007). No referido artigo não se procura analisar a obra de Voisin e suas possíveis contribuições na procura de desenvolver novas linhas de investigação em nosso país, senão que unicamente se resenha o conteúdo do livro e apenas menciona que algumas contribuições poderiam ser importantes e a se levar em consideração, mas que há vários aspectos que não são claros, sem encontrar dados que os justifiquem. No entanto, nos países vizinhos, especialmente nos estados do Sul de Brasil, é cada vez mais importante a implementação de projetos de PRV e a investigação sobre o tema (LENZI, 2003; GRAEFF ERPEN, 2004; KERBER, 2005; MEIRA CORDEIRO, 2008; MACHADO; BALEM, 2012), inclusive com experiências em produção ovina (MAYER; BURG, 2011; HENERICHE, 2014).

Talvez no aspecto sobre o que sim se vem avançando até o momento, implementando distintas linhas de investigação é na procura de tratamentos alternativos, principalmente para o controle de nematoides gastrintestinais. Há duas grandes linhas principais nesse sentido, ainda que sejam incipientes ou estejam em etapa experimental inicial. Uma está vinculada à seleção genética de ovinos resistentes aos parasitas gastrointestinais (CIAPPESONI et al., 2009; GOLDBERG, 2011; GOLDBERG;

CIAPPESONI; AGUILAR, 2012). A outra linha passa pelo uso de forragens bioativos (aqueles com compostos secundários que exercem algum efeito de controle sobre parasitas gastrointestinais, como por exemplo *Lotus pedunculatus* e *L. corniculatus*) ou a administração de taninos condensados desde outras fontes (por exemplo extrato de Quebracho -*Shinopsis spp.*-) para o controle destes parasitas (MEDEROS; BANCHERO, 2013). Pelo momento ambas linhas de investigação se desenvolvem de forma bastante isoladas e sem maiores propostas de mudanças gerais no sistema de manejo rumo a um sistema de base ecológica ou que pelo menos se aproxime a isso. Em geral se fundamentam na substituição de propostas de controle químico por outras de base natural e não tanto em mudanças no manejo que procurem favorecer os processos naturais dentro dos agroecossistemas ou que faça foco no manejo preventivo. Inclusive, no caso da procura através da seleção genética se está trabalhando a partir das sociedades de grandes criadores das principais raças do país, pelo que dificilmente gere impactos nos sistemas da RM que são objeto desta pesquisa.

5.4.2.5. Falta de apoio ou planos específicos a partir das políticas públicas

Como mencionada, até o momento não existem políticas específicas de importância que apoiem ou estimulem a produção agroecológica ou de base ecológica, para além das regulamentações que já vimos para a produção orgânica e a presença do componente ambiental em vários dos projetos e programas do MGAP (GD, T2, T5, T6). Nos últimos anos se geraram chamados a projetos de estabelecimentos (Produção Familiar Integral e Sustentável) e de organização (Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas para a Produção Familiar) com foco na implementação de tecnologias específicas para a agricultura familiar (URUGUAY, 2014c, d). Em ambos os casos trata-se de projetos financiados através de empréstimos do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) e em seu conteúdo colocam um enfoque integral, procurando incorporar os aspectos produtivos ambientais, econômicos e sociais. Mas nestes casos, tal como vimos que ocorria em outras políticas de apoio à produção, o fato de basear-se em projetos a término e

geralmente com objetivos bastante parciais, sem um Plano que trace grandes linhas estratégicas sobre o tema, faz que as possibilidades de servir como ferramenta forte de desenvolvimento e inclusive dependa em grande medida das capacidades dos agricultores, técnicos e organizações concretas que as implementem em cada área.

Esta situação tampouco escapa à realidade de países vizinhos, inclusive em Brasil onde a agroecologia teve um importante desenvolvimento desde os movimentos e organizações sociais e também desde o Estado. Apesar disso Caporal e Petersen (2012) colocam que as políticas públicas em Brasil também apresentam a dificuldade de apresentar-se de forma pontual desde algumas iniciativas do Estado, sem uma intencionalidade de propor-se como um modelo de desenvolvimento. A proposta neodesenvolvimentista segue sendo a que se impõe como guia geral nos diferentes âmbitos da vida no campo, a produção agropecuária e a economia em geral.

5.4.2.6. A preocupação não tem força nas principais organizações da agricultura familiar

Mas talvez uma das dificuldades maiores para pensar a possibilidade de desenvolvimento deste tipo de proposta está no pouco que as principais organizações que nucleiam aos agricultores familiares, em particular a CNFR, priorizam ou se colocam como problemática central a questão dos modelos produtivos e tecnológicos. O centro de suas principais lutas e demandas estiveram na busca de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, com um claro posicionamento em contra do modelo do agronegócio, mas sem avançar em propostas ou demandas de modelos tecnológicos alternativos (COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL, 2009). Embora se mencione a necessidade de avançar na investigação e desenvolvimento de tecnologias específicas para a agricultura familiar, não surge uma proposta que rompa com o modelo tecnológico, muito menos se menciona a produção agroecológica ou de base ecológica. Nesse sentido, caso aceitemos o que fora explicitado no Primeiro Capítulo, a partir da proposta de Oyhantçabal (2013) sobre as disputas territoriais entre a agricultura familiar e o capital, para poder desenvolver-se a agricultura familiar sem estar subsumida a este último (tal como a

própria CNFR propõe), a procura de modelos tecnológicos que resistam e combatam essa dependência pareceria que devesse estar pelo menos presente.

Até o momento esse não é um eixo presente nos principais espaços de decisão das organizações de agricultores familiares (GD, T1). Isto contrasta fortemente com a realidade das organizações que vinculam aos agricultores familiares e camponeses no resto da América Latina e no mundo, onde a agroecologia se coloca como ferramenta dentro de suas propostas de desenvolvimento, de soberania alimentar e de luta frente ao avanço do capital no campo (COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA SUSTENTÁVEL, 2013).

5.5. SÍNTESE DO QUARTO CAPÍTULO

A produção ovina de base ecológica é uma proposta que até o presente está numa etapa inicial de implementação, e por parte de limitado número de agricultores da RM. Todavia existe interesse por parte de outros tantos de avançar no desenvolvimento desta proposta para seus estabelecimentos. Entre os principais fatores que podem favorecer este tipo de produção constam a possibilidade de contar com um mercado interessante para a venda deste tipo de produtos, o interesse e a possibilidade de integrar esta produção com as produções hortícolas destes estabelecimentos, e também a procura por sistemas de manejo dos ovinos que diminuam os problemas gerados pelo excessivo uso de anti-helmínticos e a conseqüente geração de resistência parasitária. De momento, são vários os elementos que jogam contra o crescimento desta proposta, dado principalmente à falta de investigação e conhecimento acumulados sobre este tipo de produção para as condições da Região, assim como também pela pouca visibilidade ou peso que tem a necessidade de avançar rumo a outro modelo tecnológico entre os próprios agricultores familiares e suas organizações, algo que se vê refletido também nas poucas propostas de formação e políticas públicas específicas neste sentido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os últimos anos a produção ovina vem mostrando um importante crescimento na Região Metropolitana, algo que contrasta com a queda geral que teve esse ramo produtivo no restante do país. As características deste crescimento que se diferencia das formas históricas da produção ovina uruguaia, cuja centralidade era a produção de lã a partir de medianas ou grandes fazendas, com produção extensiva sobre pastagens naturais. Ao contrário disso, este último crescimento nos Departamentos de Canelones e Montevideo ocorre principalmente a partir de pequenos estabelecimentos de agricultores familiares, onde o foco está na produção de cordeiros para sua venda direta e onde o ramo ovino se integra ou convive com outros ramos produtivos que predominam historicamente na Região, particularmente a horticultura.

Perante esta situação, a produção ovina de base ecológica aparece como uma possível alternativa para os agricultores da região. O fato de que a maioria dos agroecossistemas da Região apresentarem produções diversificadas, integrando em alguns casos a produção animal com a vegetal, parece um interessante ponto de partida para começar a integrar a produção ovina com um manejo distinto ao tradicional extensivo que predomina no país. Um manejo que não só permita aproveitar de melhor maneira os recursos produtivos deste tipo de estabelecimentos, integrando suas diferentes produções vegetais e animais a partir de melhor aproveitar os processos biológicos que nelas ocorrem, senão que também possibilite o manejo dos ovinos a partir da prevenção de suas enfermidades e com menor dependência do uso de insumos externos ao estabelecimento, em particular sem agrotóxicos. Mas nesse sentido, a produção ovina e em especial aquela de base ecológica, poderia então ser entendida como parte das estratégias de resistência dos agricultores familiares da RM ante o processo atual de diferenciação e desaparecimento desse grupo social. Se aceitarmos essa ideia, as nossas propostas para avançar em linhas de desenvolvimento, apoio e pesquisa deveriam pelo menos considerá-lo.

A partir do presente trabalho surge uma série de elementos que atualmente estão dificultando ou agindo contra o desenvolvimento de propostas como aquelas em pauta, perante o quê seria importante deixá-los colocados como possíveis

temas a trabalhar mais adiante, tanto desde as organizações de agricultores como desde as instituições vinculadas à investigação.

Um primeiro elemento central para avançar nesta proposta seria o avanço na investigação e desenvolvimento de tecnologias para o manejo ecológico da produção de ruminantes, adaptadas à realidade do Uruguai e em particular à realidade da RM. Colocamos então algumas das possíveis linhas a serem priorizadas, que surgiram desta pesquisa, dada sua importância e a pouca informação gerada e sistematizada nesse país. Em primeiro lugar, investigação sobre sanidade animal no manejo ecológico, particularmente aprofundar sobre alternativas para o controle parasitário, tanto desde a seleção genética ou uso de raças ovinas mais resistentes, passando pelo manejo dos animais e do pastoreio, até algumas terapias alternativas (fitoterapia, homeopatia). Para isso, seria necessário levar adiante processos de investigação que possam desenvolver-se em centros experimentais ou em estabelecimentos de agricultores, mas que procurem integrar e analisar distintos componentes do manejo ecológico de ovinos. Até o momento os poucos esforços neste sentido investigaram alguns de seus componentes em separado, sem colocar-se o objetivo de implementar agroecossistemas com manejo ecológico, portanto sem aprofundar nas possíveis interações dos processos biológicos neste tipo de sistemas. Outra linha que seria importante desenvolver refere-se às tecnologias para o manejo ecológico de base forrageira e sua interação com sistemas de produção vegetal, particularmente a horticultura. Embora existam algumas poucas experiências de implementação de PRV em Uruguai, são esforços de produtores isolados, geralmente em regiões tradicionalmente voltadas à pecuária com pastagens naturais e até o momento não existem avanços investigativos sobre as possibilidades de implementar esta tecnologia para as condições de Uruguai. A UdelaR conta com três estações experimentais nas regiões Sul e Sudoeste do país (duas da Faculdade de Veterinária -nos Departamentos de Canelones e San José- e uma da Faculdade de Agronomia -em Canelones-) e INIA conta com duas (uma em Canelones e outra em Colonia). Embora em algumas delas se desenvolvam pequenos módulos de produção orgânica, não houve experiências que integrassem a produção de ruminantes ou que pelo menos buscassem

avançar sobre uma proposta de manejo ecológico das pastagens.

Outros dois elementos importantes para pensar a produção ovina de base ecológica na região é a necessidade de políticas públicas considerem e priorizem, dentro de alguma de suas linhas, esta possibilidade. Se a produção de alimentos saudáveis, a preservação dos bens naturais e o desenvolvimento da agricultura familiar da Região são temas importantes a favorecer e fomentar (tal como colocam hoje em dia a maioria das definições que sustentam as políticas públicas específicas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural), então, de alguma forma deveria haver um esforço de dirigir-se e adaptar-se claramente nesse sentido. Como observamos, a maioria dos planos e projetos que podem acessar os agricultores familiares da RM geralmente são muito específicos para algum ramo produtivo, ou consideram parcialmente este tipo de propostas. Propostas estas que para sere implementadas requereriam integrar aspectos de manejo, investimentos em infra-estrutura, formação, assistência técnica e apoio para a transição do manejo convencional ao ecológico. Mas sobretudo o que não se evidencia é que exista uma visão por parte dos órgãos de Estado sobre a necessidade de apoiar propostas globais de manejo ecológico que incluam a produção animal, nas quais a produção não se restrinja ao desenvolvimento de um ramo produtivo em particular ou à integração a uma cadeia agroindustrial exportadora.

A formação de agricultores e técnicos sobre a temática também é outro fator que aparece como muito importante. Até o momento os espaços de formação formal e informal a que geralmente se pode dispor baseiam-se, em sua maioria, no manejo convencional da agricultura industrial e capitalista e na proposta hegemônica para sistemas de alta tecnificação e uso de insumos externos. Nos últimos anos tem havido alguns esforços a partir das próprias organizações de agricultores familiares e das instituições educativas com o intuito de gerar espaços de formação que fundamentem suas propostas na agricultura familiar e no manejo ecológico de agroecossistemas. Um exemplo disto é o Curso Técnico em Produção Agropecuária Familiar (TPAF), implementado há poucos anos por parte do Conselho de Educação Técnico Profissional (UTU-CETP). Curso esse desenvolvido no Departamento de Canelones, onde a

proposta educativa está orientada principalmente a jovens provenientes de famílias de agricultores da região, com a perspectiva de formar técnicos que trabalhem com as organizações de agricultores familiares. No caso da TPAF, a base tecnológica para a formação dos técnicos está no manejo ecológico dos agroecossistemas, ainda que até o momento envolva um número reduzido de jovens por turma (não mais de dez). No caso da UdelaR, esta perspectiva é também muito marginal, não integrando-se como opção aos currículos da formação em Agronomia ou Veterinária, além da existência de alguns cursos opcionais. No tocante aos agricultores, fundamentalmente a partir da Rede de Agroecologia, se implementam instâncias de formação profissional sobre o manejo ecológico nas distintas regiões. Igualmente, em quaisquer destes casos, sobre a produção animal, principalmente a de ruminantes e em especial a de ovinos, não se encontra quase nenhum espaço de formação ou pelo menos de intercâmbio de experiências. Isto tudo incorre no pouco ou quase nulo acúmulo acadêmico, de investigação e de experiências concretas que há sobre esta temática no país. Nos últimos anos, com o crescimento da produção ovina na RM, alguns grupos de agricultores vinculados a organizações da Região estão procurando organizar instâncias de formação e intercâmbio sobre este tema, como forma de começar a coordenar esforços entre quem avança nesta forma de produzir ovinos e manejar seus estabelecimentos. Seria importante que as instituições educativas estabelecessem vínculos de interesse e se engajassem nessas experiências e tratassem de apoiar e enriquecer as mesmas.

Mas, talvez, um dos fatores mais determinantes para se pensar nas possibilidades de desenvolver esta proposta na Região é que as organizações de agricultores familiares possam discutir criticamente o modelo tecnológico e produtivo que lhes é imposto e assim reconhecerem a necessidade de alternativas ao modelo de produção. Como observamos, perante o avanço do capitalismo no campo e sobre os territórios, a agricultura familiar recorre a uma série de formas de resistência à extração de excedentes e de luta perante o açambarcamento territorial. Entre estas formas individuais e coletivas de resistência e luta, a busca de modelos tecnológicos que diminuam sua subsunção ao capital, à exploração familiar e à pressão sobre os bens naturais,

aparece como fator central para a maioria de organizações camponesas e de agricultores familiares em todo o mundo. Assim, aquelas organizações propõem a agroecologia como alternativa ao agronegócio, como forma de organizar a vida no campo e a produção de alimentos. No caso de Uruguai, a CNFR, principal organização que envolve aos agricultores familiares não avançou numa construção própria sobre este tema, ficando suas reivindicações muitas vezes limitadas a demandar mais políticas públicas e investigação em tecnologias específicas para este grupo social. Tecnologias essas que em sua maioria centraram-se em gerar formas adequadas de integração dos agricultores familiares às cadeias agroindustriais. Isto levou a uma situação na qual aqueles que propõem e demandam avançar sobre o desenvolvimento da agroecologia no país são principalmente as redes que envolvem ONG, instituições e agricultores que já implementam experiências de manejo ecológico, mas não há um forte envolvimento das próprias organizações de agricultores familiares que possam converter essa proposta numa forma coletiva alternativa ao agronegócio, como construção a partir dos próprios trabalhadores do campo. Assim, permanecem separados os projetos, por um lado o da agroecologia com o risco de centrar-se unicamente na maior qualidade dos produtos que chegam ao consumidor e o cuidado do ambiente, e por outro lado, o da agricultura familiar, onde não há um claro questionamento ao modelo tecnológico prevalecente nem uma busca pela construção de um modelo baseado no manejo ecológico e em alternativas de comercialização distintas das manejadas pelos grandes capitais. Na medida em que as organizações de agricultores familiares não exerçam pressão ou demandem avançar neste sentido, seja junto ao Estado em relação a políticas, seja junto às instituições de investigação e educação em relação ao desenvolvimento de competências de organização e de produção, seguramente será muito difícil que nas agendas de uns e de outros esteja pelo menos presente a necessidade de contribuir ao desenvolvimento da agroecologia ou o manejo ecológico de agroecossistemas.

A produção ovina de base ecológica parece uma proposta viável a ser implementada por agricultores familiares da RM, porque procura ser uma alternativa frente aos muitos problemas que a agricultura convencional, industrial e o agronegócio vêm gerando tanto sobre os trabalhadores do campo e suas famílias,

quanto sobre os consumidores e população da Região em geral. Até o momento esta ideia vem sendo sustentada por alguns pequenos grupos de agricultores, técnicos e integrantes de instituições, mas parece fundamental fazer com que se envolvam cada vez mais na investigação, na formação e acima de tudo nas organizações de agricultores familiares, de forma a começar implementar algumas experiências concretas deste tipo de manejo e produção de ovinos. Disto depende em boa medida poder passar da utopia que se organiza à experiência que caminha.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mileydy Puerto et al. Efecto in vitro de extractos acuosos de Moringa oleifera y Gliricida sepium en el desarrollo de las fases exógenas de estrongílicos gastrointestinales de ovinos. **Rev. Salud Anim.**, v. 36, n. 1, p. 28-34, 2014.

ACOSTA, María del Luján; ARRETCHE, Alicia. **Comercialización internacional de carne ovina: una nueva perspectiva**. 2010. 201 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Contador Público) – Facultad de Ciencias Económicas y Administración, Universidad de la República, Montevideo.

AGUERRE, María Verónica. **Exploración de alternativas para el desarrollo sostenible de sistemas de producción hortícola-ganaderos en predios familiares de Canelones-Uruguay**. 2011. 75 f. Dissertação (Magister en Ciencias Agrarias) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

ASTORI, Danilo, et al. **La agricultura familiar uruguaya: orígenes y situación actual**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria: Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo, 1982.

ANTUNES, Ricardo. 2000. La centralidad del trabajo hoy. **Papeles de Población**, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca, v. 6, n. 25, 2000. p. 83-97. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11202505>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 224 p.

BACIGALUPE, Gian Franca; SALVO, Gastón. **Selección de indicadores para la evaluación de la sustentabilidad en sistemas de producción orgánica en los departamentos de Montevideo y Canelones**. 2007. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ingeniero Agrónomo) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

BANCHERO, Georget. Sistema de producción orgánico: Resultados preliminares. In: SEMINARIO- TALLER: "CARNE ECOLÓGICA- SANA PARA EL HOMBRE Y EL AMBIENTE ¿UNA PRODUCCIÓN VIABLE?" CAJA NOTARIAL DE MONTEVIDEO, 1996. **Resumos...** Montevideo, 1996. p. 3.

_____; VÁZQUEZ, Andrés. Producción de corderos pesados al pie de la madre: propuestas de INIA. **Revista INIA**, Montevideo, n. 38, p. 6-10, set. 2014.

BANCO CENTRAL DEL URUGUAY. **Producto interno bruto por industrias**: Serie anual, precios corrientes, Miles de pesos. Disponible em: <<http://www.bcu.gub.uy>>. Acceso em: 10 de diciembre de 2014.

BANCO CENTRAL DEL URUGUAY. **IED en Uruguay por CIU**. Disponible em: <<http://www.bcu.gub.uy>>. Acceso em: 13 de enero de 2015a.

BANCO CENTRAL DEL URUGUAY. **IED en Uruguay por sector institucional de destino**. Disponible em: <<http://www.bcu.gub.uy>>. Acceso em: 13 de enero de 2015b.

BANDARRA, Paulo Mota et al. Sheep production as a Senecio spp. control tool. **Pesq. Vet. Bras.**, v. 32, n. 10, p. 1017-1022, out. 2012.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco**. Historia Uruguaya, Tomo 4. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 151 p.

BENÍTEZ, Gustavo. **Influência do mercado e preço da terra nos sistemas de produção familiares pecuaristas no Uruguai**. 2014. 204 f. Dissertação (Mestre em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

BENTANCOR, Adriana et al. **Gabinete productivo**: Cadena textil-vestimenta: Fase 1. Montevideo, 2009. Disponible em:

<http://www.dni.gub.uy/documents/15274/0/pub_cadena_textil_fa se2.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

BERRETTA, Elbio. Algunas consideraciones sobre el Pastoreo Racional Voisin. In: **Seminario de actualización técnica en manejo de campo natural**. Montevideo: INIA, 2005. p. 115-123. (Serie Técnica 151).

BEYNON, S.A. Potential environmental consequences of administration of anthelmintics to sheep. **Veterinary Parasitology**, n. 189, p. 113-124, 2012.

BOZZO, Alexandra. **Persistencia del glifosato y efecto de sucesivas aplicaciones en el cultivo de soja en agricultura continua en siembra directa sobre parametros biologos del suelo**. 2010. 124 f. Dissertação (Magister en Ciencias Ambientales) – Facultad de Ciencias, Universidad de la República, Montevideo.

CANALES, Manuel; PEINADO, Anselmo. Grupos de discusión. In: DELGADO, José Manuel; GUTIÉRREZ FERNÁNDEZ, Juan (Coord.). **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. España: Síntesis, 1995. p. 288-316.

CÁNEPA, Gustavo. **Acerca del Área Metropolitana de Montevideo**. Montevideo, 2011. Disponível em: <http://www.cci.edu.uy/sites/default/files/C%C3%A1nepa,%20G.%20%282011%29.%20Acerca%20del%20C%C3%A1rea%20metropolitana%20de%20Montevideo_0.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, n. 6, p. 63-74, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, [S. l.]: v.1, n.3, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/14551/8279>>. Acesso em: 8 de novembro de 2014.

CARDOZO, Osvaldo et al. **Producción intensiva de carne vacuna en predios de área reducida**. Montevideo: INIA, 2008. 97 p. (Serie Técnica 175).

CARVALHO, Horacio Martins. **Agricultura familiar y el campesinado en América Latina**. Montevideo: Extensión Libros, 2013. 450 p.

CIAPPESONI, Gabriel et al. Resistencia genética a parásitos gastrointestinales en ovinos: el enfoque del INIA. **Agrociencia**, Montevideo, v. 13, n. 3, p. 83, 2019.

CLEFF, Marlete Brum. **Avaliação da atividade antifúngica do óleo essencial de *Origanum vulgare* L. frente a fungos de importância em veterinária com ênfase em *Cândida* spp.**. 2008. 114 f. Tese (Doctor em Ciências Veterinárias) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Faculdade de Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COMISIÓN ADMINISTRADORA DEL MERCADO MODELO. **Anuario estadístico 2014**. Montevideo, 2014. 79 p.

COMISIÓN NACIONAL DE FOMENTO RURAL. **Propuesta de Políticas Públicas Diferenciadas para el Desarrollo de la Agricultura Familiar**. 2009. Disponível em: <http://www.cnfr.org.uy/uploads/files/propuesta_politicas_diferenciadas_para_la_AF.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA SUSTENTÁVEL. **De Maputo a Yakarta: 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina**. Yakarta: La Vía Campesina, 2013. 79 p.

CUNHA, M.P.V. et al. Avaliação da atividade anti-helmíntica de extratos brutos de plantas da Floresta Amazônica e Mata Atlântica brasileira sobre *Haemonchus contortus*. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v. 66, n. 2, p. 374-380, 2014.

DA SILVA, Tatiana Pastorello Pereira; MOREIRA, Josino Costa; PERES, Frederico. Serão os carrapaticidas agrotóxicos? Implicações na saúde e na percepção de riscos de trabalhadores da pecuária leiteira. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 17(2), p. 311-325, 2012.

DABAT, Alejandro. Las etapas del capitalismo y su dimensión espacial. In: DABAT, Alejandro. **El mundo y las naciones**. Cuernavaca, 1993, p. 155-202.

DEVENDRA, C.; THOMAS, D. Crop–animal interactions in mixed farming systems in Asia. **Agricultural Systems**, n. 71, p. 27-40, 2002.

DÍAZ, Ismael. **Modelación de los aportes de nitrógeno y fósforo en cuencas hidrográficas del departamento de Canelones (Uruguay)**. 2013. 88 f. Dissertação (Magister en Ciencias Ambientales) – Facultad de Ciencias, Universidad de la República, Montevideo.

DOGLIOTTI, Santiago et al. **Desarrollo sostenible de sistemas de producción hortícolas y hortícola-ganaderos familiares: Una experiencia de co-innovación**. Montevideo: INIA, 2012. 112 p. (Serie: FPTA n. 33).

FÉLIZ, Mariano. El neodesarrollismo y la trampa de la renta extraordinaria: El caso de Argentina, 2002-2012. **Contrapunto: debates en movimiento**, Montevideo, n. 2, p. 113-129, jun. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorio, teoría y política. In: LOZANO VELÁZQUEZ, Fabio; FERRO MEDINA, Juan Guillermo (Ed.). **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 35-66.

FIGUEIREDO, Cícero Célio de et al. Mineralização de esterco de ovinos e sua influência na produção de alface. **Horticultura Brasileira**, v. 30, n. 1, p. 175-179, jan./mar. 2012.

FINCH, Henry. La economía política del Uruguay contemporáneo: 1870-2000. Montevideo: Banda Oriental, 2005.

FOLADORI, Guillermo. **Proletarios y campesinos**. 1. ed. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1986. 214 p.

FRUGONI, Robert. **La inclusión del desarrollo rural en las políticas públicas agropecuarias**: Un proceso imprescindible en marcha. In: URUGUAY. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Oficina de Programación y Política Agropecuaria. **Anuario 2008 OPYPA**. Montevideo: MGAP, 2008. p. 243-260.

GANZÁBAL, Andrés. Perros de guarda para disminuir la incidencia de depredadores en rebaños latinoamericanos. In: GANZÁBAL, Andrés (Ed.). **Guía práctica de producción ovina en pequeña escala en Iberoamérica**. [S. l.]: CYTED, 2014a. p. 128-133.

_____. Experiencias en planes ovinos en Uruguay como herramienta de desarrollo de la ovinocultura en pequeña escala. In: GANZÁBAL, Andrés (Ed.). **Guía práctica de producción ovina en pequeña escala en Iberoamérica**. [S. l.]: CYTED, 2014b. p. 186-190.

_____, et al. Producción ovina intensiva: La experiencia de INIA. In: PERRACHÓN, Roberto et al. **Sistemas ovinos intensivos del litoral sur del Uruguay**: Enfoques de la investigación, transferencia de tecnología y extensión. Montevideo: INIA, 2001. p. 49-79.

_____, et al. Biotipos maternales y terminales para enfrentar los nuevos desafíos de la producción ovina moderna. **Revista INIA**, Montevideo, n. 29, p. 14-29, jun. 2012.

_____, et al. Sistemas de producción pastoriles intensivos en pequeña escala. In: GANZÁBAL, Andrés (Ed.). **Guía práctica de producción ovina en pequeña escala en Iberoamérica**. [S. l.]: CYTED, 2014a. p. 32-39.

_____, et al. Sistemas de producción pastoriles intensivos en pequeña escala. In: GANZÁBAL, Andrés (Ed.). **Guía práctica de producción ovina en pequeña escala en Iberoamérica**. [S. l.]: CYTED, 2014b. p. 32-39.

GARCÍA DE SOUZA, Margarita et al. Carbono orgánico y propiedades físicas del suelo en predios hortícolas del sur de Uruguay. **Agrociencia**, Montevideo, v. 15, n. 1, p. 70-81, jan./jun. 2011.

GARCÍA FERREIRA, Rodrigo et al. Impacto de estrategias colectivas en la sustentabilidad de sistemas familiares lecheros en Uruguay. **Pastos y Forrajes**, Matanzas, v. 34, n. 1, p. 109-120, jan./mar. 2011.

GARCÍA TRUJILLO, Roberto; REBOLLO VERGARA, Xavier. **Producción ecológica de ovinos**. Granada: Junta de Andalucía, [s. n.]. Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/agriculturaypesca/portal/export/sites/default/comun/galerias/galeriaDescargas/cap/produccion-ecologica/folletoovino.pdf>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2014.

GIL, Andrés; NARI, Armando; HIRIGOYEN, Darío. **Propuesta de líneas de investigación y acciones para el PLANISA**. Montevideo, 2009. Disponível em: <http://www.fvet.edu.uy/planisa/files/Trabajo_final_090904.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

GRAEFF ERPEN, Julio. **A construção de um sistema agroecológico para a bovinocultura**: “O PRV e a fazenda Quero-Quero”. 2004. 142 f. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRAMINHA, Érika Barbosa Neves et al. Controle de nematóides parasitos gastrintestinais por *Arthrobotrys musiformis* em ovinos naturalmente infestados mantidos em pastagens. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v. 40, n. 9, p. 927-933, set. 2005.

GOLBERG, Virginia. **Estimación de parámetros genéticos de la resistencia a nematodos en el período del parto y postparto en ovinos Merino del Uruguay**. 2011. 72 f. Tesina (Máster en Mejora Genética Animal y Biotecnología de la

Reproducción) – Máster Interuniversitario, Universidad Politécnica de Valencia.

_____; CIAPPESONI, C.G.; AGUILAR, I. Genetic parameters for nematode resistance in periparturient ewes and post-weaning lambs in Uruguayan Merino sheep. **Livestock Science**, v.147, n.1-3, p.181-187, 2012.

GÓMEZ PERAZZOLI, Alberto; GALEANO, Pablo. **Manual operativo y Guía de Formación**: Programa de Certificación Participativa - Red de Agroecología. Montevideo: Red de Agroecología, 2006. Disponível em: <<http://redagroecologia.uy/wp-content/uploads/2014/12/manual-operativo.pdf>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015.

GROSSI RODRIGUES, Mônica Aparecida. **Politização da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. 2014. 279 f. Tese (Doutor em Serviço Social) - Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GONZÁLEZ IDIARTE, H. **Campaña de uso y manejo responsable y sostenible del suelo**. In: URUGUAY. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Oficina de Programación y Política Agropecuária. **Anuário 2008 OPYP**A. Montevideo: MGAP, 2008. P. 311-317.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. **Socialist register**, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.org.ar/clacso/se/20130702120830/harvey.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

_____. **La breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007. 256p.

HENERICHE, Marcio Leopoldo. **Características estruturais em pastos de aveia e azevém submetidos a diferentes métodos de rebaixamento sob Pastoreio Racional Voisin**. 2014. 51 f. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas) - Programa de Pós-

Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HOBSBAWM, Eric. **Historia del siglo XX**. 10. ed. Buenos Aires: Crítica, 2011. 616 p.

_____. **La era de la revolución (1789-1848), La era del capital (1848-1875), La era del imperio (1875-1914)**. 1. ed. Buenos Aires: Crítica, 2012. 1096 p.

HOSTE, H. et al. Direct and indirect effects of bioactive tannin-rich tropical and temperate legumes against nematode infections. **Veterinary Parasitology**, n. 186, p. 18-27, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE CARNES. **Prototipo faena móvil**. Disponível em: <http://www.inac.gub.uy/innovaportal/v/8324/1/innova.net/prototipo_faena_movil>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015a.

_____. **Expo Prado 2014**. Disponível em: <http://www.inac.gub.uy/innovaportal/v/9643/1/innova.net/expo_prado_2014>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015b.

IRARÍ, Natalia. **Caracterización al parto de 6 biotipos ovinos del proyecto ovinos prolíficos en Uruguay**. 2014. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doctor en Ciencias Veterinarias) – Facultad de Veterinaria, Universidad de la República, Montevideo.

KATZ, Claudio. **Capitalismo contemporáneo: etapa, fase y crisis**. [S. l.], 2003. Disponível em: <http://humanas.medellin.unal.edu.co/sites/default/files/ede/pdf/ede_22/ede_22_02_claudio_katz_-_capitalismo_contemporaneo.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

_____. **¿Qué es el neo-desarrollismo?: I - Una visión crítica, Economía**. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/?p=232>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

KERBER, Rogério Luis. **Avaliação da implantação de um sistema de Pastoreio Racional Voisin no colégio agrícola de camboriú.** 2005. 132 f. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KREMER, Roberto. Corderos pesados en Uruguay: evolución e impacto en la producción de carne ovina. **Agrociencia**, Montevideo, v. 14, n. 3, p. 69-71, 2010.

KRYCHAK-FURTADO, Silvana et al. Effectiveness of Asteraceae extracts on Trichostrongylidae eggs development in sheep. **Rev. Bras. Parasitol. Vet.**, Jaboticabal, v. 20, n. 3, p. 215-218, jul./set. 2011.

LENIN, Vladiimir Ilich. **El imperialismo, fase superior del capitalismo.** 1. ed. Buenos Aires: Agora, 2012. 154 p.

LENZI, Alexandre. **Desempenho animal e produção de forragem em dois sistemas de uso da pastagem:** Pastejo Contínuo & Pastoreio Racional Voisin. 2003. 122 f. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LÔBO, K.M.S. et al. Avaliação da atividade antibacteriana e prospecção fitoquímica de *Solanum paniculatum* Lam. e *Operculina hamiltonii* (G. Don) D. F. Austin & Staples, do semiárido paraibano. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v. 12, n. 2, p. 227-233, 2010.

MACHADO, Ricardo Lopes; BALEM, Tatiana Aparecida. ransição agroecológica de sistemas de produção de leite: uso do Pastoreio Racional Voisin (PRV) em Santa Maria/ RS /Brasil. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 3, p. 17-27, set./dez. 2012.

MARTIN, Federico; RIET CORREA, Juan. **Caracterizacion de la produccion organica de leche en el Uruguay:** aspectos normativos y visión de sus actores. 2008. 77 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Ingeniero Agrónomo) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

MARX, Karl. **El Capital**: Libro primero: El proceso de producción del capital. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. v. 1., 424 p.

MAYER, Paulo Henrique; BURG, Ines Claudete. Manejo agroecológico de ovinos em Pastoreio Racional Voisin: uma atividade sustentável para a pequena propriedade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

MEDEROS, América; BANCHERO, Georgget. Parasitosis gastrointestinales de ovinos y bovinos: situación actual y avances de la investigación. **Revista INIA**, Montevideo, n. 34, p. 10-15, set. 2013.

MÉNDEZ VIVES, Enique. **El Uruguay de la modernización: 1876-1904**. Historia Uruguaya 7. Montevideo: Banda Oriental, 2011. 128 p.

MENDY, Mariana; GONZÁLEZ, Victoria. El Territorio como ámbito de expresión de las desigualdades sociales. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 4., 2011, Córdoba. **Anais...** [S.l.: s.n.].

MEIRA CORDEIRO, Flávia Luisa. **Efeito do Pastoreio Racional Voisin na pastagem, no pastoreio e na compactação do solo**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestre em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MINHO, Alessandro Pelegrine et al. Eficácia dos taninos condensados presentes no extrato de acácia no controle de *Trichostrongylus colubriformis* em ovinos. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 6, p. 1360-1365, jun. 2010.

MOLENTO, M.B. et al. Alternativas para o controle de nematoides gastrintestinais de pequenos ruminantes. **Arq. Inst. Biol.**, São Paulo, v. 80, n. 2, p.253-263, abr./jun. 2013.

MORAES, María Inés. La producción de lanas en el Uruguay contemporáneo: Una visión de largo plazo. In: PIÑEIRO, Diego. **Trabajadores de la esquila: Pasado y presente de un oficio rural**. Montevideo: CSIC, 2003. p. 13-30.

MOTA, Marcelo de Andrade; CAMPOS, Artur Kanadani; ARAUJO, Jackson Victor de. Controle biológico de helmintos parasitos de animais: estágio atual e perspectivas futuras. **Pesq. Vet. Bras.** v. 23, n. 3, p. 93-100, jul./set. 2003.

NAHUM, Benjamín. **La época batllista 1905-1929**. Historia Uruguay, Tomo 6. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 141 p.

NAHUM, Benjamín, et al. **Crisis política y recuperación económica 1930-1958**. Historia Uruguay, Tomo 7. Montevideo: Banda Oriental, 2007. 165 p.

_____, et al. **El fin del Uruguay liberal 1959-1973**. Historia Uruguay, Tomo 8. Montevideo: Banda Oriental, 2007b. 181 p.

_____. (Coord.). **La dictadura 19573-1984**. Historia Uruguay, Tomo 11. Montevideo: Banda Oriental, 2011. 157 p.

NARBONDO, Ignacio; PAPANOMBARDA, Ignacio; SANCHO, Diego. **Las estrategias de apoyo a la producción desarrolladas por la Asociación de Productores Lecheros de San José: Estudio de impacto sobre la sustentabilidad de sistemas familiares lecheros**. 2010. 217 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ingeniero Agrónomo) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

NARI, Armando. The prevalence of anthelmintic resistance in nematode parasites of sheep in Southern Latin America: Uruguay. **Veterinary Parasitology**, n. 62, p. 213-222, 1996.

NERY, P.S.; DUARTE, E.R.; MARTINS, E.R. Eficácia de plantas para o controle de nematóides gastrintestinais de pequenos

ruminantes: revisão de estudos publicados. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v. 11, n. 3, p.330-338, 2009.

OLIVEIRA, Lincoln Nunes et al. Eficácia de resíduos da bananicultura sobre a inibição do desenvolvimento larval em *Haemonchus* spp. provenientes de ovinos. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 488-490, fev. 2010.

OREGGIONI, Walter. Estrategias contratendenciales de la Sociedad de Fomento Rural la **Casilla (Flores, Uruguay) para promover la sustentabilidad de sus productores familiares lecheros**. 2011. 186 f. Dissertação (Magister en Ciencias Agrarias) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Resistencia a los antiparasitarios**: Estado actual con énfasis en América Latina. Estudio FAO producción y sanidad animal 157. Roma: FAO, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/y4813s/y4813s00.htm#Contents>> . Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD; ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Codex Alimentarius**: Alimentos Producidos Orgánicamente: Tercera edición. Roma: OMS: FAO, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1385s/a1385s00.htm>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

OYHANTÇABAL, Gabriel. **Evaluación de la sustentabilidad de la producción familiar de cerdos a campo**: Un estudio de seis casos en la zona sur del Uruguay. 2010. 179 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ingeniero Agrónomo) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

_____. Los tres campos en la cuestión agraria en Uruguay. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 22, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1881/2266>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

_____ ; NARBONDO, Ignacio. Valorización del balance de N y P de la soja en Uruguay. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Morelia, v. 19, 2012. p. 54-65. Disponível em: <http://www.redibec.org/IVO/REV19_05.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2014.

_____ ; NARBONDO, Ignacio. El Agronegocio y la Expansión del Capitalismo en el Campo Uruguayo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 2, n. 3, fev. 2013. Disponível em: <<http://rebela.edugraf.ufsc.br/index.php/pc/article/view/114/231>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

_____ ; NARBONDO, Ignacio. Radiografía del agronegocio sojero uruguayo. **Alter-Nativa Revista de Estudios Rurales**, Córdoba, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/alter-nativa/article/view/3010/pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

_____ ; NARBONDO, Ignacio; AREOSA, Pablo. ¿Acaparamiento de tierras en Uruguay? In: CONGRESO DE CIENCIAS SOCIALES AGRARIAS, 2., 2014, Salto. **Resumos...** Disponível em: <<http://portal.fagro.edu.uy/index.php/programa-congreso>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos. **Pastoreo Racional Voisin**: tecnología agroecológica para el tercer milenio. 1. ed. 3. reimp. Buenos Aires: Hemisferio Sur, 2011. 336 p.

_____ ; PINHEIRO MACHADO FILHO, Luiz Carlos. **A dialética da agroecología**: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

PIÑEIRO, Diego. **Formas de resistencia de la agricultura familiar**: el caso del Noreste de Canelones. Montevideo: CIESU: Banda Oriental, 1985. 177 p.

_____. La agricultura familiar: el fin de una época. In: PIÑEIRO, Diego (Ed.). **Nuevos y no tantos**: Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo. Montevideo, 1991. p.147-198.

_____; MORAES, María Inés. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: NAHUM, Benjamín (Coord.). **El Uruguay del Siglo XX**. Montevideo: Banda Oriental, 2008. Tomo III, p. 105-136.

_____. El caso de Uruguay. In: ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización**. Roma, 2012, p. 521-552.

SAAVEDRA, S. Un Siglo de Agricultura. **Revista del Plan Agropecuario**, Montevideo, n. 137, p. 46-49, mar. 2011.

RAMÍREZ-RESTREPO, C.A. et al. Use of Lotus corniculatus containing condensed tannins to increase lamb and wool production under commercial dryland farming conditions without the use of anthelmintics. **Animal Feed Science and Technology**, n. 117, p. 85-105, 2004.

_____. et al. Use of Lotus corniculatus containing condensed tannins to increase summer lamb growth under commercial dryland farming conditions with minimal anthelmintic drench input. **Animal Feed Science and Technology**, n. 122, p. 197-217, 2005.

RED DE AGROECOLOGÍA DEL URUGUAY. **Normas de producción para la agricultura ecológica: Cultivos, recolección de silvestres y producción animal**. Montevideo, 2006. Disponível em: <http://redagroecologia.uy/wp-content/uploads/2014/12/Normas-cultivos-y-animal.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2015.

REDES, Amigos de la Tierra. **Crecimiento de la Agricultura y el uso de Agrotóxicos en Uruguay**. Montevideo: Redes Amigos de la Tierra, 2014. Disponível em: <http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2014/01/Folleto-Agr-y-Agrotoxicos-Redes-WEB.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

RÍOS, Mariana et al. **Uso de plaguicidas y fertilizantes**. Montevideo: Vida Silvestre Uruguay, 2013. Disponible em: <http://vidasilvestre.org.uy/wp-content/uploads/2013/10/Plaguicidas-y-fertilizantes_Situaci%C3%B3n-en-Uruguay.pdf>. Acceso em: 15 de fevereiro de 2015.

RODRÍGUEZ GATTI, Fernando. **Estudio comparativo de los sectores hortícola organico y ganadero organico en Uruguay**. 2010. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ingeniero Agrónomo) – Facultad de Agronomía, Universidad de la República, Montevideo.

ROSSI, Virginia. Territorios en conflicto: Reestructuración productiva y producción familiar en el campo uruguayo. **Pampa**, Santa Fe, n. 6, p. 89-111, 2010.

SANTOS, Carlos et al. Seis tesis urgentes sobre el neodesarrollismo en Uruguay. **Contrapunto**: debates en movimiento, Montevideo, n. 2, p. 13-32, jun. 2013.

SCARLATO, Guillermo; SANTANDREU, Alain; ACOSTA, Patricia; BASANTA, Viviana. **Gestión participativa del área rural de Montevideo**: Evaluación y profundización de una experiencia innovadora. Serie Investigaciones N° 139. Montevideo: CIEDUR: Intendencia Municipal de Montevideo, 2001. 116p.

SECRETARIADO URUGUAYO DE LA LANA. **Cordero pesado SUL**: Carne ovina con sello de calidad. Montevideo: SUL, 1999. 35 p.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Introducción. In: CARVALHO, Horacio Martins. **Agricultura familiar y el campesinado en América Latina**. Montevideo: Extensión Libros, 2013. p. 13-41.

SOUZA, Marta M.C. et al. Anthelmintic acetogenin from *Annona squamosa* L. Seeds. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 80 n. 2, p. 271-277, 2008.

THORNE, P.J.; TANNER, J.C. Livestock and nutrient cycling in crop–animal systems in Asia. **Agricultural Systems**, n. 71, p. 111-126, 2002.

TOMMASINO, Humberto et al. Tipología de productores agropecuarios: caracterización a partir del Censo Agropecuario 2011. In: URUGUAY. Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Oficina de Programación y Política Agropecuaria. **Anuário 2014 OPYP**. Montevideo: MGAP, 2014. P. 491-508.

TOMMASINO, Humberto. Sustentabilidad Rural: desacuerdos y controversias. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo (Ed.). **¿Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. 1. ed. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001. p. 139-163.

TORRES-ACOSTA, J.F.J. et al. Anthelmintic resistance in sheep farms: Update of the situation in the American continent. **Veterinary Parasitology**, n. 189, p. 89-96, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução á pesquisa em ciencias sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio. Programa Integral Metropolitano. **De formaciones in-disciplinadas**. Montevideo, 2009.

URUGUAY. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuarias. **Anuário Estadístico Agropecuario 2005**. Montevideo: MGAP, 2005.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuarias. **Anuário Estadístico Agropecuario 2006**. Montevideo: MGAP, 2006.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuarias. **Anuário Estadístico Agropecuario 2007**. Montevideo: MGAP, 2007.

_____. Decreto n. 557/008 de 17 de noviembre de 2008. Crea el Sistema de Certificación de la Producción Orgánica. Disponible

em:

<https://www.mgap.gub.uy/dgssaa/Normativa/Archivos/NUEVOS/Decreto_organicos.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuárias. **Anuário Estadístico Agropecuario 2010**. Montevideo: MGAP, 2010. 240p.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Dirección General de Desarrollo Rural. Proyecto Uruguay Rural. **Proyecto Uruguay Rural: Aportes a la construcción del desarrollo rural: Síntesis de resultados y lecciones aprendidas**. Montevideo: MGAP: 2011. 125p.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuárias. **Censo General Agropecuario 2011: Resultados definitivos**. Montevideo: MGAP, 2014a. 142p.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuárias. **Anuário Estadístico Agropecuario 2014**. Montevideo: MGAP, 2014b. 243p.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Dirección General de Desarrollo Rural. **Convocatoria Pública a presentar propuestas de +Tecnologías para la producción familiar: Promoción y Desarrollo de Tecnologías Apropriadas para la Producción Familiar: Bases 2014**. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014c.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Dirección General de Desarrollo Rural. **Producción familiar integral y sustentable: Bases 2014**. Disponível em: <<http://www.mgap.gub.uy/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014d.

_____. Lei n. 19.292, de 24 de dezembro de 2014c. Produccion familiar agropecuaria y pesca artesanal: Se declara de interés general y se establece un mecanismo de reserva de mercado estatal de bienes y servicios alimenticios. Disponível em:

<<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=19292&Anchor=>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

_____. Instituto Nacional de Estadísticas. **Censos 2011**. Disponível em: < <http://www.ine.gub.uy/censos2011/index.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015a.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina Dirección General de Servicios Agrícolas. **Servicios Agrícolas**. Disponível em: < <https://www.mgap.gub.uy/dgssaa/index.htm>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015b.

_____. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Oficina de Estadísticas Agropecuárias. **Regiones agropecuarias del Uruguay**. Montevideo: MGAP, 2015c. 38p.

SCHUCH, Luiz Felipe Damé. **Plantas medicinais em atenção primária veterinária**: atividade microbiana frente a bacterias relacionadas com mastite bovina e a dermatófitos. 2007. 205 f. Tese (Doctor em Ciencias Veterinárias) - Programa de Pós-Graduação em Ciencias Veterinárias, Faculdade de Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ZACHARIAS, F. et al. Effect of homeopathic medicines on helminth parasitism and resistance of *Haemonchus contortus* infected sheep. **Homeopathy**, n. 97, p. 145-151, 2008.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro de entrevista GERAL

1. Apresentação do entrevistado e seu espaço de trabalho.
2. Conhece a produção ovina da região metropolitana? Quais são suas características principais e distintivas?
3. A seu entender, quais são os fatores principais que nos últimos anos levaram ao crescimento da produção ovina nesta região?
4. Qual é a importância para a região em geral? E para a agricultura familiar?
5. Quais são as principais limitantes ou ameaças para que os PF dessa região desenvolvam esta produção?
6. Quais são as principais possibilidades ou potencialidades?
7. Há nós/pontos problemáticos? Quais e onde?
8. O que está se fazendo nesse sentido?
9. É possível a produção ovina de base ecológica para estas famílias? Por quê? Conhece experiências?
10. Principais limitantes e possibilidades/potencialidades.
11. Quais são os principais fatores “internos” e/ou “externos” que determinam seu possível desenvolvimento?
12. Onde deveria gerar-se maiores esforços para avançar nesta possibilidade?
13. O que está se fazendo nesse sentido?

Apêndice II

Roteiro de entrevista PARTICULAR TÉCNICOS

1. O que está fazendo a sua organização/instituição para apoiar a produção ovina familiar na região metropolitana? Em que áreas de trabalho?
2. A partir de onde se está trabalhando? Espaço sindical/Técnicos.
3. Quais vem sendo os principais resultados desse trabalho e onde se podem ver seus principais impactos?
4. Como se dá a dinâmica e o envolvimento com entidades de base e técnicos?

5. Interação com outras instituições ou organizações?
6. ¿Principais dificuldades?
7. Quais são as perspectivas? Curto y médio-longo prazo.

Apêndice III

Roteiro de entrevista PARTICULAR AGRICULTORES

1. A quanto tempo somou o ramo ovino a seu estabelecimento?
Como foi esse processo?
2. Possuía experiência previa?
3. Por que motivo fez essa incorporação?
4. Quais são seus objetivos produtivos atuais e como mudaram?
5. Quais tem sido as principais dificuldades e limitantes?
6. Como foram solucionadas?
7. Quais são as principais vantagens e benefícios obtidos?
8. Tiveram apoio? Quais?
9. De que forma ocorre a integração entre a produção ovina com as demais produções no estabelecimento?
10. Quais são suas perspectivas para o futuro?
11. Há mais produtores com as mesmas características na região? Mantêm algum vínculo? De que forma?

Apêndice IV

Roteiro do Grupo de Discussão

- O grupo se conformou por 5 agricultores que estão implementando ou possuem a intenção de desenvolver produção agroecológica de ovinos na região.
- Local: Casa do Programa Integral Metropolitano (PIM), rodovia 8 km 17,800, Montevideú.
- Duração total: 120 minutos.
- Cumpri o rol de moderador. Se geraram então espaços de registro: gravação da discussão; registro em diário de campo.
- As perguntas sobre as quais discutiu-se foram:

- O que entendemos por produção ou manejo ecológico de ovinos?
- O que implica e o que não? Acordos básicos para avançar.
- Quais são as potencialidades e vantagens para essa proposta?
- Quais são as limitantes e dificuldades?
- O que deveríamos fazer para levantá-las ou solucioná-las?

Apêndice V

Fontes e documentos utilizados na pesquisa documental

Asociación de Consignatários de Ganado:

- Serie de preços do gado para distintos anos.

Disponíveis em: <www.acg.com.uy>

Banco Central del Uruguay (BCU):

- Bases de dados das exportações, investimento estrangeiro direto e PIB do país desde 2000 até 2014.

Disponíveis em: <www.bcu.gub.uy>

Comisión Administradora del Mercado Modelo:

- Serie de preços de hortaliças para distintos anos.

Disponíveis em: <www.mercadomodelo.net>

Comisión Nacional de Fomento Rural:

- Protocolo de funcionamento do Fundo Rotativo do Banco Ovino.
- Bases de dados do Banco Ovino.

Instituto Nacional de Carnes (INAC):

- Series de dados de abate, preços e estoques animais de ovinos e bovino para distintos anos.

Disponíveis em: <www.inac.gub.uy>

Instituto Nacional de Estadísticas (INE):

- Bases de dados dos Censos de População 1996, 2004 e 2011.

Disponíveis em: <www.ine.gub.uy>

Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP):

- Documentos e bases de dados da Oficina de Estadísticas Agropecuarias (DIEA), incluindo Anuários Estatísticos desde o ano 2005 até 2014 e Censos Gerais Agropecuários (CGA) 2000 e 2011;
- Micro-dados do Censo General Agropecuario (CGA) 2011;
- Mapas e documentos da Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR);
- Bases de dados das importações e exportações de agrotóxicos e fertilizantes da Dirección General de Servicios Agrícolas (DGSSA), anos 2000 até 2014;
- Mapas e documentos da Dirección General de Recursos Naturales Renovables (DGRNR);
- Síntese das Declarações Juradas da División Contralor de Semovientes (DICOSE), anos 2003 até 2014.

Disponíveis em: <www.mgap.gub.uy>

Red de Agroecología del Uruguay:

- Documentos, manuais e formulários da Rede.

Disponíveis em: <www.redagroecologia.uy>

Apêndice VI

Quantidade de estabelecimentos, conforme o tamanho do estabelecimento, para Canelones, Montevideo e total do país, anos 2000 e 2011

Departamento	Ano	Total	Quantidade de estabelecimentos											
			Tamanho do estabelecimento (ha)					500 y >						
			<50	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 y >	<50	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 y >		
			Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	% do total	Quant.	% do total
Total	2011	44.781	18.982	42,4%	5.720	12,8%	5.589	12,4%	6.496	14,5%	8.014	17,9%		
	2000	57.131	29.398	51,5%	6.647	11,6%	6.382	11,2%	6.783	11,9%	7.921	13,9%		
	Variación	-12.350	-10.416		-927		-813		-287		93			
	%	-21,6%	-35,4%		-13,9%		-12,7%		-4,2%		1,2%			
Canelones	2011	7.790	6.406	82,2%	701	9,0%	363	4,7%	244	3,1%	76	1,0%		
	2000	10.706	9.358	87,4%	728	6,8%	345	3,2%	199	1,9%	76	0,7%		
	Variación	-2.916	-2.952		-27		18		45		0			
	%	-27,2%	-31,5%		-3,7%		5,2%		22,6%		0,0%			
Montevideo	2011	1.317	1.269	96,4%	31	2,4%	12	0,9%	3	0,2%	2	0,2%		
	2000	1.367	1.325	96,9%	26	1,9%	11	0,8%	4	0,3%	1	0,1%		
	Variación	-50	-56		5		1		-1		1			
	%	-3,7%	-4,2%		19,2%		9,1%		-25,0%		100,0%			

Fonte: DIEA - CGA 2000 e 2011

Apêndice VII

Uso do solo em Canelones, Montevideo e total do país, anos 2000 e 2011

Ano	Área (ha)													Tiemas impro- ductivas y espajos de agua			
	Uso do solo																
	Total	Bosques artificiales	Bosques naturales	Bosques cítricos	Otros frutales	Vilñedos	Cultivos de huerta	Cultivos cereales e industriales	Cultivos forrajeros e anuales	Tierra preparada al 30/06/2011	Tiemas de rastrojo	Praderas artificiales	Campo natural sembrado en cobertura		Campo natural fertilizado	Campo natural	
Total	2011	16.357.298	1.071.374	563.236	18.488	15.481	7.450	16.935	1.545.889	591.885	90.889	105.804	933.888	439.571	243.805	10.517.836	194.787
	2000	16.419.683	660.869	589.853	21.659	10.490	9.382	34.695	597.533	417.529	146.991	176.450	1.195.979	487.082	191.352	11.667.747	212.072
	Variación	-62.385	-410.505	-26.617	-3.171	4.991	-1.932	-17.760	948.356	174.336	-56.102	-70.646	-262.091	-47.511	52.453	-1.149.911	-17.285
	%	-0,4%	62,1%	-4,5%	-14,6%	47,6%	-20,6%	-51,2%	158,7%	41,8%	-38,2%	-40,0%	-21,9%	-9,8%	27,4%	-9,9%	-8,2%
Canelones	2011	336.805	22.986	6.715	866	3.946	4.654	7.754	13.607	25.169	2.900	3.206	46.411	5.558	6.579	180.174	6.280
	2000	353.359	23.774	8.406	824	5.718	5.859	16.212	6.840	17.660	7.219	7.373	56.204	7.299	5.006	180.767	4.198
	Variación	-16.554	-788	-1.691	42	-1.772	-1.205	-8.458	6.767	7.509	-4.319	-4.167	-9.793	-1.741	1.573	-593	2.082
	%	-4,7%	-3,3%	-20,1%	5,1%	-31,0%	-20,6%	-52,2%	98,9%	42,5%	-59,8%	-56,5%	-17,4%	-23,9%	31,4%	-0,3%	49,6%
Montevideo	2011	15.363	573	292	268	2.084	997	1.452	432	291	110	182	989	128	275	6.093	1.197
	2000	16.116	1.161	116	359	2.838	1.344	2.122	122	214	567	304	585	91	25	5.386	882
	Variación	-753	-588	176	-91	-754	-347	-670	310	77	-457	-122	404	37	250	707	315
	%	-4,7%	-50,6%	151,7%	-25,3%	-26,6%	-25,8%	-31,6%	254,1%	36,0%	-80,6%	-40,1%	68,1%	40,7%	1000,0%	13,1%	35,7%

Fonte: DIEA - CGA 2000 y 2011

Apêndice VIII

Quantidade de estabelecimentos, conforme sua principal fonte de ingresso, para Canelones, Montevideo e total do país, anos 2000 e 2011

Ano	Total	Principal fonte de ingresso											Outros 2/	Nenhuma (produção para auto- consumo)		
		Forestación 1/	Fruticultura 1/	Viticultura	Horticultura	Cereales y oleaginosos (no incluye arroz)	Arroz	Viveros y de plantas plantines	Vacunos y de carne	Vacunos de leche	Ovinos	Cerdos			Aves	Servicios agropecuarios
total	2011 44.781	785	1.007	719	2.711	2.457	353	56	23.568	4.221	2.912	633	546	439	949	3.425
	2000 57.131	1.015	1.242	1.106	5.263	1.087	395	105	28.244	6.037	4.097	1.449	1.084	199	788	5.020
	Variação -12.350	-230	-235	-387	-2.552	1.370	-42	-49	-4.676	-1.816	-1.185	-816	-538	240	161	-1.595
	% -21,6%	-22,7%	-18,9%	-35,0%	-48,5%	126,0%	-10,6%	-46,7%	-16,6%	-30,1%	-28,9%	-56,3%	-48,6%	120,6%	20,4%	-31,8%
canelones	2011 7.790	108	365	480	1.580	87	0	23	2.319	411	164	213	414	50	321	1.255
	2000 10.706	244	579	767	2.904	107	0	36	2.971	575	45	393	505	22	253	1.305
	Variação -2.916	-136	-214	-287	-1.324	-20	0	-13	-652	-164	119	-180	-91	28	68	-50
	% -27,2%	-55,7%	-37,0%	-37,4%	-45,6%	-18,7%	0,0%	-36,1%	-21,9%	-28,5%	264,4%	-45,8%	-18,0%	127,3%	26,9%	-3,8%
montevideo	2011 1.317	10	245	96	336	6	0	10	28	10	17	103	37	9	80	330
	2000 1.367	27	296	143	508	7	0	9	19	7	7	95	39	2	40	168
	Variação -50	-17	-51	-47	-172	-1	0	1	9	3	10	8	-2	7	40	162
	% -3,7%	-63,0%	-17,2%	-32,9%	-33,9%	-14,3%	0,0%	11,1%	47,4%	42,9%	142,9%	8,4%	-5,1%	350,0%	100,0%	96,4%

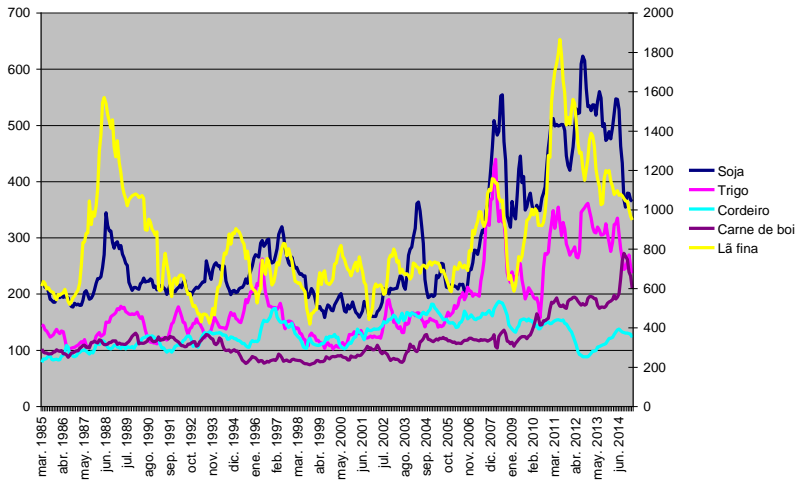
No Censo 2011 se encontram desagregadas as categorias "Cultivadora" y "Otros familiares". Para poder comparar con os dados do Censo 2000, aqui se agregamos como "Fruticultura".

No Censo 2011 incorporamos as categorías: "Semilleros de forrajeras"; "Equinos"; "Otros animales"; "Agriculturismo". Para poder comparar con os dados do Censo 2000, aqui se agregamos como "Outros".

Fonte: DIEA - CGA 2000 y 2011

Apêndice X

Evolução dos preços internacionais de alguns produtos



Fonte: Index Mundi <<http://www.indexmundi.com/>> (Soja e Trigo em U\$S/ton; Carne de cordeiro e do boi em U\$S/lb; Lã fina em cent.U\$S/kg)

Apêndice XI

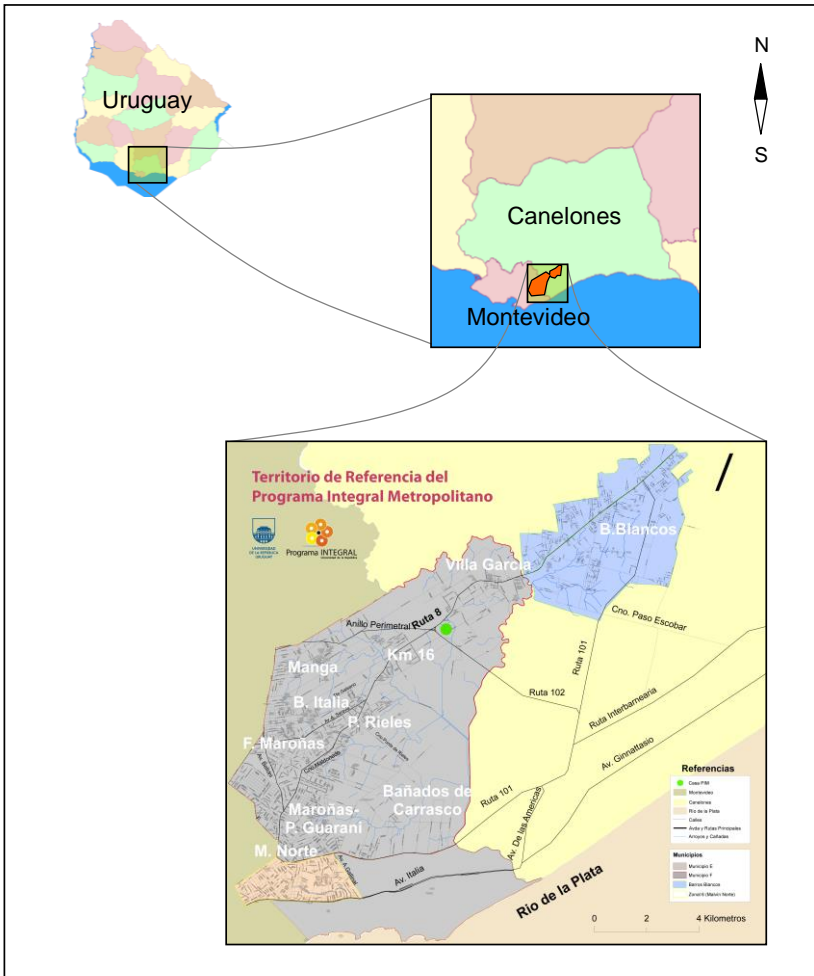
Abate de ovinos, por categoria, conforme ano (em cabeas)

Ano	Corderios	Capões	Ovelhas	Borregos	Carneiros	TOTAL
1999	869.357	549.108	376.018	81.957	2.070	1.878.510
2000	950.933	686.810	484.480	104.413	2.991	2.229.627
2001	684.900	316.800	305.163	115.683	1.678	1.424.224
2002	394.675	197.628	144.846	100.927	2.077	840.153
2003	335.496	212.794	140.028	40.864	2.725	731.907
2004	337.686	269.506	154.847	25.503	4.288	791.830
2005	718.795	197.742	158.166	39.461	3.509	1.117.673
2006	1.100.917	292.183	384.622	84.043	3.477	1.865.242
2007	860.148	196.219	475.350	93.523	6.719	1.631.959
2008	895.906	180.276	240.639	530.601	8.066	1.855.488
2009	1.131.655	253.822	596.623	216.743	8.622	2.207.465
2010	665.982	153.257	392.366	82.616	7.220	1.301.441
2011	697.530	151.817	248.739	82.079	6.479	1.186.644
2012	794.364	130.755	181.506	50.177	6.159	1.162.961
2013	933.119	210.950	380.116	119.310	7.696	1.651.191

Fonte: DIEA 2005, 2007, 2010, 2014

Apêndice XII

Mapa de localização dos departamentos de Canelones e Montevideo e da área de referência do trabalho do Programa Integral Metropolitano



Fonte: PIM <www.pim.edu.uy>